



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O ASSENTAMENTO DO NÚCLEO AGRÍCOLA ESTADUAL FAZENDA
LEMMERTZ, EM TAQUARI,
E OS MODELOS HISTÓRICOS DE MINIFÚNDIOS
NO RIO GRANDE DO SUL**

CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE

Orientador: Prof. Dr. MOACYR FLORES

**PORTO ALEGRE,
2004.**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O ASSENTAMENTO DO NÚCLEO AGRÍCOLA ESTADUAL FAZENDA
LEMMERTZ, EM TAQUARI,
E OS MODELOS HISTÓRICOS DE MINIFÚNDIOS
NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da PUCRS como quesito parcial para a obtenção de grau de mestre em História.

CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE

Mestrando

Prof. Dr. MOACYR FLORES

Orientador

PORTO ALEGRE,
2004.

Agradecimentos

Para elaborar uma Dissertação de Mestrado é necessário contar com a ajuda e participação de muitas pessoas e instituições que, pelas mais diversas razões, contribuem para o resultado do trabalho.

Inicialmente gostaria de agradecer a PUCRS e seu quadro de professores do Programa de Pós-Graduação em História, pela excelência do curso oferecido e pela oportunidade que me foi dada de realizar este Mestrado. Estende-se a gratidão aos funcionários e a Biblioteca pela cordialidade e presteza no atendimento.

Agradeço também aos funcionários das entidades públicas consultadas, pela colaboração, solicitude e boa vontade: IBGE, FEE, Departamento de Administração do Patrimônio do Estado, INCRA, Prefeitura Municipal de Taquari, Cartório do Registro de Imóveis de Taquari entre outros. Também merecem citação especial os depoentes que gentilmente nos receberam sempre com fidalguia, às vezes interrompendo suas tarefas, e prestaram as informações não documentadas e sem as quais não seria possível a realização deste trabalho.

Uma referência especial à minha esposa Ana Luisa, aos meus filhos e neta pela paciência e incentivo no acompanhamento do curso e na elaboração desta dissertação.

Uma lembrança toda especial aos meus dois professores orientadores iniciais Dorivaldo Walmor Poletto e Earle Macarthy Moreira. Se, de um lado, as constantes trocas de orientador criaram alguns transtornos na construção deste trabalho, de outra parte me enriqueceram pelo conhecimento geral e específico que transmitiram. Ao dedicado e entusiasmado Prof. Moacyr Flores, que me acompanhou nesta reta final, lendo e relendo os capítulos dessa dissertação, orientando sempre com atenção, presteza e de forma didática, o meu mais profundo agradecimento.

Finalmente um registro muito especial a minha professora de primeiras letras Dorotéia, que lá longe quando completava o curso primário na escola comunitária me disse confiante: “Carlito você vai vencer”.

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS

LISTA DE CROQUIS

LISTA DE FIGURAS

LISTA E TABELAS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO 11

1 O NÚCLEO AGRÍCOLA ESTADUAL FAZENDA LEMMERTZ: O LUGAR 22

1.1 A LOCALIZAÇÃO E AS CIRCUNSTÂNCIAS 23

1.2 O INÍCIO DO ASSENTAMENTO 29

1.2 A INFRA-STRUTURA 38

2 A OCUPAÇÃO 46

2.1 A CHEGADA 46

2.2 AS ORIGENS 51

2.3 A GENTE 63

2.4 AS DIFICULDADES INICIAIS 68

2.5 A RESISTÊNCIA 80

2.6 O ASSOCIATIVISMO, A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO 82

2.7 A DIÁSPORA 88

**3 A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL: NÚCLEO AGRÍCOLA ESTADUAL
FAZENDA LEMMERTZ X OUTRAS EXPERIÊNCIAS** 93

3.1 O MINIFÚNDIO, A PEQUENA PROPRIEDADE FAMILIAR E AS MUDANÇAS 94

3.2 O QUE É UM EMPREENDIMENTO RURAL FAMILIAR 104

3.3 A EDUCAÇÃO 110

3.4 AS DUAS SOCIEDADES MINIFUNDIÁRIAS 117

3.5 O EMPREENDEDORISMO E O TRABALHO 125

3.6 A ADAPTAÇÃO ÀS NOVAS CIRCUNSTÂNCIAS 137

CONSIDERAÇÕES FINAIS 146

BIBLIOGRAFIA 157

ANEXOS

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização de Taquari e da Fazenda Lemmertz.....	24
Mapa 2 – Município de Taquari com acessos ao Núcleo	33
Mapa 3 – Regiões de emigração para a Fazenda Lemmertz.....	50
Mapa 4 – Colonização do município de Taquari	53

LISTA DE CROQUIS

Croqui 1 – Assentamento “UM”, próximo ao rio Taquari	30
Croqui 2 – Assentamento “DOIS”, contíguo ao anterior	32

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PLANÍCIE DOS LOTES 20, 21 E 22 DO ASSENTAMENTO “DOIS” ...	35
FIGURA 2 - RELEVO LEVEMENTE ONDULADO DO LOTE 5 DO ASSENTAMENTO “DOIS”	35
FIGURA 3 – ESCOLA PIONEIRA CONSTRUÍDA O LOTE 7/UM, DESATIVADA ...	40
FIGURA 4 – ESCOLA DE 2º GRAU, INCOMPLETO, LOTE 8/DOIS	41
FIGURA 5 – GALPÃO CONSTRUÍDO PELO PIONEIRO AVELINO MACHADO COUTO	44
FIGURA 6 – ÚNICA RESIDÊNCIA REMANESCENTE DOS LOTES 1 A 17/UM	44
FIGURA 7 – RESIDÊNCIA DO CASAL GENI E JOSÉ BIZARRO JUNQUEIRA	91
FIGURA 8 – INSTALAÇÕES DOS AGRICULTORES CITADOS	92

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - NÚMERO DE EMIGRADOS POR LOCALIDADE.....	49
TABELA 2 - ÊXODO RURAL	88
TABELA 3 - PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES	102

RESUMO

O presente estudo busca reconstruir a história do “Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz”, de Taquari. Relata a aquisição pelo Estado do Rio Grande do Sul de uma área de terras de 2.014 hectares no ano de 1951, contíguas às terras da Estação Experimental de Pomicultura de Taquari. Enfoca a finalidade da compra: incorporar esta nova área à Estação e ampliar o campo de pesquisas agrárias. Para tanto, parte-se de 1955, quando agricultores “sem terra” iniciam a invasão dessa área, até então não utilizada para a finalidade a que se propunha. Os novos ocupantes eram originários de regiões próximas e foram chegando com seus familiares de forma desorganizada, mas construindo barracos provisórios e formando pequenas lavouras. Após a concessão de pequenas áreas aos primeiros 26 ocupantes, houve por parte do Estado uma tentativa em conter novas invasões. Porém, os esforços vieram tardiamente, pois que 52 lotes acabaram sendo vendidos aos novos ocupantes, sendo praticados preços módicos com largo prazo para pagamento. Este processo de colonização que recebeu o nome de Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz não obteve sucesso, apesar das condições bastante favoráveis oferecidas. De início, houve desistências e alienações e, com o transcorrer do tempo, a venda dos lotes concomitantemente à migração dos agricultores para as cercanias de Taquari, aceleraram-se. Este êxodo, paradoxalmente, foi crescendo na medida em que iam sendo vencidos alguns óbices de infra-estrutura: melhoramento de estradas e eletrificação rural. Na presente reconstrução trata-se da qualidade das terras ocupadas, dos problemas das enchentes, de algumas potencialidades e da questão da infra-estrutura. Mas, o foco do trabalho é outro, situa-se na gente que ocupou a Fazenda Lemmertz: sua origem, costumes, conhecimentos da atividade, relacionamentos internos e externos ao Núcleo, espírito gregário e de associativismo e visão de futuro. E ainda: como desenvolviam em família as atividades agrárias e de que modo comercializavam a produção. Dedicou-se um capítulo especial para, além de definir-se o que vem a ser uma pequena propriedade rural familiar, identificar-se algumas características presentes em minifúndios bem sucedidos de colonização itálica, germânica e polonesa, apontando-se traços e razões que auxiliam no desenvolvimento social destas comunidades agrárias. Ao final, são elencadas algumas razões que, de uma forma ou outra, contribuíram para o insucesso do assentamento, bem como são consideradas lições que o Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz possa oferecer.

ABSTRACT

This dissertation tries to reconstruct the history of Taquari's "Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz", which starts with the acquisition by the State of 2.014 hectares of land in 1951, adjacent to Estação Experimental de Pomicultura de Taquari lands. The objective of this purchase was to incorporate those new lands to those of Estação Experimental and enlarge the agrarian research field. After 1955, "landless" farmers began the invasion of this area, so far not used for its original purposes. All new occupants were originary from nearby regions and arrived with their families in a disordered way, building provisional shacks and forming small farmings. The State, after the concession of small areas to the first 26 occupants, tried to contain new invasions, but their efforts came too late and 52 more lots ended up being sold to the new occupants, at low prices and long terms. This colonization process, which received the name of Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz, was unsuccessful, despite some very favorable conditions. Right at the beginning, some alienation and giving up took place, and in time, the plot sellings rose, and also the farmer's migration to the outskirts of Taquari. Paradoxally, this exodus took place as some infrastructure problems were being solved: improvement of the roads and access to eletricity in the rural zone. On this reconstruction, the occupied land's quality, flood problems, some potentialities of the land, existent infrastructural problems and resistance have been all worked on. But this work's focus is another, as it situates on the people that occupied Fazenda Lemmertz: their origin, customs, knowledge of the activity, their internal and external relations with the Núcleo, gregarious spirit and associativism, future sight, how did they developed their activities in family and how did they commercialized the production. A special chapter was dedicated to point traces and reasons which can help those agrarian communities social development, but first define what a small rural familiar property is, and establish some always present characteristics, through comparisons with successful small italian, german and polish estates. At the end, some reasons that, in a way or another contributed to the failure of the settlement are presented. Also, some lessons that Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz can offer.

INTRODUÇÃO

√ AS MOTIVAÇÕES

Este trabalho, em certo sentido, iniciou-se por si mesmo. O interesse do autor sobre o assunto vem de longa data, pois que originário de uma região de amplo predomínio de pequenas propriedades rurais. Boa parte da geração dos pais, nas décadas de 30, 40 e 50 do século passado, migrou da zona rural para as pequenas cidades que foram surgindo. Nesta onda, sua família veio para a pequena cidade de Arroio do Meio. O destino o fez pertencer à primeira geração urbana da família. Entretanto, mesmo tratando-se de uma urbe, Arroio do Meio não deixava de ser uma extensão do meio rural, já que muitos dos pequenos negócios – oficinas mecânicas, padarias, baixo comércio, moinhos, funilarias, açougues, olarias, transporte rodoviário etc. – eram, em boa medida, explorados por empreendedores egressos do meio rural, onde o trabalho familiar pouco se diferenciava daquele praticado no meio rural circundante. Ademais, ali se reproduzia a escola comunitária; havendo o mesmo apego à religiosidade e às reuniões pós-missa, ou culto, onde se discutiam assuntos diversos. Ainda gravadas estão, na parede da memória do autor, as visitas aos parentes que permaneceram no meio rural, com suas dificuldades e vida frugal.

No entanto, esta inquietação inicial transformou-se em desejo de estudo, a

partir das circunstâncias profissionais próximo das questões agro-pastoris. Trabalhou por trinta e um anos junto ao Banco do Brasil S/A, em boa parte desse tempo diretamente na Carteira de Crédito Rural. Estes anos permitiram vivenciar as importantes modificações ocorridas por imposição de novas tecnologias e manejo nas atividades do agro-negócio de modo geral, incluindo-se aí as transformações na vida dos minifundiários. Suas constantes transferências da sede do trabalho favoreceram contatos com pequenos produtores das mais diversas origens étnicas e que desenvolviam explorações econômicas diferentes, como pecuária leiteira, suinocultura, avicultura, fomicultura, olericultura e fruticultura, entre outros.

As vivências nesse longo andar e as observações possíveis, não obstante a forma empírica com que o assunto até aqui vinha sendo tratado, permitiram algumas considerações, que de certa forma determinaram o rumo do trabalho.

As primeiras observações referem-se aos imensos contrastes verificados entre a sociedade rurais rio-grandense e seus dois extremos, culturas e influências distintas. De um lado, os latifúndios originados pelo sistema de distribuição das sesmarias, com áreas imensas a serem exploradas, estruturas sociais hierarquizadas e rígidas, onde o trabalho manual é desprezado pelas classes proprietárias, inexistindo mobilidade social, com produção predominantemente voltada para um mercado distante. De outra parte, a grande coletividade dos pequenos proprietários rurais, formada a partir da vinda dos imigrantes europeus no século XIX, que desenvolveu uma sociedade mais

igualitária, com razoável fluidez social, tendo o trabalho valorizado e realizado em um regime familiar, com a produção destinada para os mercados mais próximos. Os comportamentos se distinguem até no encaminhamento dos excedentes populacionais: onde há o predomínio dos latifúndios o êxodo se faz para a periferia das cidades; nos minifúndios, a movimentação se dirige preponderantemente para as novas fronteiras agrícolas e para as cidades coloniais que vão se formando em função do crescimento da economia e das poupanças oriundas da atividade primária, assunto que será aprofundado no Capítulo 3 deste trabalho.

O segundo questionamento começou a ser delineado a partir das justificativas que se apresentam para o crescimento econômico e social desigual verificado nas pequenas propriedades. São grandes as disparidades de desenvolvimento entre os diversos grupos de minifundiários, que contrasta com o mito sempre presente da grande eficiência da pequena propriedade rural de exploração familiar. As justificativas e explicações para os resultados tão díspares se mostram insuficientes, quase sempre inconsistentes. Servem, via de regra, mais para manutenção do mito do que para esclarecer as disparidades, pois que parecem partir de pressupostos que se relacionam mais com o resultado do que com a causa. Assim, quando há êxito, as razões apontadas são a ética de trabalho, o denodo, a educação, o espírito comunitário e a vida frugal. Em contrapartida, quando os resultados se mostram mais modestos, ou quando há insucesso, as argumentações passam pelos solos - inférteis, pedregosos, montanhosos, arenosos ou

excessivamente ácidos -, clima inadequado, falta de crédito, problemas de comercialização e ausência do Estado no seu papel de fornecedor de infra-estrutura básica, educação e assistência técnica. Observando os assentamentos bem sucedidos das colônias de Conde D'Eu e Princesa Isabel pelos imigrantes da península itálica, na região serrana gaúcha, no final do século XIX, vê-se que para o êxito conquistado cabem perfeitamente as razões apontadas acima. Mas, o entendimento desta visão, talvez fique mais claro a partir de uma elucubração: e se por um motivo ou outro o projeto tivesse fracassado, quais seriam as explicações? A relação de razões acima apontada para projetos mal-sucedidos não se aplicaria perfeitamente ao caso? *Mutatis mutandi* para o projeto “Fazenda Lemmertz”, o pouco êxito ali apresentado aponta para as mesmas razões expostas: solos ácidos, sujeitos às terríveis enchentes do rio Taquari, crédito inadequado, problemas de comercialização, ausência do Estado como provedor de externalidades.

Em terceiro lugar, cabem alguns comentários sobre outras justificativas que se apresentam muito amiúde em conversas de roda, quando algumas comunidades não alcançam os resultados econômicos e sociais esperados: “*não gostam de trabalhar, faltou sorte, só pensam em morar na cidade...*”. Agora, o assunto toma o rumo do “politicamente-incorreto” e, talvez até por isso, tenha sido tão evitado em trabalhos mais sérios. Mas, os comentários são reais e ainda que seja uma simplificação grosseira da realidade, e que estejam absolutamente errados, sob sua névoa se esconde um novo caminho, pouco pesquisado e pouco trilhado. Não obstante estas referências serem claramente preconceituosas, elas falam de

gente, de pessoas que têm história própria, que obedecem a valores introjetados pela sua cultura, que têm conhecimentos e habilidades, que têm atitudes que podem ser empreendedoras ou conformistas, enfim, que têm suas idiossincrasias. Talvez tenham uma mentalidade que não favoreça ao enriquecimento, ou que os aprisione num círculo de pobreza. Dos casos concretos observados, pode-se dizer até com boa margem de segurança, que a experiência histórica indica que não existem fórmulas e leis universais, acabadas, consistentes e à prova do tempo capazes de explicar o desenvolvimento social das mais diversas comunidades rurais de pequenos proprietários familiares.

Consideram-se, ainda, algumas anotações acerca das políticas públicas que, com muita razão, buscam por intermédio da redistribuição de terras o combate à pobreza rural, o que diz respeito diretamente com o projeto “Fazenda Lemmertz”. A ação do poder público parte do pressuposto de que a pobreza rural está intimamente ligada à falta do capital básico que é representado pela terra e, acessoriamente, às questões de educação, infra-estrutura, crédito e associativismo. Entretanto, se este diagnóstico fosse correto, o combate à doença da pobreza rural e à promoção econômica seria simples: criar-se-ia condições necessárias de acesso ao solo, acompanhado de assistência técnica e outras externalidades fornecidas pelo Estado e o problema estaria solucionado. A prática, porém, demonstra que isso nem sempre acontece, ou até raramente acontece. E este é o desafio.

Cabe esclarecer que o projeto “Fazenda Lemmertz” não obteve sucesso e as inúmeras explicações mostram-se precárias e insatisfatórias, em face dos

resultados desanimadores obtidos. Subjacente ao projeto está o problema da pobreza rural que tem sido pouco investigada. Em grau assustador, as causas ou razões dessa pobreza são simplesmente pressupostas. O assunto é na verdade bem mais complexo do que as aparências apontam. Quando se procuram explicações, as respostas são inúmeras e parecem estar previamente disponíveis, mas raramente aceitáveis. Se examinadas, apresentam um traço em comum: são universalmente insatisfatórias.

Desta forma, este conjunto de observações empíricas levou o autor deste estudo até ao “Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz”, projeto de assentamento que abrigou 78 famílias, no município de Taquari; iniciado com a invasão de área pertencente ao Estado, na década de 50 do século passado, cuja ocupação foi completada na década de 60. Os lotes foram distribuídos com áreas individuais, variando entre 12 Ha. e 19 Ha. Os primeiros 26 lotes foram doados. Os 52 lotes seguintes foram vendidos a preços acessíveis, financiados em prazo longo, juros módicos e sem correção monetária. Com o passar do tempo, o estoque da dívida foi corroído pela inflação e o valor das prestações se reduziu a importâncias simbólicas. Esta colonização não alcançou os propósitos esperados. Alienações das terras e abandonos foram as características mais marcantes. Cabe mencionar que em parte o processo, mesmo à distância, foi vivenciado pelo autor desta dissertação, pois que trabalhou em Taquari entre os anos 1970 e 1978, período em que a decadência do assentamento já se mostrava com muita intensidade.

A escolha da “Fazenda Lemmertz” para ser pesquisada parte do desafio de aprimorar-se o entendimento acerca do desenvolvimento diferenciado entre os minifundiários. Já a escolha específica deve-se à premissa de que, em muitos casos, aprende-se mais nos fracassos do que nas vitórias. Além do mais, por tratar-se de um projeto já amadurecido, permite uma análise histórica mais segura e tranqüila.

√ OS OBJETIVOS, HIPÓTESES E DELIMITAÇÕES

O objetivo principal do presente estudo é a reconstrução histórica do assentamento do Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz. A partir desta reconstrução, buscam-se traços, indícios e razões que levaram esse grupo social, após ter acesso a terra, a não se desenvolver econômica e socialmente. Enfim, trata-se de uma busca de regularidades que a história possa oferecer e que permita analogias. Faz parte também do objetivo a desconstrução de mitos que se formaram no entorno da eficiência garantida quando da junção de uma pequena gleba de terras, uma família e o Estado fornecendo as externalidades. Senão mitos, sofismas.

Por intermédio da pesquisa histórica, busca-se identificar quais razões, como localização, tipos de solos, enchentes freqüentes, tamanho das áreas, carência de infra-estrutura, problemas de comercialização, pouca escolaridade, apoio precário do Estado e outras imbricações, que porventura existiram, e que possam complementar o entendimento para o deficiente desempenho social e econômico da comunidade

ora estudada.

Os elementos anteriormente pontuados foram importantes e constituíram-se em difíceis barreiras a serem transpostas, mas, em princípio, não em empecilhos ao desenvolvimento da comunidade da Fazenda Lemmertz. Fatores culturais como associativismo, empreendedorismo, conformismo, habilidades, ética de trabalho e poupança, entre outros, também influenciaram nos resultados, e levantam novas questões que merecem atenção, as quais se buscou identificar neste estudo, a saber:

- a) Relação dos assentados com o espaço exterior, marcado pelo isolamento;
- b) relações sociais entre os assentados, marcados pelo espírito individualista;
- c) falta de outras habilidades, resistência às mudanças e espírito de acomodação;
- d) influência imposta pelas origens e introjeção de seus valores;
- e) ambiente pouco propício para o desenvolvimento de um espírito empreendedor;

O recorte histórico, no que se refere ao Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz, delimita-se entre 1950 a 1990. Logo, inicia-se com a aquisição da área de 2.014 Ha. 8.254 m², pelo Estado do Rio Grande do Sul, para a finalidade de ser

incorporada à Estação Experimental de Pomicultura de Taquari, destinada à pesquisa de cultivos como arroz e ampliação dos trabalhos da pecuária. Passa pelo período de ocupação por parte dos posseiros, trata das agressões e resistências acontecidas, relata o movimento de legitimação das posses, inclui as atividades econômicas e sociais praticadas e finaliza com a entrega dos títulos de domínio definitivos e com o abandono quase geral dos lotes distribuídos.

√ AS INVESTIGAÇÕES: OS DOCUMENTOS, OS DEPOIMENTOS E AS FONTES BIBLIOGRÁFICAS

A reconstrução do assentamento “Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz” tem por base provas documentais, depoimentos de beneficiários ou de seus descendentes e fontes históricas bibliográficas. O acesso à documentação deste evento foi obtido junto ao INCRA, Secretaria de Reforma Agrária, Arquivo de Terras Públicas, em Porto Alegre, Cartório de Registro de Imóveis, Tabelionato e Prefeitura Municipal, em Taquari. Mediante estas fontes, tomamos ciência dos mapas da área da Fazenda Lemmertz e sua localização; da relação dos agricultores; da extensão individual das áreas doadas ou vendidas pelo Estado; das informações sobre a fertilidade e acidez dos solos; dos problemas vivenciados face às enchentes do rio Taquari; das atividades e produção iniciais dos assentados, bem como de alguns aspectos da participação

do Estado no processo de assentamento.

O trabalho com as fontes orais, diante da escassez de informações documentais, em especial quanto ao perfil dos assentados, vitais na reconstrução da vida do Campo do Estado, possibilitou obterem-se informações junto a assentados remanescentes dos primeiros povoamentos e seus descendentes diretos, depoimentos de pessoas que vivenciaram todo o processo, ou que estiveram presentes em boa parte da história da Fazenda Lemmertz. Inclui-se nestas fontes o agrônomo que deu assistência rural aos assentados, técnico da Estação Experimental cujas terras são lindeiras à Fazenda, plantadores de arroz irrigado em terras dos assentados, entre outros.

Nas fontes orais coletaram-se informações quanto à origem, escolaridade, conhecimentos, habilidades, atitudes, patrimônio e atividades anteriores, dificuldades vivenciadas, resistências, apoios recebidos, enfim dados que dizem respeito à gente que constituiu o assentamento, inexistentes nos documentos oficiais. Os depoimentos gravados estão arquivados e disponíveis no Centro de Pesquisa da Imagem e do Som da PUCRS.

No trato com as fontes históricas bibliográficas, buscou-se resgatar a formação rural de Taquari, dentro do contexto histórico do Rio Grande do Sul, incluindo-se aí a implantação das colônias minifundiárias, inspiração para o assentamento Fazenda Lemmertz. A pesquisa conduziu-se na busca da

compreensão do que é uma economia rural familiar de pequeno porte, seu *modus operandi*, suas origens, suas relações no âmbito interno e como se integra social e economicamente com seu mundo circundante. Por intermédio desta compreensão, buscou-se encontrar alguns traços presentes nas colonizações minifundiárias bem sucedidas, que induzem alguns empreendimentos à geração de excedentes, possibilitando ascensão social para seu proprietário e núcleo familiar.

1 O NÚCLEO AGRÍCOLA ESTADUAL FAZENDA LEMMERTZ: O LUGAR

Em termos de colonização, o município de Taquari teve suas terras distribuídas pelo sistema de sesmarias em grandes lotes, não obstante ser o município conhecido como terra dos açorianos. O título procede, já que também foi importante receptor de “casais açorianos”, que receberam terras com extensão de até 272 hectares cada casal. Mas, os valores culturais que predominaram parecem que foram os impostos pela sociedade latifundiária do entorno, pelo menos no meio rural. Essa realidade fortalece o interesse do resgate histórico na busca dos valores culturais introjetados nas classes subalternas – peões, meeiros, agregados jornaleiros -, estes formaram o grupamento de migrantes que buscou um pedaço de terra para cultivar na Fazenda Lemmertz.

Neste primeiro momento do trabalho, por meio de uma pequena digressão histórica do município de Taquari, busca-se entender circunstâncias de ordem econômico e social que envolveram o assentamento, oficialmente chamado “Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz”, popularmente conhecido como “Campo do Estado”. Procurou-se, também, determinar as principais características da anatomia do município, que abrigou 78 famílias de “sem-terra”, a saber: localização

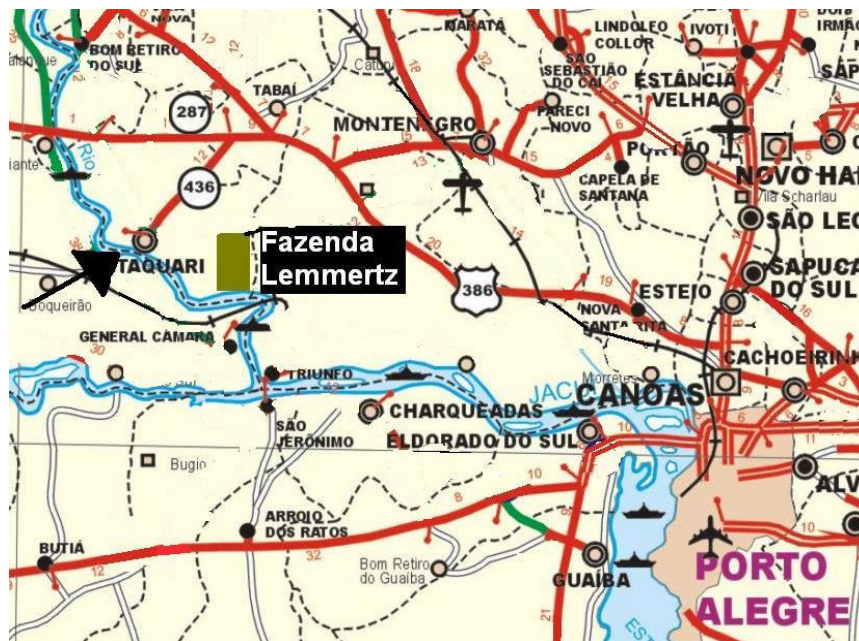
geográfica, relevo, tipos de solo, condições de fertilidade bem como os problemas vivenciados com enchentes e infra-estrutura.

1.1 A LOCALIZAÇÃO E AS CIRCUNSTÂNCIAS

O assentamento “Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz” situa-se no município de Taquari, dentro da antiga Fazenda Lemmertz, conforme se visualiza no Mapa nº 1. Sua área de 2.014 Há, 8.254m², pertencente anteriormente à família de mesmo nome, foi adquirida pelo Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1951. Tratava-se de área contígua à Estação Experimental de Pomicultura de Taquari e tinha por finalidade aumentar a área de terras destinadas a novas pesquisas, nas áreas da rizicultura e da pecuária. Neste sentido, o depoimento do técnico da Estação, Frederico Bavaresco, é bastante elucidativo:

“Sim, originalmente a visão era trabalhar a área (...) O Estado entendeu como sendo conveniente [a aquisição] para expandir e fazer um trabalho de pesquisa e fomento da rizicultura e, nas coxilhas mais elevadas, criação extensiva de gado (...) criação de reprodutores melhorados, o que já acontecia na Estação, que tinha um banco de sêmen de reprodutores de eqüinos e bovinos. (...) Esta área não chegou a ser mobilizada para o cultivo de arroz, porque, de repente, como as políticas públicas mudam de rumo, ficou sendo apenas uma criação extensiva de gado.”¹

¹ DEPOIMENTO de Frederico Damião Arnt Bavaresco, Engenheiro Agrônomo, com especialização em apicultura. Ingressou no serviço público na Estação Experimental no final da década de 50, onde trabalhou até aposentar-se. Segundo suas palavras: “*minha vida foi aqui dentro da Estação Experimental*”. Líder comunitário e atualmente Presidente da Coop. de Eletrificação Rural Taquari-Jacuí Ltda. (Anexo nº 3).



Mapa Nº 1

Localização do “Núcleo” e de Taquari
 FONTE: DAER-RS. Mapa Rodoviário 2004.

A Fazenda Lemmertz situa-se junto à margem esquerda do rio Taquari, à jusante da cidade em torno de dez quilômetros, mesma distância por rodovia. A cidade, também à margem esquerda do rio, está a 100 km da capital Porto Alegre, com ligação por rodovia asfaltada, conforme detalhamento no mapa nº 1. Em linha reta dista a 62 km, e a posição relativa em relação à Capital do Estado é rumo noroeste (W N W).

Desde sua fundação até às primeiras décadas do século XX, a principal ligação com a capital e outros centros era a via fluvial que ligava a jusante com a capital do Estado, distando sete léguas até Triunfo, onde o Taquari deságua no Jacuí, e mais nove léguas por este rio até Porto Alegre, e a montante com todas

as comunidades que foram se formando por ambas as margens do rio.

Taquari é um município bastante antigo, o primeiro da região do vale do Taquari, criado oficialmente pela Lei Provincial nº 160, de 04 de julho de 1849, tornando-se a 19ª vila do Rio Grande do Sul. O início do povoamento destas paragens é bem anterior, remonta à década de 50, do século XVIII, e foi marcado por dois fatos importantes, que deixaram cicatrizes marcantes no processo de desenvolvimento econômico-social, em especial das comunidades agro-pastoris. O primeiro fato diz respeito ao início da colonização por intermédio do sistema de distribuição de terras, mediante o sistema de sesmarias, com doações de imensas áreas para poucos. O segundo fato refere-se à fixação dos casais açorianos, essa massa de gente desenraizada e com destino ainda indefinido, assuntos que detalharemos mais adiante.

A pequena povoação de São José do Tebiquary, mais tarde Taquari, foi fundada no ano de 1764 pelo então Governador da Capitania Coronel José Custódio de Sá e Faria. Note-se que decorriam apenas 27 anos da fundação do forte português Jesus-Maria-José que deu origem a vila de Rio Grande, o primeiro povoado do Continente de São Pedro. O povoado de Tebiquary contava na ocasião com pouco mais de 60 famílias. Mais tarde, por Carta Régia de 11 de novembro de 1797, a povoação foi promovida a Freguesia de São José de Taquari.²

² SILVA, Riograndino da Costa. *São José de Taquari, história de minha terra*. Porto Alegre: Editora Flama, 1972. p. 284.

Taquari tornou-se uma cidade histórica, que se destacou no passado por sua importante participação política e econômica. Ainda como Paróquia, envolveu-se na Revolução Farroupilha *onde se posicionou pelos ideais republicanos e federalistas dos farrapos*.³. Desempenhou importante papel no Combate do Taquari, de 3 de maio de 1840, quando forças imperiais e tropas farroupilhas *encontraram-se frente a frente nas margens do arroio dos Pinheiros, ou do Fonte Grande, pequeno tributário do rio Taquari (...) junto a estrada que vai da cidade ao Passo do Meio, no arroio Santa Cruz*.⁴, desfecho do que veio a ser chamado o “combate de Taquari”. Coincidentemente, esse combate aconteceu em local muito próximo do atual Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz, cujas terras margeiam o arroio Fonte Grande, um pouco mais ao Sul. Esta batalha, muito sangrenta, ocasionou grandes perdas de contingente humano, para ambos os lados. Mais tarde, no ocaso do Império, as elites locais aderiram, já na primeira hora, à causa republicana, fundando em 1886 o Clube Republicano Três de Maio, que reuniu figuras importantes da sociedade local, passando a contar com a colaboração do recém criado jornal “O Taquaryense”, importante veículo de comunicação regional, que sobrevive até os dias de hoje.⁵

Economicamente, Taquari mostrou-se próspera até o final do século XIX. Destacava-se como entreposto comercial, com seu porto fluvial escoando a produção regional, face as suas importantes companhias de navegação. Com o grande desenvolvimento das colônias alemãs que se formaram mais ao Norte, a

³ *Ibidem*, p. 191.

⁴ *Ibidem*, p. 200.

⁵ *Ibidem*, p.225.

montante do rio, novos portos surgiram, em especial os de Estrela e Lajeado, que passaram a concentrar os embarques e desembarques da produção destas regiões. Não obstante o fato do rio até porto de Taquari, a 87 quilômetros de Porto Alegre, apresentar calado de 2m50cm, permitindo navegação de barcos maiores durante todo o ano, o município deixa ser o pólo mais importante da região, mesmo que o calado se reduza para 1m50cm, em Capitão Miguel a 117 quilômetros e 1m20cm, em Lajeado a 145 quilômetros.⁶

A partir de meados do século passado, o município entra em um processo de estagnação econômica, que perdura por um longo período. A navegação fluvial entra em decadência, chegando a quase total paralisação. Com o desenvolvimento do sistema de transportes rodoviários, na região traduzido com o início das obras de construção da RS 287 - na década de 50 - e da BR 386 - na década de 60 - do século passado, o trânsito de veículos que passava pela zona urbana é desviado para estas novas rodovias, ao largo da cidade, no interior do município, conforme demonstrado no Mapa N^o 1.

A reversão do processo de estagnação somente acontece nos anos mais recentes com a implementação de indústrias, em especial as que utilizam como matéria prima principal a lenha e a casca extraída das florestas cultivadas na região. A silvicultura começou a desenvolver-se intensamente a partir da década de 50 do século passado. Como veremos adiante, a expansão da acácia negra, e também do eucalipto, de certa forma, contribuiu para a migração de agricultores

⁶ *Ibidem*, p. 43.

sem terra em direção à Fazenda Lemmertz. A agricultura, então desenvolvida nas regiões destes emigrantes, ficava quase que restrita ao cultivo da mandioca e sua transformação em farinha, realizada mediante processos muito rudimentares.

A população de Taquari, segundo dados do IBGE, em 1950, pouco antes do início das invasões, era de 3.529 habitantes (zona urbana) e 7.531 habitantes (região rural). De acordo com o censo do ano 2.000, Taquari tem 10.247 habitantes urbanos e 16.075 habitantes na região rural, totalizando 17.884 habitantes.

As principais atividades agro-pastoris de então se referiam ao cultivo de mandioca, com produção estimada em 92.100 toneladas, e de milho, em 18.600 toneladas. O historiador Costa e Silva já apontava, sem informar números, como riquezas vegetais daquele momento: *a erva mate, a acácia negra, o eucalipto (atualmente cultivados no município)*.⁷ Estas duas últimas culturas vieram, em anos recentes, a tornarem-se os principais produtos do agro-negócio do município.

No que se refere à indústria, o município se destaca pela produção de defensivos agrícolas (indústria química), de tanino elaborado e semi-elaborado, madeira aglomerada, de cavacos de eucalipto exportados para o Japão e farinha

⁷ *Ibidem*, p. 246 e 247.

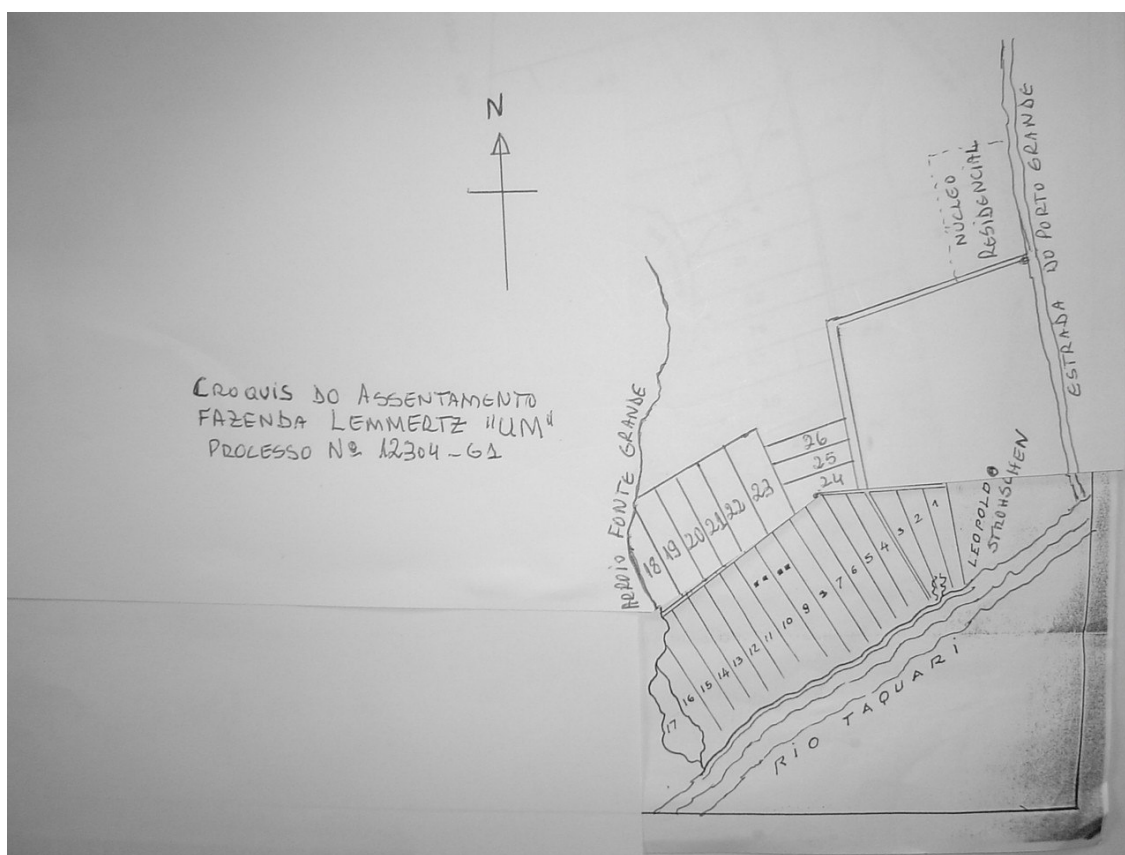
de trigo.

No setor de serviços, é sede da Cooperativa de Eletrificação Rural Taquari-Jacui Ltda, uma das maiores do Estado, com 17 mil associados. Conta com um porto fluvial, hoje revitalizado e com intenso movimento de barcos graneleiros, utilizado para carregamento de cavacos de madeira e como entreposto de passagem de soja e outros cereais. O destaque no setor agro-pastoril atual é a silvicultura, com grandes plantios de acácia negra e eucaliptos, que geram matéria prima para as indústrias de aglomerados de madeira, de madeira fracionada e de tanino, produto este extraído da casca da acácia. No setor primário, como já dito, a principal atividade é a silvicultura.

1.2 O INÍCIO DO ASSENTAMENTO

O projeto do Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz, nome oficial do empreendimento, tem seu marco referencial na aquisição da Fazenda Lemmertz pelo Estado, para que esta se integrasse à Estação Experimental de Pomicultura de Taquari, cujas áreas são contíguas. Nenhum experimento de importância, entretanto, chegou a ser realizado na nova área. A compra foi realizada em 1951, com uma área de 2.014 Há, e 8.254 m². Os vendedores eram os herdeiros de Guilherme Lemmertz. Parte desta área foi destinada aos assentados, em dois momentos e com grupos distintos. O primeiro grupo, composto de 26 ocupantes,

conhecido como assentamento número “UM”, recebeu os lotes de forma gratuita, com áreas de 12 Ha, situada próximos ao rio – lotes de nº 1 a 17. Áreas ligeiramente maiores, entre 14 e 17 Ha, foram destinadas aos ocupantes localizados mais distantes do rio – lotes de nºs 18 a 26, conforme croqui a seguir.



CROQUI Nº. 1

Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmert – Assentamento “UM”.

FONTE: Secretaria Reforma Agrária – Av. Praia de Belas, 1768. Porto Alegre (RS).

A distribuição obedeceu, em linhas gerais, às determinações da Lei nº 2.821, de 14.11.56, que autorizou a doação de pequenos lotes aos ocupantes de terras na Fazenda Lemmert, e às recomendações expressas no Relatório de Abril de 1957,

realizado a pedido da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado, então preocupada com a invasão e legalização da situação dos ocupantes daquelas terras, que chegaram no por volta da década de 1950. O Relatório teve por base levantamento procedido por técnicos da Secretaria. A Comissão de trabalho foi constituída por dois engenheiros-agrônomo e um agrimensor. O documento agrega informações sobre ocupantes das terras e seus familiares; plantio, número de animais, produção obtida e condições dos solos, entre outros assuntos de menor relevância.⁸

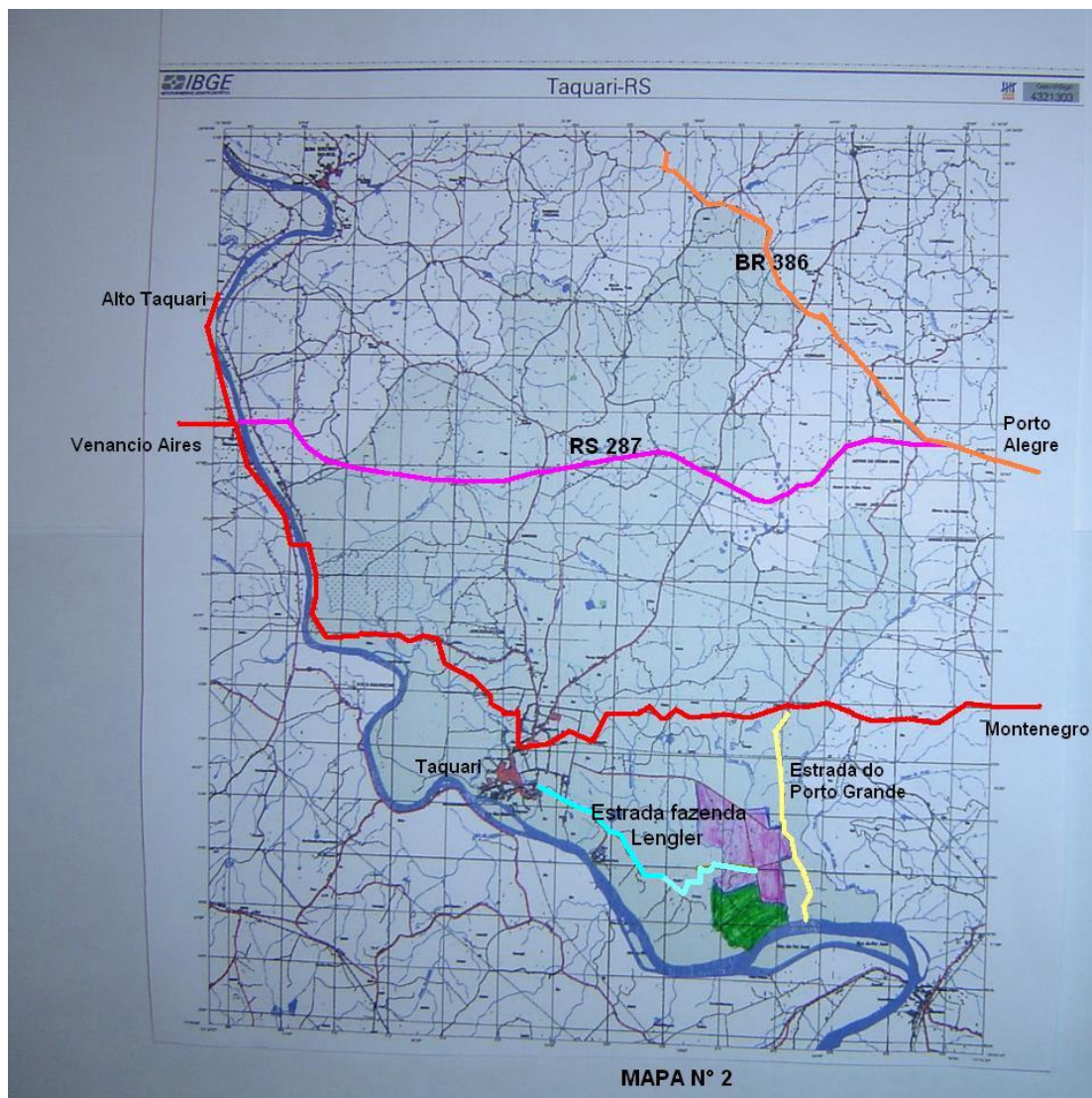
Não obstante as recomendações exaradas no relatório de Abril de 1957, no sentido de que fosse mantida vigilância no local no sentido de impedirem-se novas invasões, estas não foram seguidas, pelo menos preventivamente. As invasões sucederam-se, após pequena paralisação, resultando em um novo processo de assentamento, conhecido como assentamento “DOIS”, agora já no governo de Leonel de Moura Brizola, conforme croqui nº 2. O Mapa Municipal Estatístico de Taquari, Mapa nº 2, identifica com a cor rosa o assentamento “UM” e com a cor verde o novo assentamento “DOIS”.

Vejamos as recomendações:

“Manutenção de um policiamento eficiente nesta zona, pelo menos nos primeiros meses após a doação e construção de cercas acima enunciadas. Sugerimos que este policiamento seja executado por um contingente da Polícia Rural Montada, de preferência, e caso não seja o mesmo seja feito pelo contingente da Brigada Militar do Município de Taquari.”⁹

⁸ Relatório de Abril de 1957 – Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. TOMBO 877, da Diretoria do Patrimônio do Estado.

⁹ Ibidem, p. 7.



MAPA Nº 2. Mapa Municipal Estatístico de Taquari. Principais rodovias. Ano 2000. FONTE: IBGE

Em termos de dimensões territoriais, os lotes variavam, atingindo entre 12 e 19 hectares, e no que se refere aos aspectos físicos da área, tem-se um terreno excepcionalmente plano (vide figuras 1 e 2) e com pequeno desnível em relação ao rio. Algumas partes apresentam discretas elevações, onde estão construídas as casas e demais benfeitorias que ficam livres das enchentes, sendo útil como refúgio para os animais dos assentados por ocasião das cheias. Os solos são de

aluvião, destituídos de pedras e mecanizáveis em toda sua extensão. As partes próximas ao rio, mais baixas e mais férteis, representadas pelos lotes 1 a 17 do assentamento “UM”, estão mais sujeitas às enchentes habituais do rio Taquari, que inunda a quase totalidade da área, onde se procedem poucas benfeitorias. Os demais lotes já se encontram em nível ligeiramente mais elevado, sendo atingidos somente por ocasião das cheias maiores e mais esporádicas.

Conforme se pode ver, na figura 1 aparece parte dos lotes 20, 21 e 22, do assentamento “DOIS”, alienados pelos proprietários originais, hoje pertencem à família Palagi, fazendeiro tradicional do Porto Grande, que destina a área ao cultivo de arroz e à criação de gado. A figura 2 mostra o lote número 5/DOIS, hoje propriedade do fazendeiro Dr. Renato Jaeger, de Porto Alegre, que explora a pecuária. São terras planas ou levemente onduladas.

Fenômenos muito concretos da região em questão, como as cheias do Taquari, são apontados no Relatório de Abril de 1957 como importantes empecilhos no desenvolvimento dos futuros assentados. Na conclusão do Relatório, encontra-se parecer sobre as terras que margeiam o rio, consideradas até mesmo impróprias para o assentamento:

“(…) não reúnem elementos favoráveis para instalação de uma agricultura permanente em bases econômicas, como seria de desejar, em face não só das contínuas cheias da região, como também, pelas condições de solo, que impedem um resultado satisfatório e seguro na produção, além de trazer para o Estado, no futuro, o ônus perene de possíveis prejuízos que possam advir com as calamitosas enchentes do rio Taquari.”¹⁰

¹⁰ Relatório de Abril de 1957, pp. 7/8.



FIGURA 1 – Vista parcial dos lotes 20, 21 e 22/“DOIS”



FIGURA 2 Vista parcial do lote Nº 5/“DOIS”

Por maiores que fossem as dificuldades resultantes das enchentes, o parecer exarado mostra-se um tanto exagerado, certamente influenciado por situação climática do momento. As águas das enchentes atingem de forma mais intensa os lotes 1 a 17 do assentamento “UM”. Entretanto, os relatos dos assentados não indicam este fenômeno como um óbice nos termos apontados pelo relatório.

Convém ressaltar, por oportuno, que o Relatório distava no tempo a apenas 16 anos daquela que foi a maior cheia do Taquari, em 1941. Sobre o assunto enchentes, referindo-se à cidade de Triunfo, na confluência do Taquari com o Jacuí, assim se manifesta José L.Freitas: “(...) *as que mais atenção chamaram e maiores prejuízos causaram, foram as de 1873, 1897, 1925, 1928 e 1936 e, especialmente, a de maio de 1941, a maior de todas.*”¹¹ Outra grande cheia, foi a de 1956, ou seja a menos de um ano do levantamento e do relatório já citado. Nesta ocasião, em Taquari, o nível das águas alcançou nível ligeiramente inferior, pouco mais de um metro abaixo do nível máximo verificado na enchente de 1941.

A questão da fertilidade dos solos envolve outra importante controvérsia. No Relatório de Abril de 1957 as divergências aparecem. O documento assim informa: “*Eis aí, o resultado de três amostras de solo, tomadas a esmo, que traduzem a pouca fertilidade destas terras, que são consideradas pelos agricultores, como as melhores da região.*”¹² Então, tem-se, de um lado o parecer técnico baseado em amostras de solo colhidas nos lotes 10, 15 e 16, do assentamento “UM”, ou seja, em áreas próximas ao rio, que sugerem solos com enormes deficiências em cálcio, fósforo e potássio, com *teor perigosos de acidez nociva*.¹³ Mais: de outra parte, a

¹¹ FREITAS, José L. *Na História do Rio Grande do Sul, Triunfo, 1754*. 1º volume. 1963. p. 214.

¹² Relatório de Abril de 1957. *Ibidem*, p. 8.

¹³ *Ibid*

informação de que os agricultores, ainda invasores, consideravam as terras as melhores da região.

Estranhamente, esta visão empírica dos plantadores é corroborada pelo mesmo levantamento dos técnicos da Secretaria de Estado, quando citam no anexo ao Relatório dados relativos à produção verificada nos lotes do assentamento "UM". A produtividade apontada situa-se entre 2.400 a 3.000 kg/ha de milho, muito acima da média nacional verificada no quadriênio 1957/60, estimada em 1.276 kg/ha. Também na cultura de feijão, quando a média de produção no assentamento em 1956 foi de 792 kg/ha, a média nacional, no quadriênio 1957/60 foi de 673 kg/ha.¹⁴ Deve-se ter presente que estes resultados foram conseguidos com utilização de tecnologia muito rudimentar, sementes comuns, sem calagem e sem adubação. Sobre a qualidade das terras mais baixas e próximas ao rio, verbaliza o depoente José Bizarro Junqueira:

"É boa. Isso era terra bem boa. Qualquer cantinho que plantava em roda da casa dava um mistério de coisas. Colhia batata, colhia batata inglesa, batata doce. Aí se plantava de tudo, cebola, tudo em volta da casa e colhia tudo."¹⁵

Nos demais lotes, mais distantes do rio, as condições de solo se diferenciavam. Não obstante se tratar de áreas menos suscetíveis às enchentes, mas por serem planas e com solos muitas vezes mais impermeáveis, tornavam-se muitas vezes alagadiças, muito ácidas e com grandes carências de nutrientes.

¹⁴ IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil** - 1961, p.75 e Levantamento anexo ao Relatório de Abril de 1957.

¹⁵ DEPOIMENTO de Geni Carvalho Junqueira e José Bizarro Junqueira, ela filha do pioneiro José Alves de Carvalho, do. Lote 15/"UM". (Anexo nº 4).

No assentamento “DOIS”, a exemplo dos lotes de número 18 a 26, do assentamento “UM”, as terras eram menos férteis do que às próximas ao rio, e pelas condições já expostas necessitavam de obras de drenagem e correções tanto de acidez como de fertilidade. Sobre estas questões, assim se manifesta o Eng. Agrônomo Genis Muxfeld, que prestou assistência técnica aos ocupantes do Assentamento “DOIS”:

“É porque na realidade como elas eram terras sujeita as enchentes, eram terras de várzea, eram terras que não se prestavam para todos os tipos de cultura, elas ficaram sendo consideradas como terras de baixa fertilidade. Na realidade nosso projeto original previa drenagem. Foram construídos canais de drenagem para fazer secar alguns daqueles lotes. Depois que eles estavam secos, então começamos a trabalhar. Foi feito um serviço de recuperação do solo, da acidez do solo através de calagem, com uma aplicação muito grande de calcário e a correção, também, de fertilidade com base em elementos que a análise de solo que fizemos e apresentava as deficiências, principalmente de fosfato. E em cima dessa correção nós iniciamos uma lavoura demonstrativa de soja, para mudar aquele enfoque que eram terras de baixa fertilidade. Nós temos dados que durante as colheitas de 1970 até 1972, quando o projeto se encerrou (...) nos alcançamos produtividade maior que a média das lavouras de soja do Estado. Inclusive de zonas que são indicativas, que se prestam para este tipo de cultura, nós superamos a média, nestas áreas que eram consideradas inférteis.”¹⁶

1.3 A INFRA-ESTRUTURA

A infra-estrutura necessária à efetiva implementação do assentamento praticamente inexistia. Tratava-se de uma fazenda de exploração pecuária, com algumas benfeitorias próprias desta atividade. Contava com casa sede, casas dos agregados, cercas nas divisas externas e algumas cercas divisórias internas. Não existiam estradas internas, escola, eletrificação e água de boa qualidade.

¹⁶ DEPOIMENTO de Genis Muxfeld, Engenheiro Agrônomo que prestou assistência técnica no assentamento “DOIS”. (Anexo nº 5).

Esta fazenda estava encravada em região de grandes propriedades, desenvolvendo atividade pecuária de forma extensiva, o que não incentivava a formação de um núcleo de apoio, por pequeno que fosse, dotado de escola, comércio ou posto de saúde.

O acesso à fazenda dava-se por meio da estrada vicinal do Porto Grande, que liga a estrada estadual Taquari-Montenegro ao antigo porto já então desativado, que toca a Fazenda em pequeno trecho pelo lado Leste, onde esta forma um dente, conforme destaque no Mapa nº 2. A produção inicial dos assentados era retirada por carroça, sendo conduzida via estrada vicinal mal conservada do Porto Grande até algum ponto que permitisse a entrada de caminhões. Era o único acesso rodoviário.

A estrada que corta o assentamento transversalmente, entre os lotes 47 ao Norte e os lotes 48 a 52, pelo lado Sul, que ligou o Núcleo à cidade, atravessando a Fazenda Lengler, foi construída nos anos de 1973/74 (Mapa nº 2). Compreendeu a construção de pontilhão sobre o arroio Fonte Grande, abertura de estrada da Fazenda Lengler até o Núcleo, bem como o melhoramento do ramal interno, que não reunia condições de tráfego para veículos automotores. Talvez, esta tenha sido a primeira obra importante realizada pela Prefeitura Municipal, pois que tornou o assentamento mais próximo à cidade e evitou o longo contorno pela estrada do Porto Grande.

A rede de eletrificação rural chegou ao Campo do Estado no ano de 1981, construída pela Cooperativa de Eletrificação Rural Taquari-Jacuí Ltda. As duas

escolas, das quais uma ainda se encontra em funcionamento, foram construídas durante o governo Brizola. Uma de primeiro grau, no lote 6/UM, e outra, ainda funcionando, no lote 8/DOIS. As figuras 3 e 4 trazem as duas escolas.



FIGURA 3

Escola de Ensino Fundamental atualmente desativada (lote 7/UM).

Os técnicos responsáveis pelo levantamento que gerou o Relatório de Abril de 1957 demonstraram preocupação quanto ao escoamento da produção, construção das residências e demais benfeitorias em local livre das enchentes. Recomendaram a construção de um acesso rodoviário até o rio, onde houvesse condições de estabelecer-se um pequeno porto para embarque da produção realizada. Registra o relatório:

“... e rumando com os demais membros da comissão, para as

margens do rio Taquari, a fim de verificar quais os lotes mais indicados para acesso no mesmo rio, que deverão ser reservados para o Estado. Executada a verificação, foram escolhidos os lotes 2 e 3, como os que apresentavam as melhores de acesso, levando-se em consideração de que naquele local, já existir um antigo porto de regular calado para embarcações.¹⁷



FIGURA 4

Escola de ensino Básico incompleto (lote 8/DOIS)

A idéia, entretanto, não prosperou. Já não se transportavam mais produtos coloniais pelo rio. O porto antigo, que emprestou seu nome ao local, há muito tempo deixara de funcionar:

“O porto funcionou enquanto a navegação funcionou. Aquele era um porto de embarque e desembarque por onde saíam alguns produtos da própria Fazenda Lemmertz. A estrada já existia, foi melhorada. O traçado com pequenas correções é o traçado atual.”¹⁸

Por ocasião das invasões, a navegação já praticamente inexistia, e os lotes 2

¹⁷ Relatório de Abril de 1957. Ata Nº. 1.

¹⁸ DEPOIMENTO de Frederico Damião Arnt Bavaresco (Anexo nº 3).

e 3 que permaneceriam em poder do Estado, foram distribuídos, tendo o porto ficado no projeto.

No que se referia à fixação das moradas e demais instalações, o parecer técnico sugeria a formação de uma agrovila, mediante a doação de terrenos dentro desta área para os assentados com até 3.000m² de área, em local elevado e livre das cheias do rio. Conforme se visualiza no croqui do assentamento “UM”, a área destinada à agrovila situava-se à margem da estrada vicinal do Porto Grande,

“Depois de um estudo local, achou a Comissão por bem localizar este núcleo residencial, na parte alta (...) junto a estrada do Porto Grande, que dá acesso a estrada estadual Montenegro-Taquari.(...) Esta área, depois de rigorosamente medida e demarcada, será dividida em 24 lotes, tantos quantos são os contemplados com lotes de terras (...) com a finalidade de aí localizarem suas residências ou zonas de refúgio, quando das enchentes. (...) visa não só a segurança das famílias dos agricultores e bens móveis, em casos de enchentes, como também, a vantagem do fácil escoamento de seus produtos, pela estrada de Porto Grande, que dá acesso a estrada estadual Montenegro-Taquari. (...) a comissão resolve ligar a zona dos lotes cultivados com o núcleo residencial, por meio de um corredor (...) proporcionando, desta maneira, um livre trânsito e completa independência para os agricultores contemplados com lotes;”¹⁹

Em verdade, o plano foi executado até a distribuição dos pequenos lotes na parte alta da Fazenda. Cada assentado recebeu um terreno junto à estrada vicinal do Porto Grande, conforme consta no Croqui n° 1, com área de 3.000 m². Nesta área livre das enchentes deveriam ser construídas as benfeitorias necessárias, ações que redundariam em uma pequena agrovila. Entretanto, nenhum destes lotes chegou a ser ocupado. Alguns até fizeram pequenas lavouras, mas nenhuma benfeitoria foi erigida nessa localização. Preferiram executar suas construções em

¹⁹ Relatório de Abril de 1957. p. 5 e 6.

lugares mais altos e próximos de suas lavouras.

Cumpre ainda apontar que o corredor ligando a estrada vicinal do Porto Grande até os lotes, programado no relatório, chegou a ser aberto pelo IGRA, mas com trânsito apenas para carroças, dado a precariedade da construção. A própria estrada do Porto Grande, já existente, quando acometida por chuva intensa não permitia o trânsito de veículos automotores.

Nas fotos reproduzidas a seguir, mostram-se construções ainda existentes e feitas pelos primeiros assentados do Núcleo. Na figura 3 aparece o galpão construído no lote 6/UM, pelo pioneiro Avelino Machado Couto, única construção ainda remanescente dos primeiros povoadores. A área permanece e é explorada por descendentes, mas que não residem mais no Núcleo. Na figura 4, aparece a residência construída no lote 5/UM, hoje pertencente ao casal constituído por um neto do João Lopes e pela neta do outro pioneiro, José Alves de Carvalho do lote 15/UM. Trata-se do único e último casal ainda residente dos antigos lotes 1 a 17,

Vale destacar, em resumo, que o assentamento aconteceu em terreno que apresentava peculiaridades as mais variadas. Como fatores virtuosos,²⁰ podem-se apontar:

- a) Proximidade do centro urbano Taquari;
- b) relevo plano que permite mecanização e recuperação fácil, em termos de acidez e deficiência de fertilidade, apesar de a prática ser onerosa;

²⁰ Termo utilizado em economia. Refere-se a um conjunto de idéias e valores que agem de forma a robustecer o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade ou país. Inclui melhor sistema de infra-estrutura, bom sistema educacional, alimentação adequada e assistência em saúde, entre outros.



FIGURA 5
Galpão construído pelo pioneiro Avelino Machado Couto



FIGURA 6
Residência remanescente dos lotes 1 a 17, assentamento "UM"

c) terras já hortadas anteriormente, de fácil manejo e em grande parte cobertas por gramíneas, sem necessidade de se fazer desmatamento;

d) algumas áreas prontas para certos cultivos, como as próximas ao rio para o plantio de milho e outros e áreas próprias para arroz irrigado, sem necessidade de investimentos importantes.

De outra parte, pode-se visualizar como fatores negativos:

a) Imensas carências de infra-estrutura (estradas, eletrificação, drenagem, escolas);

b) momento pouco favorável, pois que Taquari passava por período de estagnação econômica;

c) necessidade de razoáveis recursos financeiros para investir em benfeitorias nas propriedades, como correção de acidez, fertilidade dos solos e mecanização.

2 A OCUPAÇÃO

Neste momento, a preocupação no que se refere à ocupação do “Campo do Estado” foca-se especialmente na gente, nos ocupantes e suas famílias: quem eram, de onde vinham, o que faziam e o que traziam consigo em termos de patrimônio físico, relacionamento com o mundo exterior, nível educacional, bem como se o espírito de empreendedorismo e de associativismo compunham o seu perfil. Mais: alguns aspectos sobre o histórico da invasão, as motivações da emigração, apoios recebidos e as resistências encontradas faziam parte dos questionamentos a serem desenvolvidos junto àquela gente.

2.1 A CHEGADA

A ocupação pelos posseiros na Fazenda Lemmertz se fez a partir das terras localizadas próximas ao rio, para depois se expandirem em direção das áreas mais afastadas. Os ocupantes dos lotes 1, 2 e 5 do assentamento inicial, posteriormente chamado de número “UM”, nem sequer invadiram a área. Eram ex-trabalhadores da própria fazenda, que se mantiveram no local mesmo depois de alienado ao Estado. Aos poucos, outros foram chegando, gente próxima por parentesco ou compadrio, e fazendo suas pequenas lavouras. Sobre os primeiros ocupantes, o técnico da

Estação Experimental Dr. Frederico Bavaresco Estação Experimental assim se manifesta:

“Faziam pequenas lavouras ali como zeladores ou moradores permitidos dentro dessa área, que estavam lá para cuidar do gado da Estação e, aos poucos foi tomando posse, com consentimento e ao natural, e sendo povoado rarefeitamente por familiares daqueles que originalmente ocupavam o campo como prestadores de serviços.”²¹

A grande maioria dos demais assentados chegou entre agosto do ano de 1955 e fevereiro de 1956. Instalados em barracos improvisados, iniciaram os plantios mais comuns e dos quais já tinham experiência. Conforme depoimento de Geni Carvalho Junqueira (filha do posseiro José Alves Carvalho, pioneiro que permaneceu na área, acompanhou o pai na invasão, em setembro de 1955, com apenas 12 anos de idade) quando questionada sobre os cultivos iniciais, verbalizou: *ah, aipim, mandioca. Nós plantávamos milho, feijão... milho para venda.*²²

Não obstante o processo de povoamento e legalização dos lotes do assentamento número “DOIS”, burocraticamente e temporalmente ser distinto do de número “UM”, guardam importantes semelhanças entre si, pois que os imigrantes são todos oriundos das mesmas regiões, tendo traços culturais idênticos e motivações em comum.

A diferença mais importante talvez resida no fato de terem chegado em datas diferentes, porém muito próximas. Outras diferenças verificadas, e que

²¹ DEPOIMENTO de Frederico Damião Arnt Bavaresco (Anexo nº 3).

²² DEPOIMENTO de Geni Carvalho Junqueira e José Bizarro Junqueira (Anexo nº 5).

aparentemente pouco influenciaram no desempenho e no comportamento social dos ocupantes, traz que o segundo grupamento recebeu áreas maiores, porém menos férteis, solos com vocação para culturas um pouco diferenciadas, menos suscetíveis às cheias do Taquari e com alguns lotes bastante encharcados, necessitando drenagem. E mais: tiveram de pagar pelos seus quinhões, ao contrário dos ocupantes do assentamento “UM”, que receberam por doação, mas com preço firmado em bases acessíveis, totalmente financiado, com condições amplamente favoráveis, prazo dilatado, juros módicos e sem correção monetária.

Cumpra ainda apontar que uma das características mais marcantes foi o aspecto da base familiar solidificada verificada em ambos os assentamentos. À exceção da chegada de dois ou três menores solteiros, todos os demais vieram acompanhados de suas famílias, trazendo também seus pertences incluindo-se aí animais de serviço e de criação. Sobre a questão, a depoente Sra. Geni, perguntada se sua mãe acompanhara seu pai, José Alves de Carvalho, para o Campo do Estado: “*Vieram todos, eu vim com 12 anos*”²³. Também no assentado do lote 39, assentamento “DOIS”, o Sr. Manoel Silveira de Araújo, que veio mais tarde com a família, assim se manifesta acerca da vinda ou não de solteiros: “*Nem entrava. Solteiro não entrava, hoje entram*”.

Na ocasião do levantamento inicial, em 20 de março de 1957, anexo Nº 3, os técnicos catalogaram 33 posseiros já instalados no local. Todos eram casados, trouxeram animais domésticos, como vacas de leite, suínos, galinhas, cavalos e bois

²³ DEPOIMENTO de Geni Carvalho Junqueira e José Bizarro Junqueira (Anexo nº 5).

mansos. Destes, 26 receberam lotes de terras na área “UM” e apenas dois ocupantes não possuíam bois de serviço.

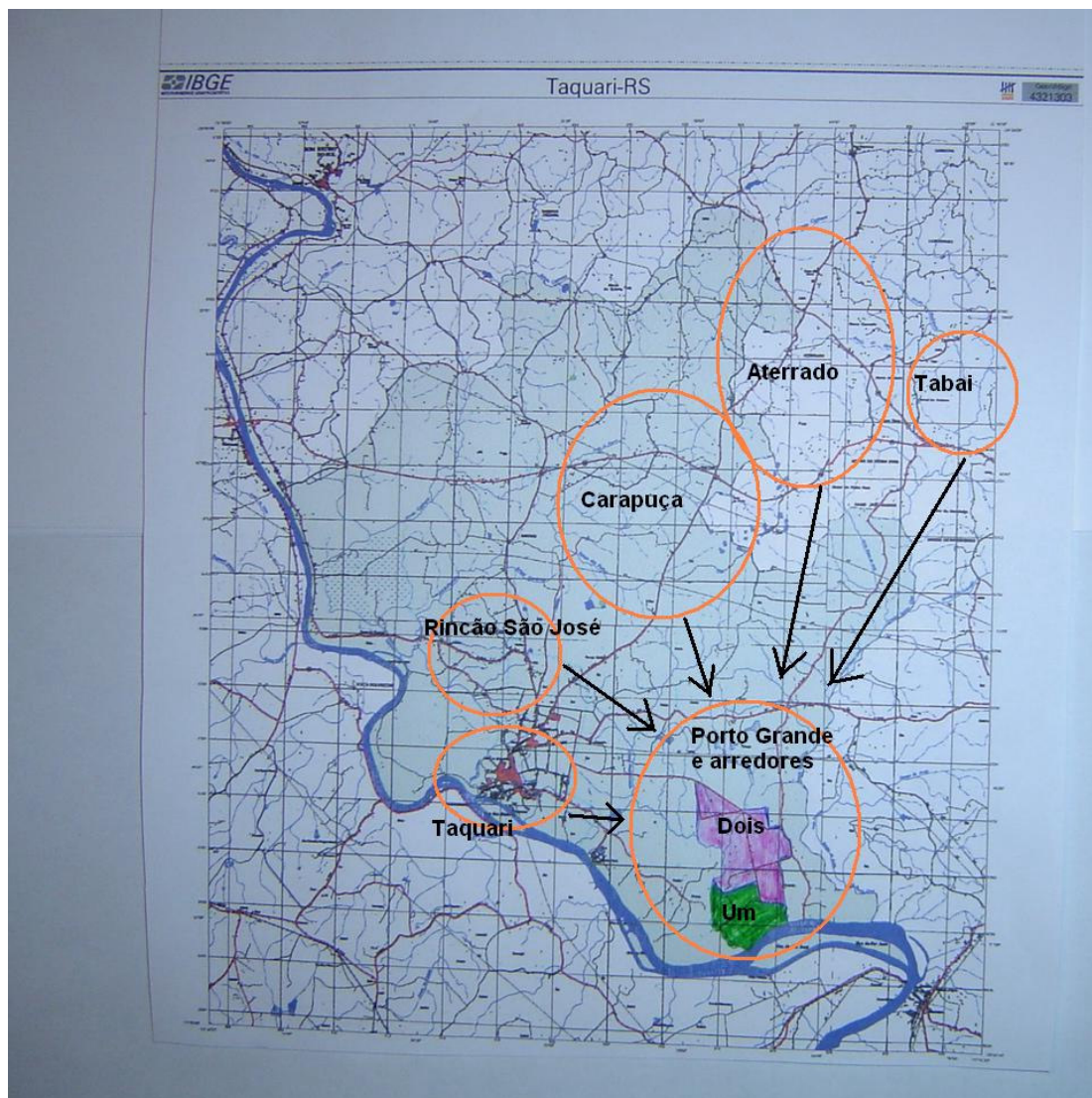
Entende-se que nesses processos relações foram se objetivando e se internalizando na comunidade, construindo sentimento de pertencimento e afeto ao território, ao lugar e às pessoas do lugar. Dos 78 assentados de ambos os assentamentos, apenas três não tinham origem familiar do local, das cercanias de Taquari. Mas, mesmo estes três, estavam ligados ao ramo da agricultura, já se encontravam na região há alguns anos e que a vinda, em momento bem anterior, não fora motivada pelo assentamento. A discriminação dos assentados quanto às suas origens, atividades anteriores e dados pertinentes, encontram-se relacionados nos anexos 1 e 2. Não houve deslocamentos de comunidades distantes. Os mapas de Taquari e de Tabai, de nº 3, a seguir, apontam graficamente os deslocamentos, que no máximo atingiram 20 km. Consigne-se que Tabai emancipou-se recentemente, jurisdicionando a localidade do Aterrado.

Na tabela a seguir, relacionam-se números de emigrados por localidade.

TABELA 1
NÚMERO DE EMIGRADOS POR LOCALIDADE

LOCALIDADE	NÚMERO DE EMIGRADOS
Aterrado:	30 ocupantes
Carapuça:	07 ocupantes
Tabai:	07 ocupantes
Rincão São José:	03 ocupantes
Cidade:	05 ocupantes
Porto Grande e cercanias:	26 ocupantes ²⁴

²⁴ (*) Incluem-se as seguintes localidades: Patronato, Costa do Santa Cruz, Porto Grande, Fazenda Lengler e Asilo Pella, todas nas cercanias dos assentamentos.



MAPA Nº 3 – Município de Taquari e Tabai e as regiões de emigração.

FONTE: IBGE: Mapa Municipal Estatístico de Taquari. Ano 2000

Em destaque:

Localidades de origem dos imigrantes dos assentamentos “UM” e “DOIS”
Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmert

2.2 AS ORIGENS

De acordo com o levantamento estatístico procedido, chegou-se aos dados consignados na tabela 1. Tais achados permitem classificar os emigrados em três grupos distintos, a saber:

√ Um primeiro, e menor, composto dos cinco cidadãos urbanos, mas todos oriundos de famílias que estavam ligadas à agricultura.

√ Um segundo grupo e o mais numeroso composto de 47 ocupantes, oriundos das localidades de Rincão São José, de Carapuça, de Aterrado e Tabai e cercanias, áreas rurais contíguas, com predominância de solos arenosos e pouco férteis, onde se desenvolve primordialmente o plantio de mandioca e outras culturas de manutenção.

√ Um terceiro grupo compõe gente oriunda das redondezas de Porto Grande, da região da própria Fazenda Lemmertz, quando não da própria fazenda, e engloba 26 assentados.

O Mapa nº 3 permite uma visualização da origem dos assentados. A história do Aterrado do Rincão São José da Carapuça e a do Tabai Rural, entretanto, distingue-se da história de Porto Grande e seus arredores, onde se situa o Núcleo da Fazenda Lemmertz. Suas origens são distintas e determinaram modos de produção originais, com gentes diferentes. Neste ponto, permitimo-nos uma pequena

digressão. Entre a cidade e a divisa do município de Triunfo existiam apenas duas estâncias: “*O estancieiro mais próximo da povoação chamava-se Francisco da Silva Barbosa. Sua estância abrangia os campos, desde o arroio Pinheiros [ou Fonte Grande] até perto do povoado*”.²⁵ Apesar de não constar registro quanto à metragem da área da estância, pode-se deduzir tratar-se de área de grandes dimensões, conforme pode ser visualizado no Mapa nº 4.

O município em seus albores teve terras distribuídas em lotes de grande tamanho, pelo sistema sesmarias.²⁶ Como exemplo, citamos as terras que vão desde o arroio Pinheiros, também conhecido como Fonte Grande, até o arroio Santa Cruz, na localidade hoje denominada Porto Grande, divisa com o município de Triunfo. Esta área foi apossada por um aventureiro paulista, Sr. Francisco Correia Sarafana: “*O contemporâneo de Luiz Vicente foi um tal de Sarafana, que se apoderou do terreno situado entre os arroios Pinheiros, ou Fonte Grande, e Santa Cruz.*”²⁷

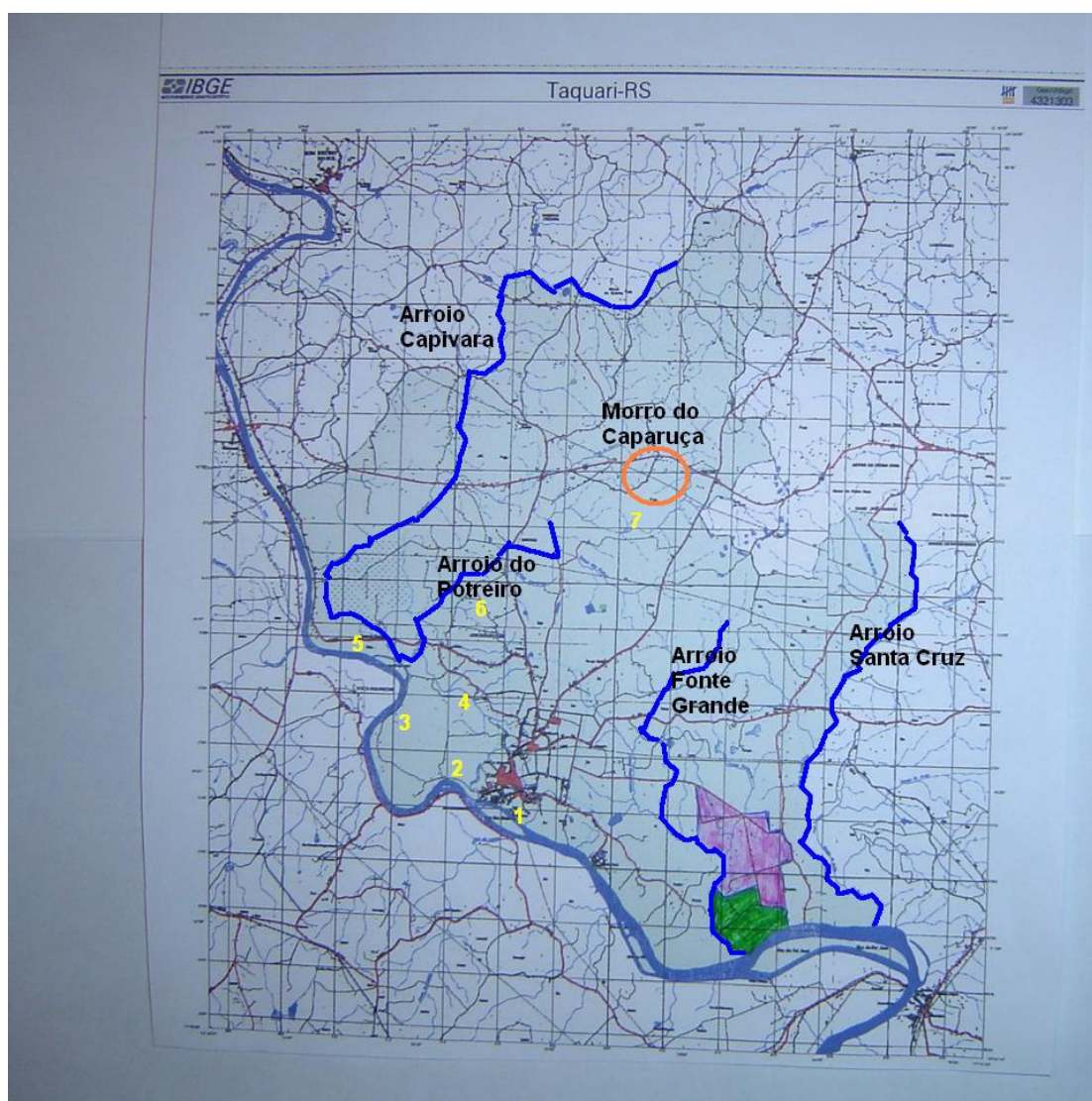
A terra da qual o Capitão Sarafana se apropriou, faz limite com o rio Taquari, ao sul, estendendo-se para o Norte, entre os arroios Fonte Grande e Santa Cruz (vide Mapa nº 4). O Núcleo Fazenda Lemmertz situa-se dentro destas divisas apontadas. Com seus mais de 2.014 hectares compunha a antiga e imensa estância do Capitão. Estas duas fazendas sofreram poucos fracionamentos, permanecendo até anos recentes com suas características sociais e econômicas quase que

²⁵ SILVA, Riograndino da Costa e. *São José do Taquari, a história de minha terra*. Porto Alegre: Edições Flama, 1972. p. 106.

²⁶ O conceito de sesmaria funda-se na existência de carta de sesmaria passada pelo governador da Capitania (Vice-Rei) e acha-se regulado pelo Regimento das Sesmarias. Contudo, é pacífico afirmar que o termo “sesmaria” não designava uma propriedade de certa extensão e sim qualquer terra devoluta conferida dentro de certas obrigações e limitações. RUDIGER, Sebalt. *Colonização e Propriedade de Terras no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: SEC-Divisão de Cultura-Instituto Estadual do Livro, 1965. p. 25.

²⁷ *Ibidem*, p. 84.

inalteradas.



MAPA Nº 4

Mapa de Taquari com referências históricas.

FONTE: IBGE. Mapa Municipal Estatístico de Taquari. Ano 2000.

Em destaque: Arroios e morro citados como limítrofes de propriedades doadas pelo sistema de sesmarias; Localização de algumas datas de terras concedidas aos açorianos em 1780:

- 1) – Estaleiro; 2) Arroio do Tingueté; 3) Caramujo; 4) Tingueté; 5) Arroio Capivara; 6) Arroio do Potreiro e 7) Carapuça.

Outro pioneiro, Luiz Vicente, “colocou sua estância na fralda do morro do Carapuça, do lado sueste. (...) Chamou ele a posse toda a extensão compreendida entre o rio e a serra.”²⁸ De igual modo, seu concunhado, Tenente Francisco da Silva, segundo o trabalho do General José Fabrício sobre “Os Primeiros Povoadores de Taquari”, citado no trabalho do historiador Riograndino, teria vindo junto com Luiz Vicente e tomado imensas áreas de terras para si:

“...provavelmente, o primeiro povoador da gleba taquariense, o primeiro morador que verdadeiramente se fixou na região junto ao Passo do Rio Tebiquary, o que comprovam as concessões de suas sesmarias (...). Verifica-se, com efeito, por antigas petições que o Tenente Francisco da Silva estava de posse dos campos que foram arrancar os casais para ali enviados em 1760...”²⁹

Também desse foi a primeira Carta de Sesmaria, concessão feita por Gomes Freire de Andrada, Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro, em 25 de junho 1754, que se refere a um rincão fechado, com duas léguas de terra em quadro, limitada ao sul com o rio chamado Tacoari.³⁰

Nos dias atuais, à montante do rio, bem como no interior do município, nas áreas mais afastadas do rio, mantêm-se as mesmas particularidades que envolveram a formação das demais estâncias. Como cita o historiador Riograndino, referindo-se ao trabalho do Dr. Octávio Augusto Faria: *Do Capivara (arroio) para cima, até contestar com a sesmaria de João da Silva Ribeiro Lima tomou posse João da Costa Leite.*³¹ Refere, ainda, duas concessões de grandes proporções, procedidas nas terras denominadas de Serra Geral, destinadas a João Inácio

²⁸ *Ibid.*

²⁹ *Ibidem*, pp. 89/90.

³⁰ *Ibidem*, p. 94.

³¹ *Ibidem*, p.107.

Teixeira e Antonio da Costa Leite.³²

Desta forma, as terras de São José do Tebiquary, no início de sua colonização, foram tomadas de forma não diferenciada com o resto do Continente, levando a sociedade gaúcha a plasmar-se sob a égide e controle de uma classe de estancieiros, muitas vezes, originários das tropas militares. Neste sentido, o relato do Professor Flores:

“No século XVIII a estância ou fazenda familiar, comunal e com espírito militar, porque concedida além da linha divisória do Tordesilhas, empurrava pouco a pouco a fronteira com a Espanha. As sedes das primeiras estâncias eram precárias (...). A mão de obra escrava e livre, formada por capataz, peões domésticos, peões campeiros, agregados e posseiros.”³³

No entanto, foi no cumprimento das ordens de S. Majestade quanto à concessão de terras aos imigrantes açorianos, que mudou o rumo do sistema de distribuição das terras em Taquari, bem como surgiu uma nova ordem social rural. A resolução foi emitida em 15.9.1770, ou seja, mais de 20 anos depois de chegados os colonos ilhéus ao Brasil. Nos termos do documento, foram distribuídos a cada família, em sua maioria formada por casais de número, inclusive viúvas, terras com ¼ de légua em quadro.³⁴ Ficou encarregado da organização da povoação de Taquari o capitão-engenheiro Montanha, conforme portaria emitida pelo governador militar José Marcelino, completando-se com a demarcação e entrega das áreas em 1771.

³² *Ibidem*, p. 97.

³³ FLORES, Moacyr. ***História do Rio Grande do Sul***. Porto Alegre: Nova Dimensão, 4ª Ed., 1993. p. 64.

³⁴ *Idem*, Área de terras correspondente a um quarto de légua em quadro, correspondente a 562.500 braças quadradas ou 272 hectares 2.500 m², doadas aos casais de número, no século XVIII. ***Dicionário de História do Brasil***. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2ª Ed., 2001. p. 201.

“A maioria esmagadora, como se vê nos 54 registros que anotamos, ganhou datas com 562.500 braças quadradas de extensão, demarcadas e entregues por Montanha em janeiro e fevereiro de 1771.”³⁵

Consta, de acordo com a documentação disponível, definição de localização de algumas das datas concedidas, poucas mas suficientes para se construir idéia da posição inicial das terras ocupadas pelos açorianos. Com bastante segurança, pode-se afirmar que as primeiras 54 datas concedidas localizavam-se em uma faixa de terras que tinha, seguindo-se a linha do rio Taquari, o espaço entre proximidades da Villa até a foz do arroio Capivara, ao norte. Dita faixa de terras seguia em direção Nordeste, atingindo o morro do Carapuça, e talvez até ultrapassasse este marco, conforme Mapa nº 4.

Os registros existentes apontam alguns locais onde foram assentados os colonos açoritas, mas apenas os mais próximos da vila e que também estão explicitados no Mapa nº 4. Ditas áreas, ou pelo menos boa parte delas, pertenciam ao pioneiro citado Luiz Vicente e a seu concunhado, Tenente Francisco da Silva. O primeiro, cuja estância estendia-se do sueste do morro do Carapuça até o rio Taquari, teve suas terras invadidas pelos açoritas. Consta que Luiz Vicente, inicialmente, não se opôs às invasões, talvez por considerar não muito legal a sua posse, ou por entender que a vinda desses imigrantes poderia contribuir para a valorização de suas terras.

Em dado momento, problemas e dificuldades de integração foram experimentados, diante da necessidade de acomodação as novas gerações,

³⁵ RUDIGER, 1965. p. 57.

constituída de filhos dos colonos. As primeiras desavenças acabam por envolver as autoridades competentes. A propriedade acabou sendo adquirida pelo Estado mediante permuta, recebendo Luiz Vicente novas terras, em Arroio dos Ratos.³⁶

De igual modo, as terras do Tenente Francisco Silva foram utilizadas para assentar os casais açoritas, local onde muitos já se encontravam, mesmo antes da distribuição procedida pelo Capitão. Montanha, em 1771:

“Ocupava os campos marginais do rio Francisco Silva, que em 1784 era tenente e que teria sido, talvez o primeiro povoador da região. As instruções a José Custódio autorizavam-no a colocar os casais onde julgasse mais conveniente, mesmo nas terras dadas em sesmaria. O tenente Silva não era sesmeiro, porém o primeiro ocupante, de sorte que não lhe assistiam títulos legítimos para embaraçar a ação governamental. Não obstante, devia ter promovido algum tempo mais tarde a reivindicação de seus direitos como desbravador.”³⁷

Corroborando com a assertiva o fato de que estas terras já estavam sendo ocupadas, pelo menos parcialmente. As razões são expressas no requerimento de Francisco da Silva, em 1780, emitido ao governo da Capitania, pedindo a concessão de mais terras, tombado no acervo da coleção do Arquivo Nacional: “... *que, haverá doze annos, lhe tiraram os campos que tinha povoado, para arranchamento dos cazais de S. Magestade, fazendo-o despejar os seus animais...*”³⁸

Mesmo assim, é prematuro afirmar-se que as duas formas de colonização formaram dois mundos socialmente distintos. Geograficamente estavam separados. O predomínio das estâncias manifestava-se na parte mais ao sueste do município, onde está o Porto Grande que abriga a Fazenda Lemmertz, mais

³⁶ SILVA, Riograndino da C. 1972. p. 84.

³⁷ FORTES, Breno Borges. **Os casais açorianos**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2ª Edição, 1978. p. 101.

³⁸ SILVA, Riograndino da Costa e. 1972. p. 91.

ao Norte, nas terras que ficam no além do arroio Capivara. Na faixa intermediária, situavam-se propriedades médias e pequenas, ocupadas predominantemente pelos açorianos e seus descendentes. Entretanto, há de se considerar que o povoamento teve também outras nuances.

Cabe examinar também, se o povoamento, mesmo em seus primórdios, ficou limitado às famílias açorianas de um lado, tendo estancieiros com seus capatazes, peões e posteiros do outro lado. O próprio historiador Riograndino, citando o Dr. Otávio de Faria, reconhece a vinda de outras pessoas, em especial de Triunfo:

“Entende, mesmo, o Dr. Otávio de Faria que muito antes da vinda dos casais açorianos, os arredores da atual cidade já haviam recebido o contato dos ocidentais, “em exploração dos terrenos conquistados pela antiga metrópole”. E assim justifica o que afirma: “a prova mais cabal do quanto a asserção afirmada é exata temo-la em mostrar que então já existia o povoado de Triunfo, a seis léguas abaixo de Taquari, o que, certamente, arrastaria seus moradores a uma excursão por esses sítios. Assim, pois, podemos afirmar que os primeiros ocidentais internados no município provieram, certamente, do povoado de Triunfo.”³⁹

Há de se considerar, ainda, a grande mobilidade dos novos habitantes, sempre em busca de melhores oportunidades. Esse constante buscar, na prática, resumia-se quase que exclusivamente em sentar praça nas forças armadas. Para que se tenha uma idéia, cita-se a observação de Wiedersphan:

“Dos 14 casais açorianos lá estabelecidos em 1760, (...) apenas sete haviam permanecido no local escolhido por José Custódio, em 1764, pois os outros sete haviam passado para Santo Amaro, em busca de melhores oportunidades. Nem todos eles permaneceriam em suas terras, ainda não regularizadas, nem demarcadas em definitivo, já que nas relações de 1784, da provedoria da capitania, entre os 87 casais assinalados como moradores e de número de São José de Taquari (...) muito poucos dos 30 casais citados [refere-

³⁹ SILVA, Riograndino da C. *Ibidem*, p. 84.

se aos 30 primeiros povoadores relacionados em 1764] acima nela aparecem.”⁴⁰

No entendimento do historiador Sebalt Rudiger, o edital anunciando a distribuição das datas de terras prometidas por El-Rei, serviu como convocação para os açorianos, já então dispersos. Eis os termos do edital: “*É preciso notar que não se convocava o grosso dos casais e sim aqueles isolados, que por qualquer razão haviam se desgarrado do rebanho.*”⁴¹ Certamente, muitos daqueles beneficiários não pertencentes ao grupamento dos 30 iniciais, migraram de alguma região próxima no momento da demarcação. Ainda o mesmo autor entende que a partir de 1780 a descrição dos casais se torna imprecisa, pois que as colônias formavam-se com gente mista. Nada pode assegurar que as dispersões não continuaram, até porque muitos dos colonos receberam terras pouco propícias para plantios.

Paulatinamente, a colonização açorita foi diluindo-se por migrações e uniões entre seus filhos com jovens descendentes de outros povoados, adaptando-se ao ambiente da nova pátria. As contribuições de Wiederspahn são esclarecedoras:

“É que José Marcelino passou a considerar como casais merecedores de datas de terras todos os de bom comportamento, inclusive alguns pelo matrimônio de homens bons e honestos com índias também reconhecidamente recatáveis. Devemos, pois admitir que a partir de 1770 passariam os antigos “casais de número” e seus descendentes a se integrarem de fato à nova comunidade sul-riograndense surgida naquela confusão generalizada provocada pela dispersão dos açorianos na “corrida do Rio Grande”, de 1763.”⁴²

E a colonização de Taquari não foge desse modelo. O que restou em Taquari, foi uma parte dos domínios rurais com nítido predomínio de latifúndio e seu sistema

⁴⁰ WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979. p. 98 e 99.

⁴¹ RUDIGER, 1965. p. 53.

⁴² WIEDERSPAHN, 1979. p. 107.

social hierarquizado e rígido. Em outra parte, uma faixa de terras, com propriedades médias ou pequenas, exploradas predominantemente por famílias, onde alguns habitantes se dizem descendentes dos ilhéus, porém, sem constituir uma sociedade com hábitos e costumes que possam caracterizar uma cultura açorita.

O professor Flores mostra-se bastante radical quando fala sobre o tema: *“Professores continuam a transmitir o mito açoriano nas escolas, sem considerar que sua contribuição se dilui num oceano de outras influências étnicas.”*⁴³

Mas, a contribuição importante na evolução da sociedade agrária taquariense para o presente trabalho reside no fato de que o modelo de criação de núcleos de pequenas e médias propriedades rurais distribuídas aos açorianos, aos seus descendentes e a outros, não alcançou os resultados desejados, por razões diversas, dentre elas: a não possibilidade para a exploração da pesca nos molde das ilhas; os solos distribuídos apresentavam baixa fertilidade e as áreas sem possibilidades de expansão, limitadas por latifúndios lindeiros.

Wiederspahn assim resume os efeitos desta colonização:

“O que fracassou foi a tentativa então visada pelos planejadores do empreendimento em estabelecer entre nós o sistema da pequena propriedade agrária, antes de existirem condições satisfatórias e adequadas para tal.”⁴⁴

A expansão de novas áreas em Taquari fez-se em direção ao nordeste, sobre as áreas do Aterrado, Tabai e outras, dada à impossibilidade de se deslocarem noutras direções dominadas por latifúndios (ver Mapa Nº 4). Nessas áreas, as terras

⁴³ FLORES, Moacyr. **República Riograndense: Realidade e Utopia**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. p. 58

⁴⁴ WIEDERSPAHN, 1979, p.134..

eram de baixa qualidade, permitindo apenas a reprodução do modelo anterior centrado nos cultivos da mandioca, algum milho e na criação de animais com tecnologia muito rudimentar. Uma das razões do insucesso dos núcleos pequenas propriedades rurais, citados pelo historiador Rudiger, deve-se à falta de oportunidade de compensar as terras cansadas pela agricultura rotineira, verificada também em Taquari, mesmo de forma parcial.⁴⁵ A região onde predominaram as pequenas e médias propriedades, caso das regiões do Rincão São José, Aterrado, Carapuça, Tabai e arredores, e de onde emigraram as maiorias dos assentados, manteve-se sempre próximas ao limiar da pobreza.

São escassos os documentos que tratam da produção do município. Têm-se apenas relatos que permitem inferir a pouca importância das atividades primárias desenvolvidas e a insuficiente renda gerada. Duas notas sobre relatos de 1881 e 1884, citadas pelo historiador Riograndino, extraídas dos Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil merecem referência:

“O Sr. H. A Gruber, em sua notícia sobre as colônias do Sul do império (1881) diz. “A villa de Taquary, situada a 85 kilometros de Porto Alegre e povoada de 15.000 habitantes, está hoje em regresso, que é para ser attribuido à deslocação operada pelo prolongamento da navegação fluvial até a villa de Estrella.”

“A villa de Taquary subsiste pela riqueza do município deste nome. Pequena contendo apenas 230 prédios e 2.500 habitantes parece estar fadada a não progredir em sua vida commercial. Alimentam-na e dão-lhe forças o município, pela grande exportação de madeiras de lei e de gêneros alimentícios, e a villa de Santa Cruz, que pelo seu porto dá sahida a variados productos de sua indústria e lavoura ...(Jornal do Comércio, de 28.08.1884).”⁴⁶

⁴⁵ RUDIGER, 1965 p. 67.

⁴⁶ SILVA, Riograndino da C., 1971. p. 35.

Nestas citações algumas questões importantes transparecem. A primeira diz respeito à importância que o porto fluvial desempenhava na vida econômica de Taquari. A segunda, refere-se ao fato de que a maior parte das mercadorias que transitavam pelo porto não eram produzidas na cidade e redondezas, pois que o porto de saída para a produção da indústria e lavouras era Santa Cruz. As madeiras de lei, por sua vez, provinham de desmatamentos praticados nas novas colônias de colonização alemã, mais distante. Nas cercanias de Taquari inexistiam grandes matas, mas sim campos. *“Aqui é região de campo nativo, com algum caponete. Mata pesada nunca houve por aqui. Aqui se conseguia algum pé de louro, angico, cabriúva, açoita cavalo... Coisa secular, dentro dos capões.”*⁴⁷ Os gêneros alimentícios embarcados, além daqueles vindos de Santa Cruz, viram-se reduzidos pela extensão da navegação até a então novel cidade de Estrela e outros portos, situados já no Alto Taquari.

Embora não haja citação sobre a produção agro-pastoril das regiões circundantes de Taquari, as notas permitem inferir sua pouca importância, haja vista que o momento histórico de que se trata, o desenvolvimento das cidades, em especial do comércio, dependia dos resultados das lavouras e criações das proximidades. A produção das estâncias de pecuária extensiva se voltava para mercados distantes, com proprietários nem sempre residentes no local, que pouco contribuíam para o desenvolvimento das atividades urbanas. De outra parte, as regiões de médias e pequenas propriedades, com seus solos fracos e desgastados, pouco produzia além das colheitas destinadas a manutenção. Já, então, era uma

⁴⁷ DEPOIMENTO de Frederico Damiano Arnt Bavaresco (Anexo nº 3).

região depauperada.

Os assentados do Campo do Estado são quase todos egressos desta região de terras desgastadas, vindos de famílias de pequenas posses. Um número menor é migrante das estâncias, onde eram simples peões ou agregados e, como os demais, com patrimônio reduzido, composto apenas de alguns animais e rudimentares instrumentos de trabalho.

2.3 A GENTE

Inicialmente, cabem algumas considerações acerca das idiossincrasias dos ocupantes. A busca se fez pela pesquisa, cujos resultados constam dos anexos nº 1 e nº 2, e onde se apurou atividades e ocupações exercidas pelos agricultores em momento anterior à vinda para o Campo do Estado. Abordaram-se aspectos, como local de origem, grau de instrução, se a posse ainda se encontrava com o beneficiário titular, ou com seus familiares, ou se fora alienada a terceiros. Também foi objeto da pesquisa tratar do nível tecnológico e do conhecimento da atividade, bem como dos aspectos familiares e do relacionamento praticado com a comunidade interna e externa.

Sob essa ótica, baseou-se a busca em documentos⁴⁸, depoimentos de plantadores e de técnicos que vivenciaram a história do assentamento e, ainda de ocupantes da primeira hora ou da segunda geração, mas que vieram ainda jovens acompanhando seus pais, e hoje se mantém da Fazenda. Este é o caso do

⁴⁸Levantamento das terras ocupadas pelos agricultores ocupantes, relacionados em anexo ao Relatório de Abril de 1957.

depoente Nelson Miguel de Oliveira, hoje proprietário do lote N^o 6, do assentamento “DOIS”. Veio ainda jovem para o Campo do Estado acompanhando seu pai, Osvaldo Miguel de Oliveira, ocupante do lote N^o 49 do mesmo assentamento. Aqui, casou-se com a filha de Lauro Viana da Silva, um dos pioneiros e líderes do movimento, ocupando o lote N^o 13, do primeiro assentamento. Além de compor a pesquisa enquanto fonte oral, ao final do levantamento, participou no processo de conferência final dos dados apurados.

Evidencia-se que as informações apuradas permitiram a revitalização da localização dos agricultores pioneiros em seus lotes originais. Mais: levaram-nos à procedência dos assentados, identificando as atividades exercidas antes da vinda ao Campo do Estado, bem como aquelas praticadas no assentamento. Identificou-se, também, o grau de educação e o nível de conhecimentos adquiridos pelos agricultores, o destino dado à propriedade, se mantida pelo próprio, ou se repassada a seus familiares descendentes, ou, ainda, se foram alienadas.

Essas informações colhidas permitiram identificarem-se alguns aspectos comuns entre os agricultores. Destaca-se o fato de não possuírem terras, com exceção de José Alves de Carvalho e de Avelino Machado do Couto que se desfizeram de pequenas áreas de terras no Aterrado. Praticamente todos descendiam de famílias de pequenos produtores rurais, proprietários de mínimas áreas, ou mesmo sem terra, mas que exerciam atividades agro-pastoris. Apenas um foi citado como sendo filho de homem de posses, de muita terra. Quase todos

desempenhavam mais de uma atividade econômica.

No que se refere às atividades desenvolvidas antes de chegarem ao Campo do Estado, um número expressivo de trinta e três ocupantes tinha como principal atividade funções de peão/jornaleiro nas lavouras da região, em culturas variadas como arroz, mandioca e acácia negra, bem como exerciam atividades ligadas à criação de gado. Em boa parte, prestavam serviços no preparo da terra e transporte de produção, valendo-se de seus animais e carretas, em especial nas lavouras de arroz. Quase todos cultivavam pequenas lavouras e criavam animais destinados à produção de carne e leite para o consumo doméstico.

Em um segundo grupamento, constituído de trinta e dois dos homens, encontrou-se que se dedicavam às lavouras de mandioca como atividade principal, além de exercerem outros cultivos de manutenção, em terras de terceiros, predominantemente pelo sistema de meação. Nestes casos, era comum o proprietário permitir que o meeiro morasse na propriedade. O sistema também assumia variações, como a plantação de mandioca estar consorciada com o plantio de acácia negra. Ao meeiro, então, cabia o total da colheita da mandioca, ficando para o proprietário das terras o mato plantado com acácia negra. O cultivo por meação poucas vezes tinha caráter exclusivo. Uns faziam “bicos” como peões em outras lavouras. Outros, exploravam pequenas atafonas fabricando farinha de mandioca. E ainda outros, prestavam serviços com suas carretas e bois. Esta prestação de serviços se apresentava em diversas frentes: transporte de farinha de mandioca para Taquari, onde o produto era embarcado nos vapores com destino a

Porto Alegre; aração e discagem nas lavouras de arroz, já então exploradas de forma empresarial. No momento da colheita, ocupavam-se no transporte do produto colhido e, também, nos matos cultivados de acácia negra, tanto no plantio como no corte e transporte da lenha e casca resultantes.

Em um terceiro grupo, composto de 13 trabalhadores, encontrou-se que mantinham vínculo empregatício, formal ou não. Eram agregados em fazendas ou empregados rurais (nove) ou ainda, empregados em atividades urbanas (quatro). Estes últimos, mesmo estando fora das lides agro-pastoris, descendiam de famílias de agricultores e o nível de conhecimento da atividade se igualava aos demais assentados.

Na delimitação dessa realidade, constatou-se que o nível educacional dos assentados era extremamente baixo, precário até para o desenvolvimento das atividades mais elementares. Apenas 30 sabiam ler e escrever. Destes, nenhum tinha instrução além dos quatro anos da escola fundamental, quando tanto. Os analfabetos totalizavam o significativo número de 48, ou seja, 62% do total de assentados. Consignem-se, destes analfabetos, 34 assinavam o nome, mas não liam nem escreviam. Acusaram, também, limitados conhecimentos das atividades agro-pastoris. Suas atividades restringiam-se aos cultivos tradicionais da região – milho, mandioca, feijão, abóbora etc. – mediante métodos rudimentares. Havia um completo desconhecimento sobre a utilização de sementes selecionadas, correção de acidez e fertilidade de solos, drenagem, irrigação, manejo de animais geneticamente melhorados e uso de equipamentos motorizados. Do depoimento de

Geni e seu marido José Junqueira, bem como do Engenheiro Agrônomo Genis Muxfeld, que prestou assistência técnica no assentamento DOIS, colhemos as seguintes declarações:

“Naquele tempo se colhia pouco porque eles plantavam milho comum, não existia esse Pioneer e Agroceres de hoje, que dá outro tanto. Duzentos, trezentos balaios [100 a 150 sacos]. É por aí.(...) Eram feitas em casa [as sementes]. O pai fazia. Na colheita escolhiam as melhores para se utilizar como sementes. Naquele tempo não se trabalhava com adubos.”⁴⁹

“Não tinham nenhum conhecimento. Nós viemos aqui para transmitir para eles esses conhecimentos e mudar a conceituação de que as terras não eram férteis. (...) quando começamos as reuniões, a idéia era introduzir uma lavoura de soja dentro do loteamento da área de colonização, recebemos muita resistência por parte dos moradores. Depois muitos deles mudaram e admitiram a cultura, até porque, junto com a drenagem e a correção dos solos, a terra se tornou também própria para o cultivo de milho (...) esta era uma cultura mais tradicional (...) muita gente fazia suas lavourinhas de milho com alta produtividade.”⁵⁰

À época do início do povoamento, as sementes de milho híbridas e melhoradas, bem como os fertilizantes e corretivos, estavam disponíveis no mercado e utilizados amplamente, mas, ainda desconhecidas pelos moradores do assentamento. As manifestações do administrador das lavouras de arroz dos irmãos Haussen Pereira, José Valmir Martins, muitas vezes citado pelos ocupantes,⁵¹ e do técnico da Estação Eng. Agrônomo Frederico Bavaresco, são bastante contundentes:

⁴⁹ DEPOIMENTO de Geni Carvalho Junqueira e José Bizarro Junqueira (Anexo nº 4).

⁵⁰ DEPOIMENTO de Genis Muxfeld (Anexo nº 5).

⁵¹ Os irmãos Haussen Pereira eram proprietários de engenho e plantadores de arroz. Esta cultura era desenvolvida de forma empresarial e com uso de tecnologia moderna em termos de irrigação, sementes adequadas e aplicação de fertilizantes. José Valmir Martins, um dos depoentes era o principal administrador das lavouras que formavam no Campo do Estado.

“E esses colonos foram para lá sem condições, sem recursos, sem financiamento, sem conhecimento, sem técnica nenhuma. Não conseguem tocar nada”⁵²

“O primeiro impulso era simplesmente a ocupação e um pedaço de terras para plantar umas raízes de aipim, uns pés de mandioca e manter uma porca amarrada na sogá, ao redor do rancho. Um pessoal sem visão de futuro, sem instrução (...) [praticavam] uma agricultura de sobrevivência, nada de tecnologia, a criação de gado extensivo e de má qualidade, nada que se destacasse.”⁵³

2.4 AS DIFICULDADES INICIAIS

O incentivo para a vinda dos assentados deu-se face à divulgação de que havia terras disponíveis, que pertenciam ao Estado do Rio Grande do Sul, mas que não eram utilizadas, pelo menos para os fins a que eram destinadas. A área foi adquirida para ser incorporada à Estação Experimental de Pomicultura de Taquari, que era limítrofe, e que deveria servir para novas pesquisas agro-pastoris. A notícia da existência destas terras espalhou-se e ganhou corpo, na medida em que chegavam novos ocupantes que divulgavam em suas localidades de origem a oportunidade de apossarem-se de terras. Aspiravam o plantar sem a preocupação do pagamento de meações ou outro encargo. E mais: contavam a possibilidade de no futuro receberem oficialmente as terras. Também se tornou voz corrente no meio rural de que as terras da Fazenda já estavam sendo exploradas por outros invasores. Nas margens próximas ao rio, em áreas mais férteis, os empregados da Estação Experimental e outros formavam pequenas lavouras. Em áreas mais

⁵² DEPOIMENTO de José Valmir Martins (Anexo nº 8).

⁵³ DEPOIMENTO de Frederico Damião Arnt Bavaresco (Anexo nº 3).

adiante, em especial onde posteriormente se implementou o assentamento “DOIS”, houve a incursão dos fazendeiros lindeiros, que utilizavam os campos para o apascentamento de seus animais. Eram áreas cobertas com gramíneas pré-existentes, cultivadas já pelos antigos proprietários da Fazenda Lemmertz. Seguem-se verbalizações dos assentados nesse sentido:

“[As terras] já tinham sido hortadas. Tinha grama. Estas terras na beira do rio já eram plantadas por alguém da Estação Experimental. Quando eles vieram invadir, algum empregado já plantava uma malha.”⁵⁴

“Faz muitos anos e aí fizeram uma reunião (...) Já que não liberam esta terra para vender e os fazendeiros podem tomar conta para criar gado, vocês podem tomar conta para plantar...”⁵⁵

Nas verbalizações há concordância quanto a existência de gado pertencente aos fazendeiros lindeiros e outros dentro do que chamavam também Campo da Estação. Entretanto, esta era uma operação considerada normal e perfeitamente regular, haja vista não possuir a Estação, nem de longe, plantel bovino ou eqüino suficientes para o povoamento dos novos campos recém incorporados. A ociosidade então passou a ser preenchida por meio do arrendamento a terceiros, mediante remuneração, fixando-se um valor por cabeça de gado/ano. Perguntado se havia gado de terceiros no campo, responde o técnico Frederico Bavaresco:

“Tinha sim. Como [a Estação] não tinha um rebanho que ocupasse a área na plenitude, havia um processo de regularização de arrendamento que estabelecia: era tanto por cabeça/ano.”⁵⁶

Não houve um movimento organizado na vinda dos agricultores para a

⁵⁴ DEPOIMENTO de Geni Carvalho Junqueira e José Bizarro Junqueira (Anexo nº 4).

⁵⁵ DEPOIMENTO de José de Souza Borba (Anexo nº 6).

⁵⁶ DEPOIMENTO de Frederico Damiano Arnt Bavaresco (Anexo nº 3).

Fazenda Lemmertz. Vieram aos poucos, incentivados por algum parente ou conhecido que já se encontrava no Campo do Estado, ou, ainda, estimulados por Angelito Praia, um rábula e jornalista que apoiou e defendeu o movimento. Foram movidos pelo sonho da terra própria, da fuga do pagamento de arrendamentos, ou entrega de parte da produção obtida com muito sacrifício, somando más condições dos já desgastados solos em seus locais de origem. A Sra. Geni, filha de um dos pioneiros, José Borba, ambos do assentamento “UM”, e o Sr. Nelson M. de Oliveira, hoje proprietário de lote no assentamento “DOIS”, donos do seu próprio chão, assim se manifestam:

“Ficamos sabendo porque o pessoal publicou [divulgou], o pessoal assentado aqui. E o falecido pai quase não tinha terras e viemos para cá também. Lá tinha pouquinha terra, plantava mais como os outros, a meia.(...) Só eles mesmos, ele e o sobrinho de lá também e o falecido Angelito [referindo-se a organização do movimento e apoios recebidos]. (...) Ele encaminhava o pessoal para vir, ele era o Angelito Praia. E ele ajudava muito o povo daqui”⁵⁷.

“Ora, havia anos que se falava que o estado tinha esta terra e queria vender. Meu pai foi lá e separou um lote daqueles de 50 hectares* para nós, para ele e meu cunhado”⁵⁸.

“Nós todos que viemos para cá não partimos de uma profissão só [plantavam a meia, trabalhavam em plantios de acácia, em transporte com carroça etc.] . Nós viemos para cá porque nós éramos pobres.(...) Passamos muito trabalho aqui.”⁵⁹

Na simplicidade de uma frase citada, resumem-se as motivações: “*Nós viemos para cá porque nós éramos pobres*”. No assentamento “DOIS” o empurrão para o deslocamento dos agricultores e a forma não organizada continua prevalecendo. Senão vejamos o seguinte depoimento:

⁵⁷ DEPOIMENTO de Geni Carvalho Junqueira e José Bizarro Junqueira (Anexo nº 4).

* A primeira medição previa a concessão lotes menores próximos ao rio, e lotes maiores, de 50 hectares ou mais, nas áreas mais afastadas do rio. Já na implementação do primeiro assentamento os lotes maiores foram descartados, optando-se por áreas menores, sempre inferiores a 20 hectares.

⁵⁸ DEPOIMENTO de José de Souza Borba, (lote 25/UM). (Anexo nº 6).

⁵⁹ DEPOIMENTO de Nelson Miguel de Oliveira (lote 6/DOIS). (Anexo nº 10).

“Esse pessoal estava se acampando querendo esta terra e nós entramos juntos, porque então meu tio já estava aqui, era um dos vinte e cinco lá de baixo, o Janga [João Lopes da Rosa – lote 5]. A gente quando foi lá [para o assentamento] estava meio por dentro da história”.⁶⁰

Em se tratando dos depoimentos, não se confirmam comentários que costumeiramente surgem e se divulgam, verdadeiros mitos, construídos no entorno de que a maioria dos agricultores assentados apenas buscava assegurar o direito de posse sobre a terra. E que a intenção maior era revendê-la em seguida e, assim, apurar um ganho financeiro. Houve vendas de lotes em um primeiro momento, como a do lote Nº 39 do assentamento “DOIS”, onde o posseiro original João Cândido de Castro vendeu para seu cunhado, Manoel Silveira de Araújo, e do lote 36, onde o proprietário original José Antônio, Fazenda Ehlers, transferiu seus direitos para Darci Aracuã, entre outros. Estes, entretanto, foram casos isolados e o valor da venda deste direito foi modesto. As alienações em massa começaram mais tarde e as motivações foram outras.

Ao apontarem-se as dificuldades iniciais tem-se que foram muitas. Começam pelos solos, apesar de melhor do que aquele de suas regiões de origem, era diferente. E, via de regra, exigia gastos significativos em investimentos. Além das manifestações dos técnicos, exaradas no Relatório de Abril de 1957, tem-se também a opinião daqueles que vivenciaram a labuta diária de cultivar estas terras. Há certa concordância quanto à necessidade de gastos elevados com drenagem e correção de acidez e fertilidade dos solos, em especial na área abrangida pelo assentamento

⁶⁰ DEPOIMENTO de José de Souza Lima (lote 29/DOIS). (Anexo nº 7).

“DOIS”. Discordam quanto à qualidade das terras. Senão, vejamos alguns depoimentos acerca dos solos, das dificuldades com os investimentos necessários e das diferenças verificadas entre as terras nas origens e na Fazenda:

“Esta região não era boa para milho por causa da umidade. Eu colho milho, planto numa parte mais alta. (...) Eu queria plantar um canto, fazia análise para botar um calcário para corrigir a acidez da terra. (...) Esta terra não é ruim. Pior dela é a acidez. Corrigindo a acidez vai embora. (...) o saco de adubo custa quase R\$ 50,00 hoje. Uma tonelada de calcário, conforme a terra dá apenas para um cantinho. (...) Tudo dá despesa. O banco para você tirar dinheiro, é um sacrifício. Eu venho lutando há dois anos, para tirar um financiamento através da Emater e não consigo. [Sobre as diferenças de solos entre a região do Aterrado, sua origem e da Fazenda]. Eu acho que aqui são melhores. Lá [no Aterrado], como dizem os broncos, só dá barba de bode.”⁶¹

“... eram terras mais altas [referindo-se as terras das regiões de origem]. Aqui é mais baixo, para mandioca e uma porção de culturas não se prestam, a não ser que se tivesse feito uma drenagem muito bem feita, uma correção de solo, ai sim. [sobre as terras próximas ao rio] Ali dá. São terras férteis, terras banhadas pelas enchentes. É uma área que tem muito mais condições de ser cultivadas que as outras aqui de cima.”⁶²

“É porque na realidade como elas eram terras sujeitas a enchentes, eram terras de várzea, eram terras que não se prestavam para um tipo de cultura, elas ficaram sendo consideradas como terras de baixa fertilidade. Na realidade nosso projeto original previa drenagem. Foram construídos canais de drenagem para fazer secar alguns daqueles lotes. Depois que eles estavam secos, então a gente começou a trabalhar. Foi feito um serviço de recuperação do solo, da acidez do solo através de calagem, uma aplicação muito grande de calcário e a correção, também, na base de elementos que a análise de solo, que se fez, apresentavam deficiências. Principalmente na base de fosfato.”⁶³

Nas entrelinhas das respostas às entrevistas, o embaraço que os imensos investimentos em drenagem e correções impunham está muito presente, não só nos primeiros momentos do assentamento, como posteriormente. Mais: faz-se

⁶¹ DEPOIMENTO de Manoel Silveira de Araújo (lote 39/DOIS). (Anexo nº 9).

⁶² DEPOIMENTO de José Valmir Martins (Anexo nº 8).

⁶³ DEPOIMENTO de Genis Muxfeld). (Anexo nº 5).

presente ainda hoje, conforme deixa claro o assentado Manoel em seu depoimento acima. Afinal, trata-se de gente de limitadíssimos recursos materiais e financeiros.

O outro óbice que transparece diz respeito à mudança de local, que dada à diferença de tipo de solo, exigia reposicionamento dos agricultores. Estavam diante de um novo desafio. A principal atividade anterior era o cultivo de mandioca e sua transformação em farinha nas rudimentares atafonas. Na atividade atual, as terras não se prestavam ao cultivo desta euforbiácea. Estavam habituadas a exercerem trabalho em terras mais secas e menos propícias a alagamentos, com menor retenção de umidade. Mas até onde estas dificuldades, transformavam-se em empecilhos ao desenvolvimento econômico e social da comunidade é outra questão, que será abordada mais adiante.

Dentro deste quadro, iniciaram atividades em seu novo *habitat*, não contaram com qualquer apoio financeiro, mesmo quando oficializado o assentamento. Para se manterem nestes momentos iniciais e conseguirem alguma renda, trabalhavam para terceiros como jornaleiros peões, muitas vezes com seus bois e carretas. Era a continuidade de uma prática que já exerciam anteriormente. José Borba e Nelson Oliveira assim se manifestam:

“Iiii..., passamos fome. Era trabalhar (...) Uns me deram muita mão como o Willi e o Hugo Lengler, [da Fazenda Lengler, lindeira do Campo do Estado] eu era muito conhecido deles (...) fui lá pedir serviço, trabalhava um pouquinho na roça e tinha que me empregar. Ai ia para lá e ajudava na lavração, acareação, todo e qualquer serviço, sempre com os bois, tirando lenha para fora, levando para o forno. Lavrando para plantar milho, plantar acácia e eucalipto (...)

Trabalhamos oito dias lá com o falecido Hugo e vinha trabalhar, mas não tanto, para mim. Assim fui levando, se trabalho matasse em já era morto há muito tempo.”⁶⁴

“Trabalhava porque precisava. O pessoal fazia as rocinhas e corria para pegar um servicinho. Naquela época não tinha outro serviço (...) nós findava o nosso serviço que dava uma acalmada e nós estávamos ali nas lavouras do Fábio...”⁶⁵

Por vezes, as dificuldades presentes estavam ligadas às carências de infraestrutura e aí incluía estradas, escolas, canais de drenagem e eletrificação. Na visão dos assentados, a falta de estradas era o principal problema, era o nó que dificultava a comercialização da produção, impedia o transporte normal de passageiro, inclusive escolar, e deixava as famílias expostas a grandes vicissitudes, no caso de contraírem doença. Os ramais internos eram intransitáveis para veículos automotores e o acesso a Taquari via rodoviário necessariamente teria que ser feito pelo ramal do Porto Grande, que significava um caminho bem mais longo. Preferiam o transporte de carroça ou cavalo através de caminhos da Fazenda Lengler e Asilo Pella:

“Ai quando criei o primeiro filho, eu levava nas costas, ela ia a cavalo e eu ia a pé, quando eu cansava, ela pegava, o mais velho era muito doente. Só de a cavalo para ir a Taquari. Chegava de manhã quando o médico dava alta, de tarde tínhamos que voltar de novo e a pé. Não dava para entrar auto, só a pé, de boi ou a cavalo”⁶⁶.

“Eu com minha filhinha doente e a mulher com outro problema, eu montei a cavalo a meia noite, estrada não tinha, só estava demarcada. Era tudo a casco de cavalo e roda de carreta. Atravessava tudo, não tinha cercas, cheguei ao posto e amarrei o cavalo e fiquei esperando...” “(...) O ônibus às vezes ia, às vezes não ia. Porque não tinha estrada e ficava atolado ali pela Fazenda Lengler. E ela (a filha) chegava pela uma hora da tarde (...) e fazia a volta a pé com fome e sem colégio ...”⁶⁷

⁶⁴ DEPOIMENTO de José de Souza Borba (lote 25/UM). (Anexo nº 6).

⁶⁵ DEPOIMENTO de Nelson Miguel de Oliveira (lote 6/DOIS). (Anexo nº 10).

⁶⁶ DEPOIMENTO de Geni Carvalho Junqueira e José Bizarro Junqueira (Anexo nº 4).

⁶⁷ DEPOIMENTO de José de Souza Lima (DOIS/29). (Anexo nº 7).

A falta de uma malha rodoviária confiável trouxe reflexos negativos para a comercialização da produção, em especial na exploração da pecuária leiteira, onde o produto é facilmente perecível, necessitando de entrega diária e pontual. Esta atividade chegou a ser iniciada, mas esbarrou no problema do transporte incerto e com o custo do frete bastante elevado, dadas às precárias condições da infraestrutura, somada a tendência da queda dos preços pagos aos produtores.

“...durante o tempo que 12 anos vendia leite. (...) quando o caminhão não vinha, perdia, dava para os porcos. Não tinha luz, não tinha nada. Sabe que horas o leiteiro vinha? As quatro horas estava aqui e nós tínhamos que estar com o leite na estrada. Começava a tirar o leite às duas horas, das 8 vacas, tudo na mão”⁶⁸.[^]

As primeiras estradas internas buscavam ligar os lotes do assentamento “UM” à estrada vicinal do Porto Grande. Foram abertas nos primórdios do povoamento com o patrocínio do Governo do Estado. Mais tarde, quando da regularização do assentamento “DOIS”, no início da década de 60 do século passado, foram tracejadas as ligações internas e abertos os acessos aos lotes, trabalhos efetuados pelo Instituto Gaúcho de Reforma Agrária. Mas, a conservação se mostrava muito deficiente. Em grande parte do tempo servia apenas para tráfego de carroças. Quando do deslocamento para Taquari, o meio transporte utilizado comumente era o cavalo. O caminho se fazia via Fazenda Lengler e Asilo Pella, por onde havia estradas apenas nas proximidades de Taquari. Este ramal rodoviário foi construído nos anos de 1973-1974, aproximando a cidade do Núcleo, evitando-se a volta que se fazia pela estrada do Porto Grande. A manutenção desta via também muito deixou a desejar até anos recentes.

⁶⁸ DEPOIMENTO de Nelson Miguel de Oliveira (lote 6/DOIS). (Anexo nº 10).

A rede de eletrificação rural avançou lentamente da cidade em direção ao interior, chegando ao Núcleo somente em 1981, quando importante número de assentados já havia abandonado o Núcleo.

Outro aspecto importante, sem dúvida, foi o isolamento dos pioneiros que também se tornou um empecilho ao desenvolvimento do núcleo. Este não é fruto exclusivo das más condições de acesso, mas, e principalmente, por outros fatores subjacentes. O primeiro refere-se ao que chamamos de auto-isolamento, que se implanta logo na chegada com cada um instalando-se próximo às áreas de cultivo, apenas protegendo-se das enchentes do rio. A idéia dos técnicos que elaboraram o Relatório de Abril de 1957, onde sugerem a criação de uma agrovila, foi amplamente relegada pelos ocupantes, que preferiram seguir valores de sua origem. Este tipo de afastamento, aliado à inexistência de clube, igreja ou escola comunitária, cria obstáculos aos negócios e à troca de experiências entre outros. Ao ser indagado onde as pessoas reuniam-se, os assentados José de Souza Borba e José Bizarro Junqueira, assim se manifestaram: *“naquele tempo a gente passeava de carreta (...) ia lá passear no compadre, às vezes de noite”*. *“Se fazia festa para a Nossa Senhora da Conceição. Tinha um salãozinho, com um morador em cima e se fazia um bailezinho para nós”*. Ou seja, os contatos sociais além de esporádicos, limitavam-se a uma pequena festa anual e a visitas aos parentes e compadres.

Sem dúvida, esse isolamento de ordem intelectual agravava-se pela falta

de outros meios de comunicação. As informações mais mezinhas não chegavam, até porque pouco ou nada se lia, não havia televisão, nem telefone. Os jornais e publicações não chegavam e, muita vez, faltava até um singelo rádio. A questão transparece no depoimento de José de Souza Lima:

“Uma televisão a gente não tinha, um rádio a gente não tinha e nem condições de comprar. Então imagina, comprei um rádio em 1970. (...) quando tinha que vir a cidade era difícil. Tinha que vir no banco, fazer umas compras e ia embora. Quando começou a folgar mais, comprava meio saco disso, meio saco daquilo, ai já vinha de mês em mês”⁶⁹.

Percebe-se que também havia o isolamento imposto por outras circunstâncias. O Campo do Estado estava encravado em região de grandes propriedades onde a Fazenda Lemmertz anteriormente também fazia parte. Limitava ao Sul pelo rio Taquari; a leste com as fazendas de Leopoldo Strohschoen e dos Palagi, a oeste com as fazendas dos sucessores de Alberto Lengler e do Asilo Pella e Bethânia, e ao Norte com a Estação Experimental de Pomicultura de Taquari e terras do Patronato. Eram todas propriedades maiores, com exploração não familiar, valores econômicos e sociais diferenciados. Os contatos que ocupantes faziam com seus vizinhos fazendeiros era de busca de trabalho, onde predominava uma relação de subserviência por parte dos assentados, que apenas prestavam serviços eventuais, não exercendo qualquer voz.

A sociedade do Campo do Estado moldou-se a este isolamento e ao círculo vicioso⁷⁰ daí resultante. Estava enclausurada, não só por uma vizinhança de

⁶⁹ DEPOIMENTO de José de Souza Lima (lote 29/DOIS). (Anexo nº 7).

⁷⁰ Termo utilizado comumente em economia. Refere-se aos fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade. Educação deficiente, más condições de

grandes propriedades, com valores ainda semelhantes aos latifúndios de origem nesta região, onde exploração da bovinocultura predominava, como também longe dos modernos meios de comunicação, como televisão, jornais, telefone e eventualmente até rádio. Também sofriam da limitação imposta pela precariedade das estradas. Some-se a isto tudo, os limitados conhecimentos trazidos de suas origens e o fato da resistência no entorno, vizinhança que não via com bons olhos os assentados. Este insulamento levou a comunidade a uma prática de endogamia física e intelectual.

De certa forma, repetem-se erros cometidos com os primeiros e longínquos assentamentos dos casais açorianos, em Taquari, onde *“usou-se o método infecundo de concentrar os casais numa espécie de círculos de onde não poderiam sair (...) que a expansão sobre as terras contíguas, anteriormente apossadas e empregadas geralmente na pecuária.”*⁷¹ Não havia interesse de expansão dos assentados, mas também estavam concentrados de forma infecunda, cercados por propriedade maiores com costumes e culturas diferenciadas.

2.5 A RESISTÊNCIA

A invasão de posseiros junto ao Campo do Estado ficou marcada por dois fatos relevantes. O primeiro fato diz respeito à falta de ação impeditiva no

alimentação e saúde, isolamento, baixa produtividade podem ser conseqüências da pobreza e, ao mesmo tempo, causa da permanência desta situação de penúria, formando um “círculo vicioso”.

⁷¹ RUDIGER, 1965 p. 67

momento da invasão pelos assentados. Este impedimento, por motivos óbvios, deveria partir do proprietário oficial das terras, o Estado. A reação foi tímida. Já em 14 de novembro de 1956, pouco mais de um ano após as invasões, os posseiros conseguiram a primeira vitória com a promulgação da Lei estadual Nº 2.891, que autorizou a doação de terras para os ocupantes de terras em Taquari. Em março de 1957, reuniam-se na Estação Experimental de Pomicultura os integrantes da comissão especial para tratar do assunto. Referida comissão emitiu os relatórios enviados à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, que culminou com o efetivo assentamento dos primeiros 26 agricultores. Na documentação não há registros de atitudes ou ações por parte do Estado contra os posseiros, à exceção de algumas incursões da Brigada Militar, informadas pelos posseiros e pessoas circundantes.

Na ótica dos assentados, a grande animosidade partiu daqueles que se beneficiavam da situação: os fazendeiros limítrofes, que utilizavam os campos para apascentamento de seus animais, e alguns funcionários da Estação Experimental, que formavam pequenas lavouras junto ao rio e também mantinham animais no imóvel. Neste sentido, o depoente Nelson manifesta-se:

“Deu uma paradinha [depois de concluído o assentamento UM], mas o pessoal voltou, começou a fazer uns ranchinhos, umas casinhas. O polícia vinha e derrubava, aí parava um pouco. Aí vinham outros e assim foi indo. Aí foi que o Angelito entrou. Nós no começo vínhamos e fazia as plantinhas e ia embora, mas não trazia a família. Quando resolvemos a vir, todo o mundo trouxe os filhos. (...) Antes de fazia uma gaiutinha e a polícia vinha e queimava. Quando viemos com os filhos a polícia não pode mexer...”⁷²

⁷² DEPOIMENTO de Nelson Miguel de Oliveira (lote 6/DOIS). (Anexo nº 10).

Mais adiante, respondendo questão sobre quem era contra e quem fazia queixas, redundantes em ação policial:

“Ah, isso eram muitos. O pessoal todo de fora não queria que viéssemos. O pessoal do Porto Grande, o pessoal da Estação.(...) estes pegavam um gado junto a Estação e colocava de graça (...) a Estação pagava a vacina, pagava o empregado para cuidar do gado deles mesmos. Este pessoal do Porto Grande criava gado aqui. O Leopoldo Strohschoen não. Ele abandonou e tirou [o gado] e só cuidava o que era dele.Os fazendeiros que estavam usando: o velho Palagi, que nas terras dele plantava, era o cabeça. O João Inácio criava gado aqui, O Palagi, o velho Frederico Lengler, todo empregado da Estação tinha um lote de gado aqui. E lá em baixo [nas terras de várzea do rio] fizeram uma cerca e plantavam.”⁷³

Corroborando com esta questão, o técnico Frederico Bavaresco, que acompanhou o processo, em especial da invasão do loteamento “DOIS” enquanto funcionário graduado da Estação Experimental, reconhece que houve ação da Brigada Militar na região, mas não com o intento de expulsão dos ocupantes:

“Houve um período que a Brigada Militar se instalou ali no Patronato para exercer uma vigilância, para evitar novas invasões em propriedades do entorno, para manter a ordem porque havia algumas desordens com os ocupantes. (...) A invasão criou um certo temor na vizinhança que pediram algumas garantias ao Estado que mandou um pequeno destacamento para manter a ordem, mas não exatamente para expulsar. Consta que era para as coisas ficarem contidas onde estavam, sem que houvesse ameaças às propriedades vizinhas, inclusive a Estação Experimental. (...) A Brigada esteve ali por um período de alguns meses, não foi muito longo. Pacificou os ânimos e veio a ordenação legal da ocupação. (...) A coisa ficou mais harmoniosa.”⁷⁴

O segundo fato relevante, diz respeito à forma desorganizada e quase individual com que os posseiros chegaram e assumiram seus lotes e como

⁷³ *Ibid.*

⁷⁴ DEPOIMENTO de Frederico Damião Arnt Bavaresco. (Anexo nº 3).

resistiram à ação policial, que tentava a expulsão dos mesmos. Foram estóicos, na medida em que refaziam durante a noite o que os policiais destruíam durante o dia. A efetiva defesa dos interesses dos posseiros junto aos órgãos policiais e à Justiça ficou a cargo de um líder de fora dos limites do Campo do Estado, um simples rábula e jornalista interiorano: Angelito Praia. Com certo destaque na cidade, sua militância política poderia hoje ser enquadrada como de esquerda. A atuação desse jornalista foi decisiva durante todo o processo e, sem dúvida, viabilizou os assentamentos. Sobre esta figura pública assim se manifesta o técnico Frederico Bavaresco:

“O Angelito era um camarada de letras. Era um rábula, de família com raízes em Taquari. Ele era Praia Irulegui, sobrinho do Adão Praia. O Angelito escrevia artigos em jornais, elegeu-se vereador. Era o representante dos mais desvalidos. E com estas idéias mais sociais, de visão quase paternalista, ele liderou e fomentou àquelas famílias originalmente acampadas no Campo do Estado, e que seria conveniente que viessem mais famílias para a ocupação, enquanto tivesse ainda disponibilidade.”⁷⁵

Esta liderança foi efetiva e importante, mas criou relação de dependência e não brotou do próprio grupo. Por razões ideológicas e humanitárias Angelito associou-se à causa dos invasores no empreendimento, fazendo a defesa junto aos órgãos policiais locais, criando uma barreira aos interesses locais de se exterminar o assentamento. “... *quando chegamos aqui esse pessoal do Porto Grande nos chamavam de **coreano***⁷⁶. *Eles não queriam que nós ficássemos aqui ...*”⁷⁷ Também organizou e acompanhou pequenos grupos que se dirigiam à capital, buscando junto ao governo a legalização dos lotes e o apoio para implementação de obras mínimas

⁷⁵ Ibid.

⁷⁶ Expressão pejorativa na época. Uma espécie de “lumpemproletário”.

⁷⁷ DEPOIMENTO de Nelson Miguel de Oliveira (lote 6/DOIS). (Anexo nº 10).

de infra-estrutura.

“Ele ajudava e ia com nós a Porto Alegre, porque tinha cara que ir a Porto Alegre era o maior bicho do mundo. Até uma vez fomos lá para ir no Palácio para pedir aos deputados (...) quem atendia era o Cândido Norberto e o Dr. Paulo Rabelo. (...) às vezes não tinha dinheiro para a volta e o Dr. Paulo arrumava as passagens.”⁷⁸

Os resultados dessas ações foram significativos na efetivação do assentamento “UM”. A continuidade da liderança do Angelito, pressão sobre as secretarias do Governo Estadual, repetiu o resultado em relação ao assentamento “DOIS”. As ações policiais e a situação de tensão logo na chegada dos novos candidatos a terras no Campo do Estado foram resolvidas, tão logo iniciado o governo de Leonel de Moura Brizola:

“Não sei se no primeiro ano do governo dele, ele veio e mandou a polícia que estava no Patronato, mandou voltar. (...) Aí veio um avião e tirou fotos e já em seguida mandou medir as terras e entregar para nós plantar. Já estávamos aqui, mas não estávamos plantando, a polícia não deixava plantar. (...) E já em seguida veio este colégio estadual que tem aqui. Foi largado o material lá em cima de um barranco porque não tinha onde largar. (...) Depois Brizola resolveu colocar dentro da propriedade do Estado”⁷⁹.

2.6 O ASSOCIATIVISMO, A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO

As circunstâncias não propiciaram o desenvolver do espírito gregário dentro do assentamento. Esta característica é marcante. Todos os depoimentos apontam neste sentido. Sempre que perguntados sobre alguma construção em comum, ou sobre alguma iniciativa conjunta, a resposta foi sempre a mesma: *nada foi feito em*

⁷⁸ DEPOIMENTO de José de Souza Lima (lote 29/DOIS). (Anexo nº 7).

⁷⁹ DEPOIMENTO de Nelson Miguel de Oliveira (lote 6/DOIS). (Anexo nº 10).

conjunto. A sociedade Núcleo Fazenda Lemmertz não realizou qualquer obra digna de nota, desde o momento da chegada, que se fez de forma individual, desordenada e dispersa, até a dissolução quase completa do assentamento, que também aconteceu de forma individual, desordenada e dispersa.

Disso resulta que não se construiu sequer uma capela. As missas eram eventuais e realizadas na primeira escolhinha municipal do local, hoje abandonada. A outra escola é estadual. Ambas as escolas foram implementadas por ocasião do governo de Leonel de Moura Brizola, dentro do plano de levar a escola para todos.

O cemitério que se fez nas redondezas foi uma concessão do pequeno fazendeiro João Machado, e situa-se fora do Campo do Estado, próximo à estrada do Porto Grande. Inexiste um simples salão para reuniões. Alguns trabalhos realizados, aparentemente em conjunto, caso de valas de drenagem escavadas próximas ao arroio Fonte Grande, tendo à frente o assentado Modesto Rodrigues Machado Neto, do lote 27/DOIS, contando com a participação de alguns vizinhos, não foi um trabalho associativo, e sim uma obra contratada pelos plantadores de arroz Haussen Pereira. Os assentados apenas trabalharam na obra. O assentado Modesto, antes capataz de lavouras de arroz e bom conhecedor da lide, foi apenas o preposto dos empresários e para quem prestava serviços.

Destaca-se que havia, além da falta de lideranças e da ausência de uma cultura de associativismo, forte resistência à adoção de empreendimentos participativos. A participação exige esforço adicional e o abandono de algum objetivo individual. Este entendimento transparece nas afirmações do assentado Manoel

Araújo, quando comentava a dificuldade de se conseguir empréstimo bancário, face à necessidade de preencher requisito no sentido de formação de grupo para certas concessões bancárias:

“No banco para você tirar um dinheiro é um sacrifício. Eu venho lutando há dois anos para tirar um financiamento através da Emater, não consigo. As vezes tem que ser em grupo. Você não arruma um grupo que dê certo. Em grupo tudo é amarrado. Eu tenho contrato com o Banco do Brasil desde Montenegro [anterior a 1969] e sempre fui certinho, nunca precisei de grupo.”⁸⁰

No que se refere à produção, o Núcleo nunca chegou a apresentar volume significativo de trabalho para a comercialização. A prioridade sempre foi para cultivos e criações de manutenção que abrangiam plantios de milho, aipim, batata inglesa e doce, cebola, moranga, abóbora, feijão, bem como a criação de bovinos para leite ou animais de serviço, suínos tipo banha e galinhas comuns. A renda monetária se buscava por intermédio da venda, principalmente, do milho. Também se vendia em pequena escala mandioca, arroz, soja, leite e mais alguma sobra da produção de manutenção. Outra importante fonte de renda, muito presente, foi prestar serviços como peões em lavouras de arroz dentro do próprio Núcleo, ou em outra atividade em terras da vizinhança, quase sempre se valendo de seus bois de trabalho e carretas.

Na trajetória do assentamento, o arroz foi o principal cultivo de comércio, cujas lavouras, entretanto, eram formadas quase que exclusivamente pela empresa agrícola dos irmãos Haussen Pereira, e não pelos assentados, salvo pequenas exceções. A estes cabia apenas o papel de coadjuvantes: cediam as

⁸⁰ DEPOIMENTO de Manoel Silveira de Araújo (lote 39/DOIS). (Anexo nº. 9).

terras mediante participação na produção e prestavam serviços para os plantadores nas funções de peão em tarefas de plantio, aguação, construção e manutenção de taipas, corte e formação de medas, trilhagem e transporte do cereal. Nas lavouras de arroz, esta participação foi especialmente intensa até o início da década de 60 do século passado. Mas, a partir daí esta participação foi se arrefecendo, inicialmente, com a introdução de plantadeiras/adubadeiras, seguindo-se dos acessórios para construção de taipas e valos, niveladores e outros equipamentos que se agregam aos tratores. Mais adiante, com a chegada das máquinas automotrizes de colheita. Em 1975, o administrador das lavouras dos irmãos Haussen Pereira adquiriu uma colheitadeira Santa Matilde. Na prática, encerra-se aí a grande fonte de trabalho avulso dos assentados, implicando em perdas significativas de ganhos monetários.

Convém lembrar que, no início, o modo de produção das lavouras dos irmãos Haussen Pereira, foi assim descrito por um dos assentados:

“O sistema era por percentagem. Muita gente trabalhava. Não tinha essas colheitadeiras, era com bois, era cortada com foice. Precisava de 100 a 150 pessoas, cortar, trilhar. Eu trabalhava com eles. Eu nasci na roça, plantava também. Não tinha sábado, domingo, dia de chuva.(...) Plantei eu mesmo. Alguns também. Este aí da frente o Osório (...) Os demais em parceria com o Fábio”⁸¹.

Efetivamente, o cultivo do milho, da mandioca, da abóbora, da moranga, da batata, da cana de açúcar e do feijão predominava. Em alguns poucos imóveis havia plantios de pequenas áreas de soja e arroz, destinados à venda, a exemplo do milho, bem como de pequenos excedentes de mandioca, feijão, bem e de

⁸¹ Ibid.

algum bovino, suíno e galinhas que sobravam do consumo doméstico. Como já visto, houve um período quando alguns produtores venderam leite, atividade que não prosperou. A alegação do fracasso vincula-se ao encarecimento do frete, face às más condições de acesso, a pouca produção local e a queda dos preços recebidos pelo leite.

A comercialização do arroz era feita diretamente com os Haussen Pereira, donos de engenho de beneficiamento. Os demais produtos eram vendidos para intermediários que vinham buscar de caminhão, caso da mandioca e do milho. Alguns produtos, como aves, ovos e mesmo milho, eram levados a Taquari e vendidos junto ao comércio da cidade. Não existia no Núcleo comércio para os produtos gerados “in natura”, nem qualquer tipo de beneficiamento, comuns no meio rural, como moinho de milho, descascador de arroz, ou de indústria caseira, como produção de queijos e manteiga. O depoimento de José Borba, hoje residindo na cidade, bem caracteriza esta situação, quando questionado se havia comércio no local:

“Não tinha (...) Certa vez depois de criar uma ninhada de frangos, trouxe nove frangos para vender para comprar umas roupinhas para as crianças. Não vendemos nenhum e na volta para casa morreram dois. (...) Arrancar batatas, cansamos de trazer um saco de batatas, um balaio de aipim, um saco de milho para vender, para comprar umas roupinhas...(...) Certa vez trouxe dez sacos de milho que debulhei com todo sacrifício, para vender e fazer o rancho (...) eu tinha um homem abençoado que era o Zé Dorneles [comerciante de secos e molhados da cidade], e eu negociava com ele. Dizia, trás o aipim, o milho que eu vendo. Cheguei lá e o Zé Dorneles não estava. Estava o genro que disse: não, eu não quero milho.”⁸²

Alguns excedentes animais como bois e vacas, criados para venda ou mesmo

⁸² DEPOIMENTO de José de Souza Borba (lote 25/UM). (Anexo nº 6).

para descarte, e também suínos eram vendidos para pequenos abatedouros, muitas vezes clandestinos: “*Criava porco e vendia para os picaretas que carneavam por aí*”.⁸³

Já se tratou da absoluta ausência de espírito gregário no Núcleo. O empreendedorismo também se apresentou de forma muito rarefeita. Maior prova disto reside no fato de a comunidade não contar com um representante, alguém que organizasse a atividade de comércio. Nenhum empreendedor local apareceu na área comercial, que fizesse o papel de intermediador da produção local. Ou, usando uma linguagem mais ao gosto da esquerda, não emergiu do grupo um **atravessador**. Também não surgiu qualquer empreendimento que atendesse as necessidades mais elementares da sociedade local. Não ergueram uma ferraria, um moinho colonial, uma atafona para industrializar em escala a produção de mandioca. Também não emergiu um comerciante melhor equipado, com estoque básico de secos e molhados, material agrário e de construção. Nem as profissões mais elementares e úteis, como de barbeiro, de sapateiro ou de alfaiate se fizeram presentes.

2.7 A DIÁSPORA

Múltiplas são as origens que provocaram o êxodo dos agricultores e descendentes em direção à cidade e arredores. Este movimento não poupou nenhum dos dois assentamentos. As diferenças de solo entre as áreas “UM” e

⁸³ DEPOIMENTO de José de Souza Lima (lote 29/DOIS). (Anexo nº 7).

“DOIS”, assim como a forma de aquisição – doação aos assentados da área “UM” e venda financiada na área “DOIS” - pouco ou nada influenciaram na decisão de migrar. As proporções entre os migrantes e os que ficaram guardam semelhanças nos dois assentamentos. Também não foi possível estabelecer qualquer correlação importante e segura entre os migrantes e o nível de alfabetização ou de conhecimentos, ou mesmo com as atividades desenvolvidas anteriormente.

O quadro do êxodo rural do Campo do Estado apresenta os seguintes números, colhidos e compilados mediante informações junto aos assentados, em especial com o Sr. Nelson Miguel de Oliveira (lote 6/DOIS):

TABELA 2 ÊXODO RURAL

SITUAÇÃO	ASSENTAMENTOS	“UM”	“DOIS”	TOTAL
1) Permanecem em imóvel do assentamento		3	4	7
2) Mantém propriedade, mas migraram		4	6	10
3) Venderam propriedade e migraram		19	42	61

FONTE: Anexos nº 1 e nº 2

No que se refere ao movimento de migração, considera-se sempre o primeiro ocupante efetivo do lote, ou de seus descendentes, haja vista que muitos dos assentados originais já faleceram. Entre as atividades dos que permaneceram nos lotes rurais predominavam cultivos e criações típicas de manutenção, associado ao plantio de milho e criação de alguns bovinos destinados à venda, nos moldes impostos pela tradição. Hoje, todos os remanescentes também estão plantando matos, em pequena ou média escala. A exceção fica por conta de Manoel Silveira de Araújo – lote 39/DOIS - que tem como principal atividade, juntamente com seu filho, o cultivo de mudas de acácia

e eucalipto para venda, e formação de lavouras da espécie para si e também para terceiros.

Nesse processo, os que migraram para as cercanias da cidade sem alienar as terras do Campo do Estado, dedicam-se à exploração de uma pecuária de corte extensivo, em pequena escala com animais de baixo índice zootécnico. Plantam acácia negra e eucalipto em boa parte das terras, seguindo a tendência da região que se tornou essencialmente silvícola.

Tem-se que as migrações começaram pouco depois de organizados os assentamentos. Na fase inicial, de acomodação, houve transferências então dos direitos, já que as terras ainda não se encontravam tituladas. Os negócios se realizavam entre agricultores do próprio Núcleo ou de outro da região. A partir de 1970 acentuaram-se as vendas. Neste momento, as vendas eram praticadas com fazendeiros maiores da região, investidores de outras regiões e com a indústria Satipel de aglomerados de madeira.

Dos migrantes que venderam as terras na Fazenda Lemmertz, nem todos abandonaram por completo a atividade. Seis compraram áreas menores ou chácaras mais próximas à cidade. Igualmente, nem todos se dirigiram para as cercanias de Taquari. Um mudou-se para o município de Portão, tornando-se operário, e três retornaram à sua origem em Costa do Santa Cruz e Tabaí, sem entretanto, recomprarem terras.

O mapeamento desse processo, no que se refere às datas efetivas de início do êxodo dos assentados, não pode ser determinado. Tem-se que se iniciou logo depois de concluídos os assentamentos, verificando-se um pico maior no período compreendido entre 1975 e 1985. Os contratos de venda praticados eram, muitas vezes, “de gaveta”. Dentre os argumentos apresentados pelos retirantes, encontram-se as dificuldades iniciais, a falta de infra-estrutura e de apoio financeiro, comercialização difícil, preços baixos para seus produtos e o surgimento de doenças. Outro argumento refere-se aos atrativos que a cidade oferecia em matéria de saúde, educação e conforto. Como sói acontecer nesses movimentos, houve ilusão de alcançar uma vida mais fácil, com trabalho mais brando do que o praticado no Campo do Estado, perspectiva de rendimentos financeiros provenientes de aplicações financeiras, que logo se esgotaram.

O certo é que o pouco sucesso da atividade agro-pastoril foi o determinante mais comum para o abandono da terra. Após a migração, a grande maioria acabou envolvida em dificuldades de toda ordem. Alguns que conseguiram empregos subalternos na Estação Experimental e na companhia telefônica, mantiveram uma vida de certo modo digna e conseguiram aposentar-se. Nenhum dos migrantes se empenhou em empreendimento permanente, como comércio, indústria ou serviços, mesmo em pequena escala.

Dos setes ocupantes que permaneceram no assentamento, ou que transferiram para seus herdeiros naturais, que também não venderam e não migraram, todos mantêm uma situação estável. Vivem modestamente, limitados

pelos escassos rendimentos que a atividade agro-pastoril permite, porém, com certo conforto, face à infra-estrutura razoável. Há no local uma escola estadual, boas estradas de rodagem e fornecimento de energia elétrica permanente. Alguns mostraram progresso material, caso do pioneiro José Alves de Carvalho, já falecido, ocupante do lote Nº 15/UM, que recebeu 12 hectares de terras. Seus descendentes possuem hoje áreas que somadas atingem cerca de 50 hectares. As figuras que seguem oferecem uma visão panorâmica da residência e das instalações do casal José Bizarro Junqueira e Geni Carvalho Junqueira, ela filha do pioneiro José Carvalho.



FIGURA 7 - Residência do casal Geni e José Bizarro Junqueira.



FIGURA 8 – Instalações do imóvel do casal acima.

3 A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL: NÚCLEO AGRÍCOLA ESTADUAL FAZENDA LEMMERTZ X OUTRAS EXPERIÊNCIAS.

Nos capítulos anteriores tratou-se da localização do Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz no espaço geográfico da sociedade circundante. Considerou-se a saga dos assentados, seus problemas iniciais e presentes, carências e deficiências vivenciadas, considerando os aspectos de formação educacional e cultural da população, entre outros.

Neste capítulo, busca-se definir, tornar mais transparente e mais claro o entendimento do que vem a ser uma “**pequena propriedade rural familiar**”. Assim, chega-se a um conjunto de valores e compostos éticos que podem estar vinculados à acomodação, ao pouco dinamismo, à dificuldade de adaptação frente ao novo em termos de tecnologias práticas de manejo observado no Campo do Estado. Ainda, por meio de comparações entre acontecimentos do Núcleo e de outras experiências, verificam-se reações diferenciadas diante de obstáculos muitas vezes semelhantes e que, de alguma forma, possam ter contribuído, ou determinado, o comportamento social que induziu à estagnação do Campo do Estado, culminando com a grande emigração dos agricultores rumo à periferia de Taquari, abandonando a lide rural.

3.1 O MINIFÚNDIO, A PEQUENA PROPRIEDADE FAMILIAR E AS MUDANÇAS

Uma questão que sempre se apresenta de forma pouco clara, ou no mínimo nebulosa, é o entendimento do que vem a ser agricultura familiar. Pela obviedade aparente, seria aquela agricultura que ocupa e explora uma pequena fração de terras, passível de ser trabalhada pelos componentes da família, na busca de produzir o próprio sustento, bem como excedentes comercializáveis. O entendimento está correto. Buscando um sentido mais amplo deste entendimento, apresentam-se três considerações sobre a temática.

Afinal, o que seria um minifúndio ou uma pequena propriedade rural?

Para efeito deste trabalho, minifúndio e propriedade rural são considerados sinônimos, senão vejamos:

A palavra minifúndio diz respeito às pequenas propriedades de colonização com imigrantes de origem européia não portuguesa, conforme visão dos historiadores Rovílio Costa e De Boni:

“A colonização italiana, tal qual a alemã – e depois a polonesa – apresentava-se ante a sociedade brasileira como algo potencialmente revolucionário. Ao latifúndio opunha-se a pequena propriedade; a monocultura, a policultura; à escravidão, o trabalho familiar. Sua célula onde produção era a família – compreendendo esta, os pais e os filhos – e não a grande unidade do engenho, da fazenda ou da estância⁸⁴.”

Não obstante tratar-se de enfoque ligeiramente ufanista, o destaque destes historiadores fica por conta do “novo”. Implanta-se na província um novo modo de produção, baseado na diversificação e no trabalho, diligente e familiar que se realizava em pequenas áreas. Este modelo se contrapõe à sociedade rural já

⁸⁴ DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovílio. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 3ª Ed. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, UCS; Correio Riograndense, 1984. p.83.

existente, latifundiária e monocultora. A citação de que este modelo “*apresentava-se ante à sociedade brasileira como algo potencialmente revolucionário*”, mesmo sem explicitar, mostra-se reveladora de uma sociedade que se forma, inicialmente, alicerçada na atividade agro-pastoril minifundiária e que consegue importante evolução econômica e social. Entretanto, quando da chegada ao Rio Grande do Sul destes imigrantes, já existiam pequenas propriedades rurais trabalhando em regime familiar. Taquari é um exemplo disso, mas sem o dinamismo e o “novo” que caracterizava aquelas colônias.

Um segundo conceito de minifúndio, diz:

“Pequena propriedade rural explorada basicamente para o autoconsumo (economia de subsistência). A ausência de um excedente expressivo impede o investimento (compra de adubo, corretivos, ferramentas etc.), levando ao progressivo esgotamento da terra, num círculo vicioso de improdutividade e pobreza.”⁸⁵

Como se vê, este enunciado apresenta um quadro sombrio para as pequenas propriedades, sugerindo uma sociedade pouco dinâmica próxima à pobreza. A geração insuficiente de excedentes provoca carência de recursos para investimentos, educação e saúde, o que trás como consequência mais pobreza, formando-se o círculo vicioso. O assentamento do Campo do Estado com seus excedentes apenas marginal, com uso de tecnologia muito rudimentar, tendo a produção quase toda consumida no próprio imóvel por familiares que realizam os trabalhos, enquadra-se neste círculo. Não chegou a desencadear o esgotamento da terra pelo uso intensivo, até porque as propriedades eram de bom tamanho e não houve uso tão intenso que degradasse o solo, mas o círculo vicioso da

⁸⁵ **Dicionário de Economia.** Org. por Paulo Sandroni. São Paulo: Editora Best Seller, 3ª Ed., 1989

improdutividade e pobreza, este sim, aconteceu.

A leitura do conceito mostra-se incompleta, pois que excluem as pequenas propriedades familiares produtoras de importantes excedentes para o comércio, principalmente pelos minifúndios indicados na primeira apresentação. E mais: induz à falsa conclusão de que todos os minifúndios são tecnologicamente atrasados, geram escassos excedentes e se encontram aprisionados dentro do “círculo da pobreza”.

Um terceiro conceito foi buscado no “Aurelião”, onde o minifúndio é definido como:

“Pequena propriedade rural cuja exploração pode ser de agricultura de subsistência, com técnicas rudimentares e produtividade baixa; ou mecanizada com técnicas bastante desenvolvidas e alta produtividade (opõe-se a latifúndio)”⁸⁶

Aqui o minifúndio já aparece dicotomizado, abrangendo também as pequenas propriedades com maior produtividade e geradoras de excedentes comercializáveis. Em comum com o conceito anterior está a pequena área. Reconhece a existência de muitos minifúndios onde impera o pouco conhecimento, a técnica rudimentar e o caráter de subsistência. Inclui casos onde os excedentes para comercialização apresentam-se em volumes consideráveis, com o manejo de uma agricultura mais evoluída tecnicamente. É o caso das colônias citadas pelos professores De Boni e Rovílio Costa, fisicamente não tão distantes, originadas da imigração alemã, italiana e eslava. Simultaneamente, desenvolviam o assentamento e dedicavam-se à suinocultura, à bovinocultura leiteira, à avicultura, ao cultivo do fumo, da soja e da uva. Com a exploração mais racional, obtinham melhor produtividade e maior

⁸⁶ FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda (Org.). **NOVO DICIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA**. RIO: Editora Nova Fronteira, 2ª Edição, 1986.

produção, preponderantemente, destinada ao mercado e, subsidiariamente, ao consumo da família.

Mas, a lacuna ainda continua significativa. Das definições consideradas, todas mantêm certo viés maniqueísta onde o diferencial mais importante é o tamanho da propriedade. De um lado, a grande estância funcionando ora pelo velho sistema patriarcal, hierarquicamente rígida – patrão, capataz e peões - ora no sistema empresarial, mais moderno, já com utilização de novos métodos de administração e utilização de tecnologias de ponta. Do outro lado, pequenas glebas de terra com suas famílias. O diferencial pelo tamanho ocupa uma dimensão que não se verifica na prática.

Com exceção do primeiro conceito, os demais ignoram a vocação para produzir e outros valores culturais destas sociedades distintas. As apreciações emitidas quanto aos minifúndios se vinculam a três premissas importantes: o trabalho familiar; a pequena base territorial e o caráter de subsistência da atividade, sempre presente em maior ou menor grau. Mas, lancemos um olhar pragmático sobre a questão.

Será que na vida real as combinações das premissas acima acontecem com a regularidade apontada na definição?

Será que as exceções à regra não são tão respeitáveis, ou até maior do que os casos que se encontram sob o manto da definição?

Inicialmente, algumas considerações sobre a premissa que dizem respeito ao trabalho familiar e são pertinentes. Este é um traço em comum, marcante em todo o sistema minifundiário, talvez o traço mais importante. Entretanto, sob o escudo do termo trabalho familiar escondem-se muitos atributos que podem diferenciar o manejo das atividades, o uso de tecnologias e seus resultados. Citamos, como exemplo, a ética de poupança, a perseverança, a visão de futuro, a escolaridade, os conhecimentos gerais e específicos, o associativismo e o empreendedorismo. No seio de cada família existem valores culturais diferenciados, frutos de sua origem, educação e convivência social imposta pelo meio, que podem influenciar não só no estímulo à produção de excedentes, como também em sua elaboração mais aprimorada e na comercialização destes, o que resulta no bem-estar da família.

Outra premissa diz respeito à base física. Na pequena propriedade a área territorial seria aquela suficiente para uma família trabalhar e manter-se, sem que se estabeleça qual o tamanho necessário. A preocupação em se definir qual a área de terras ideal para a sobrevivência digna de uma família de camponeses vem de longa data. A busca de se criar, pelas autoridades agrárias, tamanhos de áreas padrão para cada circunstância ou de módulos diferenciados vem de longa data. Fazem parte do Estatuto da Terra, criado e com sua implementação iniciada no período 1964/67, governo Castello Branco. Este instituto pretendia estabelecer uma área ideal mínima para cada região, respeitadas as características da atividade, condições de solo e clima, distância de centros consumidores etc. Um problema difícil de ser equacionado em um país da imensidão e da diversidade do Brasil. O

grande mentor do Estatuto da Terra, mais tarde, reconhece que:

“... sob certos aspectos, sem dúvida, o Estatuto da Terra foi um sonho tecnocrático com modulações difíceis de aplicar num país com defasados cadastros rurais e numa época em que o uso da informática na administração pública era quase inexistente”⁸⁷

Mas, retornando novamente à Fazenda Lemmertz, pode-se aceitar que a área – base física – foi adequada. Para tanto, leva-se em conta a localização próxima à cidade de Taquari, o solo de razoável qualidade, plano ou com ondulações leves e sem pedras. Não obstante a necessidade de investimentos em drenagem, correção de acidez e fertilidade, estas áreas permitem uma miríade de atividades. Nos depoimentos, tanto dos assentados como dos técnicos, não há qualquer referência quanto à inadequação ou insuficiência das áreas distribuídas.

Esta adequação, entretanto, partiu de premissas próprias daquele momento histórico, que com o passar do tempo e as mudanças já citadas, em termos de tecnologia e métodos de trabalho, tornaram o problema do tamanho dos lotes rurais algo mais complexo. Em alguns casos, esta importância se vê diminuída na medida em que se substitui o fator terra por tecnologia ou manejo mais avançado. É o caso da olericultura e outros hortigranjeiros quando cultivada em áreas diminuídas, mas irrigadas, com uso de sementes adequadas, coberturas plásticas, fertilizantes e outros defensivos agrícolas, que aumentam de forma importante a produtividades das lavouras.

Também abrange o sistema de integração do produtor ao sistema

⁸⁷ CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A lanterna na popa – Memórias**. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 1994. p. 694.

agroindustrial. Trata-se de uma associação onde o produtor, sem condições de por conta própria dominar todo o processo, integra-se ao planejamento da empresa agroindustrial que lhe repassa insumos, a tecnologia e os métodos de trabalho, para posteriormente adquirir sua produção. Em ambos os casos, vêem que os avanços tecnológicos e de gestão substituem, em importante medida, o fator terra, na medida em que permitem uma produtividade muito maior por unidade de área cultivada. Estes avanços, entretanto, não atingiram o Núcleo Fazenda Lemmertz.

De outra parte, em outras situações, os avanços tecnológicos e da mecanização cada vez mais sofisticada, mais onerosa, mas com imensos ganhos de produtividade, levam à necessidade de áreas maiores, ao contrário das circunstâncias expostas anteriormente. Quando da chegada dos agricultores à Fazenda Lemmertz, o tamanho das lavouras de milho, soja e arroz, apenas para citar alguns casos, era dimensionada pela capacidade física do titular da terra, da capacidade dos animais de serviço e dos implementos rudimentares que possuía. Diante destas premissas 12 hectares de terra – área mínima distribuída – era mais do que suficiente.

Mas os equipamentos modernos que foram sendo introduzidos criam a necessidade de novas formas de manejo, adaptado aos novos aparelhamentos, e que altera a planta mínima de muitos cultivos. As dimensões das novas lavouras, necessariamente, precisam estar compatíveis com a plena utilização

destas máquinas. Aqui, de certa forma, o trabalho familiar perde sua importância. As áreas necessárias para permitir a mecanização das lavouras de soja, trigo, milho e até feijão são enormemente maiores do que comportam as pequenas glebas de terras dos assentados. Essa desigualdade de equipamentos coloca os assentados em desvantagem em termos de competitividade, pois que usam o sistema manual de cultivo. Os ganhos de produtividade das grandes lavouras residem na utilização intensiva de capital, em mecanização e no uso de novas técnicas.

Estes avanços que se fizeram sentir já com muita ênfase no período aqui tratado – em especial entre 1960 e 1990 - não foram incorporados pelos camponeses assentados no Campo do Estado, ou o foram apenas de forma muito marginal, o que se constata nos depoimentos dos assentados. Os camponeses perderam a competitividade em quase todos os produtos que conseguiam excedentes para o comércio. Algumas culturas tiveram de ser abandonadas. A queda relativa dos preços da produção agro-pastoril, provocada pelos ganhos de produtividade gerados por novas tecnologias, limitou o número de atividades antes praticadas nos minifúndios. Torna-se relevante exemplificar e, assim, tomamos os preços de quatro produtos típicos do assentamento, arroz, milho, leite e suínos: ⁸⁸

⁸⁸ FONTE: Revista Conjuntura Econômica – Fundação Getúlio Vargas. A tabela foi construída comparando preços correntes recebidos pelos agricultores no período de 1979-1987, corrigidos pelo deflator IGPdi, da mesma fundação, conforme cálculo no anexo N° 11.

TABELA 3
PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES

ANO	ARROZ	MILHO	LEITE	SUÍNOS
1979	100	100	100	100
1981	87	91	108	64
1983	67	84	70	59
1985	61	61	66	61
1987	33	34	89	36

Ano base 1979=100

Na análise da tabela acima, há de se considerar que as oscilações não se referem exclusivamente ao aumento da produtividade determinada por avanços tecnológicos. Outros fatores podem ser considerados, como clima, aumento ou queda da demanda, oscilações da produção em outros locais, situação do mercado internacional, entre outros. A escolha do ano base também pode mascarar resultados, caso se tome um ano atípico com ocorrências de safra extraordinária, ou escassez determinada por secas, enchentes etc., que não é o caso do ano de 1979, apesar das evidências apontarem para um ano de bons preços para os produtos sob análise.⁸⁹ Para um estudo mais contundente seria necessária a construção de uma série temporal de maior abrangência. Mas para a finalidade que este trabalho se propõe é suficiente. Busca-se apenas a tendência do comportamento dos preços e estes se mostram em queda bastante acentuada.

Esta tendência de deterioração dos preços dos produtos atingiu os assentados do Núcleo de forma bastante importante. Impactou negativamente as rendas oriundas da comercialização dos pequenos excedentes agropastoris.

⁸⁹ A tabela foi construída a partir dos preços correntes recebidos pelos produtores no período de 1979 até 1987, corrigidos tomando-se pelo índice de Preços IGPdi, da mesma Fundação, conforme discriminação e cálculo constante do Anexo nº. 11.

Concentrando-se o entendimento no fato de que para presente trabalho o que importa é a tendência de comportamento dos preços no longo prazo, que tem se mostrado em queda de forma quase que continua, trazemos situação identificada em uma Nota Fiscal de venda de leite, datada de dezembro de 1979 (Anexo nº. 12), na qual consta a venda de leite do produtor do Núcleo José Bizarro Junqueira. O preço então recebido pela entrega do leite era de Cr\$ 5,70 o quilo. Se comparado com o preço de um botijão pequeno de gás (liquinho) de Cr\$ 40,00, constante da mesma nota, teremos que 7,2 quilos de leite eram suficientes para a referida compra. Hoje seriam necessários 30 quilos de leite (preço do “liquinho” R\$ 12,00/preço do quilo de leite pago ao produtor R\$ 0,40).⁹⁰

Estas considerações permitem algumas ilações. A primeira refere-se falta de integração dos assentados da Fazenda Lemmertz no novo processo tecnológico. A *priori* pode parecer que este fato leve apenas à estagnação do núcleo, já que o nível de produção se manteria nos mesmos patamares. Mas a realidade mostrou o contrario. A queda constante dos preços de seus produtos, mantida a produção constante, faz com que a renda dos minifundiários se deteriore, e mais, como leva ao abandono de certas culturas – arroz como exemplo – propicia uma queda de rendimentos ainda maior. Nestes casos, a atividade volta-se cada vez mais para a subsistência dos agricultores e seus familiares, com menores excedentes. Ou seja, rumam para o caminho da pobreza.

A segunda, diz respeito ao caráter da subsistência das pequenas propriedades onde avança a utilização de modernos métodos de gestão e

⁹⁰ Preços atuais obtidos em 01.11.2004, junto ao produtor de leite Rogério Wathier de Taquari e a revenda de gás Scarton Gás, desta capital.

acompanhada de modernas tecnologias. Há uma tendência de concentração de esforços em poucos ou um produto específico onde os grandes ganhos de produtividade mais que compensam a queda dos preços e das margens de lucro por unidade. Mas esse aumento de produção somente se é possível quando atrelada à especialização. Assim, o esforço do agricultor passa a concentrar-se cada vez mais em produtos destinados ao mercado e menos à subsistência. Estas alterações, ou evoluções, não aconteceram no Campo do Estado.

Em terceiro lugar, a citação no “Aurelião” da existência de minifúndios onde predomina a produção, ora para a subsistência, com tecnologia rudimentar e, ora para a venda aos mercados, com uso de tecnologias mais modernas, na verdade adquire uma importância maior. É uma cunha que divide dois mundos distintos: um que está próximo à pobreza e outro que se encontra no círculo da prosperidade. E esta cunha pode estar separando minifúndios de mesma área territorial.

3.2 O QUE É UM EMPREENDIMENTO RURAL FAMILIAR

Nos dias atuais também a agricultura se realiza de forma globalizada. O que nenhum conceito explicita é que a atividade agrícola ou pecuária é um empreendimento. Pode ser explorada em grandes fazendas, em médias propriedades ou em minifúndios, mas sempre será empresa com atividades próprias de produção. Os minifúndios com seu número reduzido de pessoas envolvidas,

somado ao acanhado patrimônio, podem ser apontados como empresas de pequeno porte, mas, de qualquer modo, é um empreendimento.

É fato, a produção agropecuária moderna existe como realidade em áreas espacialmente restritas, mas as novas formas de produção, distribuição e consumo têm influência direta sobre as condições gerais da agricultura. É um outro enfoque, e que trata a atividade agro-pastoril como uma outra atividade econômica qualquer. A atividade passa a ser vista como um empreendimento, e como tal pode estar sendo mal ou bem gerido. O patrimônio representado pela terra tem imensa importância e o modo de produção, muitas vezes familiar, não se difere muito de inúmeras atividades urbanas. Mas, para melhor compreensão, a percepção doravante utilizada refere-se a um setor agro-pastoril não como uma atividade que se opõe à indústria, mas, sim, como um empreendimento que faz parte do sistema econômico-social como um todo, abandonando-se a divisão setorial e didática de três setores: agricultura, indústria e serviços.

O enfoque não é novo. Auguste Comte já via a atividade agrícola como uma atividade idêntica à indústria na medida em que ela incorpora a aplicação da ciência à produção. O modelo agrícola adota inovações científicas. E a aplicação da ciência traduz-se em novas tecnologias. No campo são representados pela biogenética, equipamentos modernos, fertilizantes etc. Utilizando as palavras de do sociólogo Raymond Aron:

“...para Auguste Comte a definição de sociedade industrial era antes de tudo a utilização ou aplicação da ciência à produção (...) Uma sociedade torna-se industrial a medida que a organização da produção não é determinada pela tradição, pela iniciativa irrefletida,

porém à medida que o conhecimento e a ciência são sistematicamente aplicadas a produção. A partir deste fato, para Auguste Comte, a agricultura não se opõe à indústria, a agricultura torna-se uma indústria.”⁹¹

Esta ótica acentua a dicotomia apresentada no conceito de Aurélio Buarque de Holanda, que aponta dois tipos de minifúndios, os que produzem basicamente para a subsistência, com utilização de processos rudimentares e poucos excedentes comercializáveis, e os que geram importantes excedentes, com utilização de tecnologia mais avançada. Neste entendimento, os minifúndios enquadrados no primeiro caso, onde se inclui o assentamento da Fazenda Lemmertz, estariam fora do sistema industrial, não por se dedicarem à agropecuária, mas sim pelo caráter predominante da atividade de subsistência sem aplicação da ciência. De outra parte, teríamos aquelas pequenas propriedades que fariam parte do novo mundo industrial. Estas, incorporam tecnologias, operadas por famílias industriosas e que geram maior produtividade e produção voltada ao mercado.

Agora, se os minifúndios são empresas nos deparamos com outro maniqueísmo, um reducionismo, que divide a sociedade industrial entre capital e trabalho. Na condução dos negócios e atividades minifundiárias falta o elemento principal onde se apóia o capitalismo: a sujeição da mão-de-obra desprovida dos meios de produção que vende seu trabalho. No caso, inexistente a exploração do trabalhador já que o executor dos serviços é o próprio dono do empreendimento.

Dobb, economista e historiador, assim descreve o sistema capitalista:

“Para que amadurecesse o capitalismo como sistema de produção, disse Marx, ‘dois tipos bem diversos de donos de mercadorias tem

⁹¹ Raymond Aron na UNB: **Conferência e comentários de um Simpósio Internacional**, realizado de 22 a 26 de setembro de 1980. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981 .p.71/72.

de se defrontar e entrar em contato: de um lado os donos do dinheiro, meios de produção e de subsistência, desejosos de aumentar a soma de valores possuídos pela compra da força de trabalho de outras pessoas; de outro os trabalhadores livres, vendendo sua própria força de trabalho...' (...) O sistema capitalista pressupõe a separação completa dos trabalhadores quanto a toda propriedade nos meios pelos quais podem realizar seu trabalho...⁹²

Ora, “*os dois tipos bem diversos*” citados por Marx inexitem nos minifúndios, ou formam a mesma coisa. O proprietário e os familiares são os executantes dos serviços, os proprietários dos meios de produção, e participam dos resultados do empreendimento. Os explorados são familiares. Na verdade, estamos diante de um sistema que se denomina de **auto-exploração**, que convive até com bastante harmonia com o capitalismo industrial. Consigne-se que este sistema não é exclusivo dos minifúndios agrícolas. Acontece também nos pequenos empreendimentos, formais ou não, onde predomina o esforço familiar, como por exemplo, o pequeno comércio, a ferraria e o moinho colonial. Ou, ainda, algumas profissões surgidas concomitantemente com o sistema agrícola familiar.

Neste ponto, a posição do historiador Braudel, numa referência não atual e sim do século XVIII: “*São necessários um ferreiro, um carpinteiro de carroça, um correeiro, mais o inevitável e indispensável sapateiro.*”⁹³ Nestas atividades, não rurícolas, também predomina a auto-exploração. Estas pessoas industriosas são proprietárias dos instrumentos de trabalho e contam, quase sempre, com o esforço conjunto dos familiares.

John F. Galbraith, economista, assim se manifesta:

⁹² DOBB, Maurice. **A EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO**. São Paulo: São Paulo Editora S/A, 1965. p. 273

⁹³ BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII, Vol. 2, Os Jogos das Trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 252.

“Este sistema de produção que podemos intitular de “auto-exploração” vem de longa data e não foi tão seriamente atingido pelo sistema industrial, pelo menos no seu modo peculiar de produção. Predomina até hoje em muitas atividades. (...) Na prática, todavia, a auto-exploração e a exploração da mão-de-obra empregada caminham juntas na economia moderna. (...) Essas tendências [de auto-exploração] são mais patentes na agricultura. A auto-exploração do lavrador e da sua família tem sido, há muito tempo, um comportamento amplamente aprovado – vigorosa manifestação da virtude social conveniente.”⁹⁴

Essa prática de auto-exploração, comungando do entendimento de Galbraith, “vem de longa data, não foi seriamente atingido pelo sistema industrial”, já foi tratado por Braudel, mesmo que de forma indireta. No final do século XVIII, quando refere a atividade agrícola como sendo pouco influenciada pelo capitalismo industrial, até pela dificuldade de se introduzir a divisão do trabalho, tão própria do sistema industrial:

“Outro tipo de divisão de trabalho, citando Adam Smith: a divisão do trabalho vale para a indústria, não para a agricultura, em que, segundo ele, a mesma mão semeia e lava. Com efeito, sob o Ancien Regime, a vida agrícola consiste em cem tarefas ao mesmo tempo, e, mesmo nas regiões pouco evoluídas, os camponeses são obrigados a dividir entre si, especializando-se, todas as atividades aldeãs. (...) No conjunto da Europa, o papel do capitalismo agrário acaba por ser pouco considerável”⁹⁵.

No empreendimento agrícola o planejamento é mais simples. A supervisão dos eventuais e poucos empregados processa-se de forma direta, sem a fixação de regras formais para cumprimento de horários e para execução das tarefas estabelecidas. Predomina um sistema de incentivos ao empresário individual, que recebe uma recompensa ampla quando há o esforço da faina e o castiga quando predomina a sua indolência e inépcia.

⁹⁴ GALBRAITH, John K. **A ECONOMIA & O Objetivo Público**. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1973. p. 74.

⁹⁵ BRAUDEL, 1966 p. 252 e 255.

Galbraith, referindo-se à sociedade atual, demonstra certo otimismo quanto à permanência das atividades de auto-exploração, mesmo em um mundo dominado pelas tecnologias, com as grandes organizações. No detalhe, é claro que se refere especialmente aos Estados Unidos. Não faz referência ao pequeno produtor rural, ou médio, e sim ao pequeno empresário, independentemente do tamanho da área de terras:

“Vemos que há tarefas – grande parte das tarefas agrícolas, os serviços geograficamente espalhados, e os que envolvem as artes – que não se prestam à organização. E até onde a organização poderia ser possível, o empresário reduzido à própria remuneração, aumentando o seu esforço e – dentro de certos limites – fazendo o mesmo com os empregados, sobrevive em competição com a organização. Por isso o pequeno empresário sobreviverá.”⁹⁶

A pequena propriedade também não é uma empresa socialista, haja vista que todas as atividades buscam lucro, são de propriedade privada e não obedecem a qualquer espécie de planejamento centralizado.⁹⁷ Assim, podemos conceituar o sistema de “auto-exploração” como um empreendimento familiar, sem hierarquias e procedimentos formais, que utiliza a mão-de-obra doméstica e apenas complementarmente trabalho contratado. Ocupa grande espaço nos serviços e outras atividades que não se prestam à organização, em especial na agricultura. As pequenas propriedades rurais familiares enquadram-se neste conceito e são empresas de exploração agro-pastoril, que trabalham sob o regime de auto-exploração do proprietário e de sua família, com utilização de mão-de-obra contratada apenas eventualmente.

⁹⁶ GALBRAITH, 1973. p. 77.

⁹⁷ A economia planificada, ou socialista, distingue-se pela propriedade estatal dos meios de produção e pela planificação centralizada da economia nacional. Dicionário de Economia. Org. Paulo Sandroni. São Paulo: Ed. Best Seller, 1989 p. 95.

Sob esta mesma ótica, considerando os extremos dos grupos sociais do modelo, teremos de um lado um grupamento de empresas minifundiárias familiares que forma uma sociedade amorfa e com pouco dinamismo, que desenvolve atividades agro-pastoris voltadas para o próprio consumo e geradora de escassos excedentes, com uso de técnicas rudimentares e presos pelo círculo vicioso da pobreza. De outro lado, uma comunidade formada por um conjunto de pequenos empreendimentos agro-pastoris, com sistema de “auto-exploração”, onde se busca o excedente (lucro), com utilização de tecnologias e que se ligam ao círculo virtuoso da prosperidade. É claro que estamos tratando didaticamente dos casos extremos.

Estes dois subsistemas, estes dois modos de produzir excedente, vêm afastando-se continuamente. O fosso tecnológico entre eles aumenta na medida em que a especialização avança em uma das pontas, havendo na outra um processo de encolhimento. Para acompanhar mudanças, operar tecnologias de ponta, há a exigência de nova postura e de constante aprendizado. A educação, agora, assume papel importante no processo de mudança.

3.3 – A EDUCAÇÃO

Em nossos dias, vive-se a sociedade do conhecimento, onde a educação é “conditio sine qua non” para o desencadear do processo de evolução social e econômica de qualquer país, região ou comunidade, mesmo sendo uma

comunidade rural. Educação não é o único fator de desenvolvimento social, mas, sem dúvida, um dos principais. A sociedade dos pequenos produtores rurais do Núcleo Fazenda Lemmertz era constituída por gente de poucos saberes e baixa escolaridade, e isso se correlaciona com a estagnação da comunidade.

Entretanto, a baixa escolaridade não é exclusividade do Campo do Estado. Retrocedendo algumas décadas, tem-se que importantes correntes migratórias vindas da Europa, em especial da Itália e das regiões da Polônia dominadas pelo Império Russo e Austro-Húngaro, chegadas à Província nos anos finais do século XIX e início do século XX, apresentavam um número reduzido de pessoas letradas e cujas colônias, nem por isso deixaram de prosperar. Mas são tempos diferentes. Quando da invasão do Campo do Estado o problema da educação já estava, em boa medida, resolvido nestas colônias de imigração européia, mas não solucionado nas áreas rurais de Taquari.

Não obstante a educação não representar solução para todos os males, sua decisiva importância merece considerações, não só no aspecto quantitativo, mas, principalmente, quanto ao aspecto qualitativo. A sociedade rio-grandense, como um todo, é bastante heterogênea. Era em parte urbana, com suas classes sociais, e em parte rural, também com suas divisões – estâncias e pequenas propriedades. Entre as populações de cada segmento, uma diferença imensa de motivações, de práticas pedagógicas, de interesse da comunidade e de visão de futuro. Nosso enfoque, dado o objetivo deste trabalho, restringe-se à educação no meio rural onde havia uma clara divisão com duas áreas de influência. De um lado, a sociedade

latifundiária e de outro, a sociedade minifundiária de colonização européia, cada qual com visão própria de educação.

Sabe-se que o ensino não é ideologicamente neutro. Assim, cabe uma análise para verificarem-se os objetivos e mesmo a ideologia das escolas, a forma e a maneira com que se fazia a educação no Estado, em especial nas regiões rurais. Se voltarmos um pouco no tempo, mediante pequena digressão, encontramos o Diretor-Geral da Instrução Pública da Província, Dr. Rodrigo de Azambuja Vilanova, manifestando-se sobre a situação educacional, em 1876:

“A província tem despendido grossas somas para elevar o nível intelectual de seus filhos, e, entretanto, a estatística de nossa ignorância é enorme, (...) Esta estatística é o ato de corpo de delito de nosso atraso patente de nossa vergonha: de 50 mil indivíduos aptos para freqüentar as escolas só 9.462 recebem instrução!”⁹⁸

No entendimento do Diretor-Geral, eram três as causas do atraso: a incapacidade do professor, o descaso dos pais de família e a deficiência da inspeção escolar. Tanto a primeira como a terceira das causas apresentadas eram atributos diretos da esfera pública. Foram equacionadas, mais tarde, pelas administrações positivistas, com ações de ampliação e melhorias das escolas complementares, bem como persistente e mais eficiente fiscalização. Estes avanços, entretanto, não atingiram com muito êxito as escolas municipais públicas do meio rural.

No entanto, a segunda causa, desinteresse das famílias pela melhor formação de seus filhos, é de exclusiva alçada das famílias e somente pode ser combatida pela persuasão, pois que conforme cânones positivistas o ensino não

⁹⁸ SCHNEIDER, Regina P. *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul (1870/1889)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993. p. 322/323.

pode ser obrigatório, conforme chegou a propor o Dr. Villanova. Ademais, trata-se de uma generalização, mesmo naquele momento histórico. Notas fragmentárias desmentem a afirmativa, como o relatório pormenorizado do novo diretor da Instrução Pública Dr. Frederico Bier, em 1878, sobre a situação da educação:

“Parece incrível, mas é verdade, que se gastava sem o menor proveito para mais de sete contos por ano, custando cada aluno aproximadamente 90\$000 réis, em um lugar, onde existem cinco excelentes escolas particulares, muito freqüentadas e dirigidas por verdadeiros pedagogos. (...) Na freguesia da Piedade (Hambúrguer Berg) existem também duas aulas públicas, que apenas servem de sinecura aos professores que delas estão de posse. Verifiquei que a freqüência destas aulas é quase nula e que, com muito empenho, os professores conseguem que em algumas tardes da semana se reúnam meia dúzia de meninos dos 75 de ambos os sexos, que todas as manhãs freqüentam a excelente aula mista particular que ali existe...”⁹⁹

Difícil atribuir-se desinteresse das comunidades citada, ambas de São Leopoldo, que mantinham escolas particulares eficientes, comunidades que não esperaram a ação do Estado, mobilizaram-se e construíram suas próprias escolas. Outra referência, já nos tempos de Borges de Medeiros, diz respeito à aceitação das escolas particulares de Venâncio Aires, que obedece ao mesmo diapasão,

“Nesse município, o número de escolas particulares era superior ao de públicas, para o que concorriam três fatores: primeiro, o interesse que os colonos tinham pela instrução de seus filhos; segundo, a falta de professores titulados e, por último, o baixo salário dos professores públicos.”¹⁰⁰

O desinteresse parece estar fora da região colonial, em especial em Rio Grande, tradicional campanha dominada por uma sociedade hierarquizada, latifundiária e semi-servil, cuja influência atinge o meio rural taquariense. Nesta, o

⁹⁹Ibidem, p. 360/361.

¹⁰⁰DILL, Aidê Campello. **Diretrizes Educacionais do Governo Antonio Augusto Borges de Medeiros (1898-1928)**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, PUCRS, 1984. p. 118.

interesse pela educação era fragilizado pela relação de dependência do trabalhador e do agricultor, da classe dominante e seu baixo nível cultural. Da parte da classe latifundiária, parece que o despertar ocorreu apenas após a reforma eleitoral de 1930, influenciada pela política partidária,

“...ler e escrever eram condições para serem eleitores. Diante desse fato, desperta o interesse dos fazendeiros em pleitearem criação de escolas estaduais ou municipais ou, mesmo, custeadas pelo próprio fazendeiro, pois o número de eleitores lhes elevava o prestígio político. O crescimento do número de alfabetizados tornou-se mais rápido”¹⁰¹

Também não é demais citar o cáustico comentário de Sergio Buarque de Hollanda acerca do ensino nos latifúndios do Brasil: “*Tinha capela onde se rezava as missas. Tinha escola de primeiras letras, onde o padre mestre desasnava meninos*”¹⁰²

Convém notar que em 1930, pouco após o afastamento da vida pública de Borges de Medeiros, a rede de escolas comunitárias privadas totalizava 1.141 unidades, com 1.200 professores, sendo praticamente extirpado o analfabetismo no meio colonial. Formou-se paralelamente toda uma estrutura de apoio e fomento à questão escolar, com a criação de associações de professores católicos e protestantes, jornais, revistas informativas, cursos de atualização pedagógica e etc.¹⁰³. Note-se, ainda, que na região colonial, além das escolas públicas normalmente circunscritas às localidades já urbanizadas, as escolas comunitárias estavam também encravadas nas linhas rurais, universalizando a educação elementar.

¹⁰¹ DILL, 1984. p.140.

¹⁰² HOLLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio: Livraria José Olympio Editora, 13ª Ed., 1979. p. 48.

¹⁰³ KREUTZ, Lucio et RAMBO, Arthur B. **Germanismo Pedagógico no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo (RS): Estudos Leopoldenses Vol. 30, p. 79-92, nº 137, 1994. p. 83.

Nas localidades de origem dos assentados não existiam escolas comunitárias. As escolas de ensino básico surgiram aí somente com a disseminação das escolas municipais, após 1930. Mas, permaneceram sempre atuais os comentários desfavoráveis do Diretor-Geral Dr. Azambuja Vilanova, exarado em 1876, quando aponta três causas do atraso do ensino: *“a incapacidade do professor, o descaso dos pais de família e a deficiência da inspeção escolar.”* De acordo com documentos disponíveis à época do final da década de 40, início dos anos 50 do século passado, na região rural do município de Taquari, pode-se afirmar que havia um grande absentismo, boa parte dos matriculados não prestava a prova final e, dos que prestavam, o grau de aprovação mostra-se modesto. A repetência só não era mais elevada dada à desistência de muitos em voltarem à escola. Um dos assentados, que estudou na Escola Visconde de Taunay, no Aterrado da professora Olina Vargas da Silva, que funcionava num anexo da casa, que reputou como *“muito boa professora”*, assim se manifestou sobre o ensino: *“...também, aprender para quê? Não tinha nem um pedaço de papel para se ler.”*¹⁰⁴

As escolas da região rural de Taquari eram municipais e, talvez, até tivessem objetivos que fossem além do ensino de aritmética e das primeiras letras, mas esbarravam no despreparo dos professores, no desinteresse das famílias, na falta de material didático apropriado e na falta de estímulo sobre o que fazer com o aprendizado recebido.

Nas escolas comunitárias havia grande interesse das famílias pela educação

¹⁰⁴ DEPOIMENTO de Nelson Miguel de Oliveira (lote 6/DOIS). Anexo nº. 10).

e objetivos definidos em torno de eixo pedagógico ditado pela realidade concreta dos alunos. Segundo o Prof. Rambo, eram quatro as tarefas básicas da escola comunitária:

- √ Ensinar o aluno a ler, escrever e apropriar-se dos rudimentos de cálculo.
- √ Preservar os valores religiosos.
- √ Manter permanentes os valores culturais.
- √ Incentivar o despertar da consciência da cidadania brasileira..¹⁰⁵

Quanto à elaboração do projeto escolar, a construção parte sempre de situações concretas e tem como objetivo principal preparar os alunos para o enfrentar de novas situações, para vencer na vida. Acerca das práticas de ensino nas escolas comunitárias, manifesta-se o Professor Rambo:

“Subjacente a toda esta elaboração e reelaboração de material didático, parece ter ênfase na opção pela **lição das coisas**. A realidade concreta dos alunos, em contraposição ao método tradicional, privilegiando o genérico e o abstrato. Os manuais escolares deveriam ser elaborados a partir da realidade do aluno (...) que os manuais produzidos na Alemanha não satisfaziam porque não tinham sido elaborados a partir da realidade local.”¹⁰⁶

Dentre os argumentos que se ligam à prática educativa nas escolas comunitárias, talvez o fato mais importante é o de que atingia aos mais longínquos rincões colonizados pelos imigrantes e seus descendentes. Delhaes-Gunter cita a observação de um viajante: “*O jornalista inglês Mulhal teve a impressão de encontrar*

¹⁰⁵ RAMBO, Arthur B. **As Contribuições dos Imigrantes Vindos da Europa Central e do Norte**. São Leopoldo (RS): Estudos Leopoldenses, vol. 29, nº 32 p. 47-79, 1993. P. 50 e 51.

¹⁰⁶ Ibid.

*igrejas e escolas em cada picada*¹⁰⁷ Representaram um importante diferencial que permitiu o desenvolvimento harmônico da sociedade minifundiária como um todo. Nestas comunidades não havia apenas agricultores. Eram constituídas também por comerciantes, ferreiros, transportadores, além das pequenas agroindústrias de cachaça, vinho, beneficiamento de couros, entre outras. Em comum, todos trabalhando pelo sistema de auto-exploração.

A educação básica recebida pelos assentados, mesmo que bastante deficiente para os padrões da época, contribuiu de maneira significativa para a permanência no sistema de subsistência, fora das correntes inovadoras impostas pelas novas tecnologias.

3.4 AS DUAS SOCIEDADES MINIFUNDIÁRIAS

Conforme visto anteriormente, a sociedade minifundiária do Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz formou-se a partir de imigrações de regiões do próprio município, empobrecidas pela baixa qualidade dos solos, dado ao uso intensivo, além de outros fatores. Constituída quase que exclusivamente por agricultores de origem luso-açoriana, não proprietários de terras em suas origens e com nível educacional e de conhecimentos muito precários. Assentados, formaram um grupamento voltado para o trabalho familiar, mas com pouca determinação e rara capacidade de adaptação às novas tecnologias e métodos de manejo. Em certo

¹⁰⁷ DELHAES-GUNTER, Dieter von. **Colonização Européia no Rio Grande do Sul durante o Século XIX**. IN COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 3. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1980. p. 131.

sentido, trata-se de uma comunidade bastante acomodada e subserviente, sem voz na comunidade maior, com pouco espírito empreendedor e de escassas iniciativas coletivas.

As sociedades minifundiárias nas regiões coloniais formaram-se em torno das linhas de distribuição de terras e contavam com história diferente. De certa forma, tratou-se de uma transposição de um modelo já existente na Europa. Não obstante as diferenças entre si destes migrantes europeus, vindos de regiões tão distintas como Vêneto, Lombardia, Tirol, Boêmia, Hannover, Hunsruck, Pomerânia, Poznânia, entre outras, cada qual com suas peculiaridades e diferenças, trazia traços em comum. Acerca desta transposição, referindo-se à colonização alemã, assim se manifesta Delhaes-Gunter:

“...as condições de vida em muitos aspectos correspondiam àquelas de regiões rurais na Alemanha. Porém, os pequenos proprietários e peões da Europa Central não mostravam mais nada da antiga subordinação e do servilismo humilde, mas, pelo contrário, como colonos, se apresentavam livres, confiantes em si mesmos e conscientes da melhora de sua situação econômica. Essas e semelhantes observações de outros contemporâneos – inclusive relatórios oficiais sobre a colonização – são a expressão de uma surpresa geral que foi possível em poucas décadas e com poucas modificações de transferir um sistema social e econômico da Europa Central para o Brasil.”¹⁰⁸

Esta transposição engloba, entre outros, práticas de trabalho e de convívio social. Um traço em comum é que as levas imigratórias, além de famílias de agricultores, traziam igualmente artífices. Estes dois atributos nem sempre se mostravam tão separados. Era comum na época o camponês conhecer artes e ofícios, dada à necessidade de se bastarem a si e a sua família, em regra

¹⁰⁸ DELHAES-GUNTER, 1981. p. 131.

numerosas. Braudel já identificava esta característica dos camponeses antes do século XVIII:

“Os camponeses partilham todos de uma miséria assaz contínua, uma paciência a toda prova, uma extraordinária aptidão para resistir dobrando-se às circunstâncias (...) uma perseverança ímpar para reequilibrar uma existência sempre precária. (...) Mas não acentuemos esse negrume real. O camponês sobreviveu. Conseguiu dar um jeito, e esta também é uma verdade universal. Mas, em geral, graças a centenas de ofícios suplementares: os do artesanato, os dessa verdadeira “indústria” que é a vitivinicultura, os do transporte.”¹⁰⁹

Esta multiplicidade de atividades fazia parte da saga das famílias do meio rural europeu, não apenas da Alemanha. Ginsburg assim se refere a um caso na Itália no ano de 1584:

“Chamava-se Domenico Scandella, conhecido por Menocchio. Nasceu em 1532. (...) declarou ao cônego Giambattista Maro, vigário-Geral do inquisidor de Aquileia e Concórdia, que sua atividade era “de moleiro, carpinteiro, marceneiro, pedreiro e outras coisas”. (...) Alguns anos depois, disse aos inquisidores que era “paupérrimo”: Não tenho nada além de dois moinhos de aluguel e dois campos arrendados e com isso sustentei e sustento minha pobre família. (...) No mesmo ano, Menocchio alugou, junto com o filho Stefano, um novo moinho, numa localidade conhecida como “abaixo das cercas de cima” (*de sotto le siege de sora*).”¹¹⁰

Mas, mesmo com a dificuldade em se definir claramente as profissões dadas às precárias estatísticas disponíveis, pode-se inferir que os imigrantes que aqui aportaram, dependendo da origem, apresentavam diversidades de especialidades em artes e ofícios. Da Polônia havia a predominância de agricultores, “segundo o *“Calendário Lud” de 1948, os poloneses que emigraram para o Brasil estavam assim distribuídos: camponeses 80%; operários e artífices 14%; comerciantes 2% e*

¹⁰⁹ BRAUDEL, 1996. p. 231.

¹¹⁰ GINZBURG, Carlo. **O QUEIJO E OS VERMES**: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p. 39/40.

outros 4%.”¹¹¹ Já da Boêmia as informações indicam uma maioria de artífices e operários. “Em cinco de maio de 1877, no vapor Montevideú, embarcaram aproximadamente 150 boêmios alemães. (...) Eram na maioria operários das fábricas de vidro e outros artífices da zona montanhosa do Iser e Reissengegend, junto a Reichenberg, na Boêmia.”¹¹²

A reconstrução do modelo destaca alguns aspectos importantes. O primeiro, diz respeito à diversidade de especialidades que permitiu a formação de uma sociedade socialmente mais complexa e completa. Em cada “linha” de assentados logo surgia um moinho colonial, uma ferraria, uma casa comercial, uma serraria, uma marcenaria... Mas sempre, em comum, a realização do trabalho no sistema de “auto-exploração”, tanto por parte dos agricultores como daqueles dedicados às artes. Subjacente nesta sociedade estava o caráter empreendedor de seus membros. Esta qualidade, de certa forma, também foi trazida de suas origens e aqui encontrou campo para se desenvolver. Deve-se ter presente que a Europa, no momento das grandes emigrações, vivenciava momentos difíceis: a explosão populacional que deteriorou a relação entre terra e gente no meio rural, e a revolução industrial que provocou a derrocada de muitas atividades artesanais praticadas pelos camponeses, além de permitir a chegada de cereais produzidos na América a preços, muitas vezes, inferiores aos praticados no local.

Mas a mesma América que competia de forma predatória em muitos produtos agrícolas prejudicando o campesinato europeu, abriu suas portas para receber os excedentes populacionais rurais e a indústria. Na medida em que

¹¹¹ WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **As Escolas da Colonização Polonesa no Brasil**. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2002. p. 19.

¹¹² UMANN, Josef. **Memórias de um Imigrante Boêmio**. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1997. p. 47.

liquidava com muitas atividades que propiciavam importantes ganhos, gerava empregos - maus empregos nos albores do processo - em suas fábricas dando vagas para os excedentes populacionais do campo. D'Arísbo sintetiza bem esta situação:

“A partir de 1880, os cereais provenientes dos Estados Unidos e da Argentina eram colocados na Itália a preços inferiores aos locais, como o milho e o trigo, propiciando uma queda na quantidade produzida. (...) Em 1881, de 8 milhões de agricultores italianos, cerca de um sexto possuíam terras. No final do século ainda subsistiam espécies de contrato oriundos do medievo, inabilitando aos sem terra qualquer possibilidade de produção ou subsistência autônomas.”¹¹³

“As revoluções industriais contemporâneas tomaram de assalto um mundo essencialmente agrário artesanal: o súbito progresso científico-tecnológico decretava a extinção de inúmeras atividades e fontes de sobrevivência familiares... Contingentes de camponeses e artesãos, dissociados de suas antigas formas de produção, emigram ou proletarizam-se...”¹¹⁴

Os que migraram para cá formaram comunidades em cada “linha”, mas se depararam se deparavam com a impossibilidade de refazerem a aldeia nos moldes de suas origens. Segundo Bloch, a vida em torno das aldeias já se manifestava na sociedade feudal, costume que permaneceu até a época da migração:

“Pois os agricultores, cujas casas se erguiam lado a lado, e cujos campos confinavam por um mesmo limite, estavam forçosamente unidos, por vários que fossem as dominações pelas quais se repartiam, por toda a espécie de laços de interesse comum, e até pela obediência a servidões agrícolas comuns”.¹¹⁵

Aqui os imigrantes receberam áreas que, apesar de pequenas, eram bastante maiores do que as anteriormente cultivadas na Europa, criando distâncias consideráveis. A solução se adaptou à realidade local com a formação de núcleos

¹¹³ D'ARISBO, Daltro Souza. **Emigração Italiana e os Abruzzenses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 1998. p. 34.

¹¹⁴ D'ARISBO, 1998. p. 30/31.

¹¹⁵ BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa-PORTUGAL: 2ª Edição, Edições 70. p. 255.

onde se concentravam as atividades não-agrícolas já citadas, além da escola, igreja, salão paroquial, cemitério.

O associativismo e a aproximação, vistos como um procedimento não solitário, mas social, faz-se presente nas construções e benfeitorias coletivas, realizadas por iniciativa dos próprios imigrantes, sem nenhum ou escasso apoio governamental.

“Nas nossas capelas o processo foi o inverso [do latifúncio]. 1º. Foram os próprios agricultores que sentiam a necessidade da igreja e se organizaram, com uma diretoria à frente e todos, de uma forma ou outra, colaboraram com a construção. 2º. Foram os agricultores que encarregaram alguém para tomar conta e todos colaboravam para a manutenção e melhoramentos. 3º. Estas capelas evoluíram da finalidade meramente litúrgica ou culto para a vida social e cultural, tanto assim que o termo CAPELA deixou de significar apenas igreja (=templo), para significar a) igreja, b) cemitério, c) escola, d) salão de festas, e) campos de esporte.”¹¹⁶

A presença do espírito gregário, segundo a professora Hilda Agnes H. Flores, obedece a dois princípios básicos: *“sua experiência anterior de vida associativa, na pátria de origem; seu grande isolamento social, na pátria eletiva.”*¹¹⁷ Nas colônias alemãs, apresentam-se também com outras formas de aproximação e associativismo. São as sociedades de canto, de leitura, de tiro e de ginástica. A primeira delas muito difundida nos albos da colonização e por vezes anteriores e precursoras da própria capela ou escola da “linha”. Em Venâncio Aires, duas sociedades de canto são ainda do século XIX, a de Alto Sampaio de 1892 e a de Linha Cecília de 1896. Em 1924 existiam no município 12 sociedades da espécie, quase todas situadas no interior do município, nas “linhas” rurais.¹¹⁸

¹¹⁶ GALIOTO, Antonio. **As nossas capelas**. IN: Enfoque Nº 20 (dezembro 1976). Bento Gonçalves. In: De Boni p.120.

¹¹⁷ FLORES, Hilda Agnes Hubner. **Canção dos Imigrantes**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Universidade de Caxias do Sul, 1983. p. 179.

Nas dificuldades iniciais, que também foram muitas, as atitudes diante dos percalços representam, mais uma vez, um importante diferencial:

“Inicialmente nos desmatamos e queimamos os primeiros roçados, construímos a primeira choupana provisória na qual podíamos nos abrigar. Milho e outros cereais estavam plantados, algumas galinhas e um ou vários porcos adquiridos, por compra ou permuta. A maioria de nós não possuía dinheiro para compras e por isso oferecia as melhores peças do vestuário trazido da Europa por preço irrisório, pois era preciso adquirir as primeiras e indispensáveis cabeças de gado. Quando tudo estava encaminhado até este ponto, cabia dirigir-se ao trabalho da estrada a fim de que pudéssemos levar os produtos de nossa até o mercado comprador (...) Para conservá-la razoavelmente, precisávamos trabalhar cerca de 6 a 10 dias anuais.”¹¹⁹

Neste depoimento transparece as também imensas dificuldades dos colonizadores boêmios, aqui chegados no final do século XIX, e algumas soluções para o equacionamento dos primeiros problemas. Inclui-se aí o trabalho na construção da estrada que trazia duplo benefício: a remuneração pelos serviços prestados, ganhos pequenos, porém importantes. Há de se ter presente que, muitas vezes, naquele momento era a única fonte de receita financeira. Além do mais, trouxe o melhoramento que a estrada proporcionou. O associativismo também aparece. A conservação da estrada ficava a cargo dos agricultores da “linha” e o autor utiliza o termo “*precisávamos*”, ou seja, o conjunto de imigrantes gastava de 6 a 10 dias por ano para deixar a estrada com mínimas condições de uso.

O isolamento que as colônias de imigração européia vivenciaram em seus primórdios, citado pela professora Hilda, de certa forma se repete mais tarde no

¹¹⁸ FLORES, Hilda, 1983 p. 177.

¹¹⁹ UMANN, 1977 p. 69.

assentamento da Fazenda Lemmertz, respeitadas algumas particularidades, como visto anteriormente. A diferença reside na resposta que as comunidades deram ao problema. Enquanto na sociedade do Núcleo Fazenda Lemmertz o isolamento levou a um processo de entropia, nas colonizações alemãs, itálicas e polonesas o isolamento funcionou como um incentivo ao associativismo, à formação de uma sociedade bastante desenvolvida e autônoma em relação ao Estado, com suas escolas, igrejas, sociedades de canto, salões paroquiais, comerciantes e regras próprias de convívio social. O Estado era algo distante e como escreveu um dos primeiros imigrantes italianos de Caxias do Sul para os parentes na Itália, em 27.07.1884: *“...digam a eles que deixamos os patrões na Itália e somos donos de nossas vidas (...) Eu também não queria estar mais na Itália, sob aqueles patrões velhacos. Aqui para se encontrar uma autoridade, são necessárias seis horas de viagem.”*¹²⁰

A sociedade do Campo do Estado foi formada por agricultores meeiros e por prestadores de serviços agro-pastoris, com limitados conhecimentos, isolada de outras comunidades minifundiárias e cercada por grandes propriedades. Estas limitações concorreram para que não surgissem novas atividades econômicas, por mais singelas que fossem, como uma ferraria, um moinho colonial ou uma casa comercial. De certa forma, ao chegarem no Núcleo, reconstruíram também a forma social anterior, que já se mostrava dispersa e sem qualquer espírito gregário. A tentativa de instalação da agrovila, conforme projeto original, esbarrou em valores culturais de uma sociedade sem coesão, sem a cultura aldeã dos imigrantes

¹²⁰ DE BONI, Luis. **La Mérica – Escritos dos primeiros imigrantes italianos**. Caxias do Sul, UCS/Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977. p. 59.

européus. A estas razões, soma-se, ainda, a falta de espírito empreendedor, a visão diferenciada do trabalho e a queda dos preços dos produtos agrícolas.

É neste quadro que a comunidade do Núcleo entra em fase de entropia, o desencadeia o movimento de migração.

3.5 O EMPREENDEDORISMO E O TRABALHO

Como apontado, a comunidade do Campo do Estado não realizou, em conjunto, qualquer obra digna de nota. Não existe sequer uma capela. As missas que se realizavam esporadicamente, ministradas pelo padre de Taquari, aconteciam na primeira escolinha construída no governo de Leonel Brizola. Também não constam iniciativas de se organizar um clube ou uma sociedade, a exemplo das sociedades de canto tão disseminadas nas colônias alemãs, ou mesmo festividades tão comuns no interior. Dois acontecimentos elucidam bem o comportamento coletivo do Campo do Estado. Um se refere à festa religiosa que se fazia no passado: *“se fazia festa para a Nossa Senhora da Conceição. Tinha um salãozinho [particular], com um morador em cima e se fazia um bailezinho para nós.”*¹²¹ O outro diz respeito ao time de futebol formado no início da década de 70:

“... nesse tempo que eu estive lá, nós construímos um estádio de futebol. O que é a construção de um estádio de futebol: fizemos uma drenagem, construímos as goleiras de eucalipto e aí foi escolhida uma rainha, foi feito um time (...) foi a primeira coisa que aconteceu no sentido coletivo. Foi a fundação deste time que depois representou até um núcleo social, porque eles fizeram um baile para

¹²¹ DEPOIMENTO de José Bizarro Junqueira (Anexo nº. 4).

a escolha da rainha, eles fizeram rifa para a compra de material esportivo e aquilo ali podia ter sido até um embrião.”¹²²

Acabou não germinando o embrião preconizado pelo Eng. Agrônomo Genis Muxfeld que prestava assistência técnica e, de certa forma, liderou a construção do “campo”, a formação do time e a festa da escolha da rainha. Durou pouco e foi um fato isolado.

Esta inapetência de construção coletiva também se reflete nas iniciativas individuais. Nenhum empreendimento particular importante em termos de investimentos em novos métodos produtivos ou em novas tecnologias foi registrado no Núcleo. As atividades produtivas se desenvolveram nos limites dos métodos impostos pela tradição, sem qualquer inovação tecnológica. Também não ocorreram novos cultivos, à exceção da experiência com soja promovida pelo Estado e com mínimas adesões. A exploração pecuária também não apresentou qualquer novidade. As criações mantiveram-se com animais de baixo índice zootécnico e de manejo rudimentar, também executado na forma tradicional.

Entre os assentados inexistiram iniciativas capazes de deixarem marcas de empreendedorismo. Empreendedor, segundo o “Aurelião”, seria aquele “*que empreende, ativo, arrojado, cometedor*”¹²³, características de atitude de pôr em execução, e de empresa com os riscos inerentes. Envolve valores culturais que se associam ao trabalho profícuo, à poupança, aos investimentos na base produtiva para obtenção de ganhos ou lucro e aos riscos do negócio. Todos estes valores se encontram introjetados nas pessoas empreendedoras. Segundo Hobson, referindo-

¹²² DEPOIMENTO de Genis Muxfeld (Anexo nº. 5)

¹²³ Novo Dicionário da Língua Portuguesa.

se ao empreendedor:

“Nessas condições, a evolução do empresário e, em particular da mente organizadora à manufatura foi necessariamente lenta. É difícil compreender quanto é moderno o espírito capitalista, ou seja, a disposição de empregar riqueza acumulada para promover a produção, tendo em vista o lucro. (...) Esse homem - o *entrepreneur*, que se aproxima do tipo conhecido como o “homem econômico” – foi encontrado primeiramente na categoria dos banqueiros e mercadores das cidades italianas e alemãs, no final da Idade Média.(...) Esse espírito, então novo restrito a uns poucos mercadores-banqueiros, estava destinado a expandir-se até converter-se na própria vida da indústria moderna...”¹²⁴

Este espírito expandiu-se também em relação às atividades agrícolas, mas sem o mesmo impacto com que atingiu as atividades fabris, comerciais e financeiras, especialmente com relação à busca de lucros e seu uso. Contagiaram, em importante medida, os pequenos empreendedores rurais, no comércio e nas indústrias artesanais das regiões colonizadas por imigrantes europeus. A acumulação, nesses casos, gerada pela poupança das famílias, era utilizada em boa medida pelos pequenos agricultores familiares, procedendo a melhoramentos e outros investimentos para aumento da produção, praxe do sistema industrial, como também para auxiliar os filhos ou parentes, em especial, quando migram para as novas colônias.

No seu conjunto, as colônias se mostraram empreendedoras no sentido de que construíram um patrimônio comum: igreja, escola, cemitério e salão paroquial ou sociedades recreativas. Individualmente, manifestam-se na ampliação das benfeitorias e modernização de equipamentos do imóvel rural –

¹²⁴ HOBSON, John A, **A evolução do Capitalismo Moderno: um estudo da produção mecanizada**. São Paulo: 2ª Ed., Nova Cultural, 1985. p. 19/20 .

cercas, estábulos, pocilgas, máquinas para ordenha, misturadores de ração, energia elétrica etc. De seu meio, surgiram novos empreendedores que investiram em novos negócios, como comércio, beneficiamento de produtos gerados no local e outros. Combinavam conhecimentos já adquiridos destas atividades com o trabalho. O exemplo de Caxias do Sul é elucidativo. Dezessete anos após o início da colonização, possuíam indústrias, ainda familiares, artesanais e funcionando em sistema de auto-exploração e espalhados por todas as “linhas” do município:

“Caxias do Sul, por exemplo, contava em 1892, nada menos de 10 serrarias hidráulicas e três a vapor, dois moinhos a vapor e 50 hidráulicos, sete curtumes, sete fábricas de cerveja e três de licores, uma de gasosa, três de chapéus, uma de obras de vime, uma de pó inseticida, duas de sabão, 14 ferrarias, cinco funilarias, oito marcenarias, 25 sapatarias, 12 alfaiatarias, uma tanoaria, duas selarias e duas lombilharias, 26 alambiques, três teares além de numerosas casas de comércio.”¹²⁵

Nenhum empreendimento similar surgiu no Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz. Os depoentes, quando perguntados sobre o que se construiu em conjunto no Núcleo, responderam à unanimidade: “*nada foi realizado*”.

Outra questão que merece considerações é a visão que estas sociedades apresentavam acerca do trabalho e como esta ética de trabalho estava introjetada nas pessoas que compunham as comunidades minifundiárias. Como já apontado anteriormente, os assentados do Campo do Estado eram famílias trabalhadoras. De modo geral, não apenas trabalhavam, como trabalhavam muito para vencer as imensas dificuldades vivenciadas por falta de recursos e apoio mais efetivo. Há

¹²⁵ BERTASO, Henrique D’Ávila e LIMA, Mario Almeida (Org.). **Álbum Comemorativo de 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo S.A., 1950, p. 57.

apontamentos isolados de pessoas que pouco se dedicavam: “... *meu vizinho vendeu porque nunca trabalhou. (...) Ele vivia só de coisinhas, queria que os outros plantassem com ele (...) Depois do Váldi tinha a terra do Darci, também tinha a terra só por ter, não plantava nada. A maior parte do tempo **trabalhava** para o Juca Mallmann.*”¹²⁶ Este último trabalhava pouco para si, mais prestando serviços a terceiros, prática bastante comum no assentamento. De qualquer forma, trata-se de comentários pontuais de situações que também aconteceram nas colonizações alemãs, itálicas e polonesas.

A questão da cooperação valida a organização e a determinação do trabalho, melhor definida pelo depoimento do administrador rural das lavouras dos irmãos Haussen Pereira, referindo-se a um assentado que trabalhava e era considerado braço-direito destes nas lavouras de arroz: “... *este rapaz sem recursos, trabalhador, mas não se administra, precisa de um patrão para se determinar. Era um empregado que nunca faltava ao serviço, mas não tinha iniciativa. Por conta própria não progride, mas se manteve.*”¹²⁷ Casos semelhantes repetem-se com freqüência no Núcleo, e podem ser considerados um traço marcante do perfil desses agricultores: trabalhadores, mas com pouca determinação e pouca iniciativa.

No entanto, na forma praticada pelos assentados, o trabalho busca primordialmente a sobrevivência ou a subsistência. No imaginário destas pessoas o elo entre trabalho e ascensão social se mostra muito tênue. Há uma

¹²⁶ DEPOIMENTO de José de Souza Lima (Lote 29/DOIS) (Anexo nº. 7).

¹²⁷ DEPOIMENTO de José Valmir Martins (Anexo nº. 8).

visível situação que se coloca entre acomodação e subserviência. A influência da sociedade circundante e latifundiária, com seu desprezo aos trabalhos manuais, com a hierarquização rígida que impedia a ascensão social das camadas populacionais subalternas, certamente contribuiu para construção deste valor cultural. Deve-se ter presente que a região foi colonizada nos moldes portugueses, com imposição de seus valores. No dizer de Sérgio Buarque de Hollanda *“Na obra da conquista e colonização dos novos mundos coube ao “trabalhador”, no sentido aqui compreendido, papel muito limitado, quase nulo.”*¹²⁸

A visão do trabalho das populações das regiões coloniais, que se espalharam pelas “linhas” de assentamento, mostra-se de forma diversa. Os imigrantes, gente da agricultura e das artes, trouxeram consigo valores morais introjetados já em suas origens, em especial a ética de trabalho e de progresso.

De Decca manifesta-se acerca do trabalho nos primórdios da chamada revolução industrial acontecida na Europa:

*“(o trabalho) que no passado, até a época Moderna, sempre se apresentou como sinônimo de penalização e de dor, e normalmente executado pelos escravos ou servos e não pelas classes superiores. Entretanto: “...a partir do século XVI, o próprio trabalho ascendeu da mais humilde e desprezada posição ao nível mais elevada e à mais valorizada das atividades humanas, quando Locke descobriu que o trabalho era fonte de toda a propriedade. Seguiu seu curso quando Adam Smith afirmou que o trabalho era fonte de toda a riqueza..”*¹²⁹

Esta glorificação do trabalho surgiu a partir da ascensão da nova classe social, a burguesia, composta de comerciantes, banqueiros, industriais e outros

¹²⁸ HOLANDA, 1979. p. 14

¹²⁹ DE DECCA, Edgar Salvadori. **O Nascimento das Fábricas**. São Paulo: 7ª Edição, Editora Brasiliense, 1990. p. 8.

empreendedores que conseguiram sua proeminência mediante a acumulação de bens, obtidos de formas diversas, mas sempre com trabalho e riscos. Mesmo sem citar expressamente, vê-se que a nova elite burguesa distinguia-se pela extrema dedicação e pela valorização do próprio trabalho, ao contrário do senhor feudal. Autodisciplina e autocontrole, desprezo à ociosidade são valores incorporados por esta nova classe em ascensão, e já de certa forma dominante.”¹³⁰

Nesta ótica, o trabalho, diferentemente dos assentados do Campo do Estado, para estes imigrantes e seus descendentes assume uma visão “burguesa”, que alia à dedicação e à valorização do próprio trabalho (auto-exploração) valores como autodisciplina e autocontrole, e objetiva não somente o preenchimento das necessidades básicas, como também servir de instrumento de ascensão social. O professor Rambo destaca esta vontade de vencer, muito presente nesta sociedade, e que se manifesta no trabalho, nos contatos sociais e na educação:

“E o produto final não podia ser outro. Forjou uma estirpe de homens e mulheres dotados de uma fé inabalável, **ostentando uma indômita vontade de progredir**, levando quase sempre uma vida frugal e espartana, mas condimentada com freqüentes intervalos, em que a alegria de viver irrompia com vigor e espontaneidade...”¹³¹

Na sociedade do Núcleo, na visão do trabalho não aparece essa “*indômita vontade de progredir*”. A ambição de maior ganho se resume em preencher necessidades, como aquisição de remédios, melhor acesso à medicina, roupas para as crianças e aquisição de confortos modernos, como energia elétrica, geladeira, televisor etc. O trabalho aqui é visto mais como um instrumento de sobrevivência, e

¹³⁰ *Ibidem*, p. 15.

¹³¹ RAMBO, 1993. p. 47-79 .

menos como instrumento de ascensão social.

3.6 A ADAPTAÇÃO ÀS NOVAS CIRCUNSTÂNCIAS

A evolução tecnológica e suas conseqüências provocam alterações importantes na formatação, na escala das atividades e no modo de produção primária. E, exatamente, aconteceu de forma muito intensa no período ora em estudo. Atingiu todo o sistema minifundiário. A adaptação ao **novo** necessariamente passa pelo abandono de certas culturas, mudanças de atitude, busca de novas oportunidades dentro do negócio e novas formas de comercialização. Não obstante as mudanças causarem impacto, toda a cadeia produtiva minifundiária, os resultados provenientes de atitudes diversas diante das mudanças estruturais e circunstanciais, mostram-se bastantes díspares na classe dos agricultores. Beneficiam-se àqueles que pelo grau de conhecimento, empreendedorismo e condições patrimoniais conseguem acompanhar as transformações, adaptando-se aos novos paradigmas impostos. De outra parte, a evolução age negativamente sobre a parcela mais atrasada do sistema, a parte mais pobre e mais acomodada. Perdem pela necessidade de abandono de certas culturas que tornam-se antieconômicas, perdem por abandono de algumas formas de comercialização, deixam de ganhar por não participarem da nova onda.

Tratar-se-á aqui apenas duas importantes transformações, consideradas as mais importantes e que atingiram com ênfase e de forma negativa a colonização do Campo do Estado. A primeira vem no bojo de avanços tecnológicos no desenvolvimento de sementes melhoradas e em equipamentos que permitem um aumento significativo para produtividade, alterando a planta básica dos plantios. Partimos da citação do assentado José de Souza Lima - lote 29/DOIS -, que cultivava arroz por conta própria em pequenas áreas: *“na época se colhia 100 sacos de arroz por quadra, era muito. Hoje estão colhendo 300. Tudo colhido à foice [na época], carregado de carreta de bois e levava para a trilhadeira.”*¹³²

No núcleo, a dimensão das poucas lavouras de arroz, trabalhadas pelos assentados, situava-se em torno de uma quadra quadrada.¹³³ O desenvolvimento de sementes mais produtivas, com adubação e manejo mais adequados, permitiu colheitas que seguramente dobraram a produtividade e, excepcionalmente, chegaram a até 300 sacos por quadra, como dito pelo Sr. Lima. Paradoxalmente, na medida em que estas tecnologias avançavam, os poucos ocupantes do Campo do Estado, que se dedicavam ao cultivo de arroz em pequenas áreas, ao invés de ampliaram seus cultivos, abandonaram face à queda inexorável dos preços e a impossibilidade de se adaptarem à nova realidade tecnológica e de manejo.

Ocorre que as novas variedades de arroz, com maior perfilhamento, que dobram a produtividade, só permitem colheita mecanizada. A colheita manual com foice provoca perdas consideráveis. Estas plantas debulham com facilidade gerando quebras consideráveis que inviabilizam a colheita manual. As modernas

¹³² DEPOIMENTO de José de Souza Lima (lote 29/DOIS)

¹³³ Medida de superfície utilizada em lavouras de arroz, que tem área de 1 hectare 7.424 m².

colheitadeiras fazem com que os grãos debulhados caiam no interior da máquina, não permitindo perdas. Mas, são máquinas de custo elevadíssimo e de alta produção e que, para sua plena utilização, necessitam de lavouras com área dezenas de vezes maiores do que àquelas dos pequenos produtores, tornando impraticável a continuidade desta cultura nos minifúndios. O abandono da cultura da soja acontece por razões semelhantes.

De outra parte, para agravar a situação dos ocupantes do Núcleo, acrescenta-se que a mecanização hoje total das lavouras de arroz, na medida em que avançou, foi desempregando os trabalhadores temporários que buscavam alguma renda nos trabalhos de aração, discagem, construção de taipas e, principalmente, nos trabalhos de colheita – corte, transporte, montagem de medas e trilha. Nas lavouras de arroz em sistema empresarial que os Irmãos Haussen faziam anualmente no Núcleo e nos arredores, também os avanços tecnológicos foram gradativamente sendo incorporados e a mão-de-obra citada era ocupada pelos assentados, que perderam esta importante renda complementar.

Esta prestação de serviço assume uma importância vital no assentamento. Perguntado como funcionava a relação de trabalho com o Fábio Haussen, assim se manifestou o assentado Nelson: *“trabalhava porque precisava. O pessoal fazia as rocinhas e corria para pegar o servicinho. Naquela época não tinha outro serviço (...). Nós findava o nosso serviço, quando dava uma acalmada, nós estava ali...”*¹³⁴ Em seu depoimento, o administrador das lavouras dos irmãos Haussen Pereira corrobora com esta visão, dizendo que os assentados arrendavam *“numa boa. Eles*

¹³⁴ DEPOIMENTO de Nelson Miguel de Oliveira (lote 6/DOIS)

*é que nos procuravam para arrendar. Quase todos trabalhavam [nas lavouras] para nós: os pais, os filhos ...*¹³⁵

A segunda também diz respeito aos avanços tecnológicos, agora conjugados com novas formas de beneficiamento e de comercialização. O modelo de produção vigente no Campo do Estado pode ser assim descrito “*nós criávamos um porquinho, criávamos galinhas. (...) Certa vez trouxe nove frangos [para Taquari] para vender e comprar umas roupinhas para as crianças*”,¹³⁶ ou “*eu vendia leite 30 kg por dia, a Lacesa puxava (...) criava porco, vendia para os picaretas que carneavam por aí.*”¹³⁷ Este sistema não existe mais, a não ser de forma eventual. Os frangos, o leite, os suínos e seus derivados são comercializados após processo de industrialização e beneficiamento, sob rígido controle sanitário. Tal evolução exigiu dos produtores rurais adoção de novos padrões de produção, a saber: frangos/suínos com pesos e idade definidos, data marcada para entrega, condições sanitárias melhoradas, produção em escala e pré-determinadas pela indústria.

Subjacente a esta evolução mercadológica e técnica, está uma importante mudança, nem sempre muito considerada. Muitos dos negócios da área minifundiária, para não se dizer quase todos, que antes eram organizados, planejados e operados pelos próprios agricultores, passaram a ser planejados e organizados pela agroindústria. Aqui parece que se reproduz a transferência dos

¹³⁵ DEPOIMENTO de José Valmir Martins

¹³⁶ DEPOIMENTO de José de Souza Borba (Lote 25/UM) (Anexo nº. 6).

¹³⁷ DEPOIMENTO de José de Souza Lima (Lote 29/DOIS) (Anexo nº. 7).

“saberes”, conforme preconiza De Decca: “

...o dispositivo do mercado fazia com que o saber técnico, detido pelos trabalhadores domésticos, representasse um momento de sua autonomia quanto ao domínio do processo de trabalho, na fábrica, a divisão social, impondo uma disciplina férrea aos trabalhadores, retirava-lhes saberes – dentre eles o técnico – e transferia-os para o mando do capitalista. A partir desse momento, o empresário pode desenvolver toda uma estratégia para que o processo tecnológico não fugisse mais de seu controle.”¹³⁸

Esta referência está associada à formação do “sistema fábrica”, nos séculos XVII, XVIII e XIX, quando as transformações impostas pelo industrialismo, em inúmeros campos, eliminou os artesãos do mercado, deixando em sua esteira duas opções: migrar ou proletarizar-se.

Também aqui a agroindústria assume os “saberes”, ou melhor, os novos saberes. O papel do produtor rural reduz-se em produzir, agora com alta especialização e em escala muito maior, com perda da autonomia e com férrea disciplina, agregado ao sistema comumente chamado de “integração vertical”. Nesse novo modelo, cresce a importância da agroindústria que organiza a cadeia produtiva, concentra os conhecimentos técnicos, beneficia os produtos agro-pastoris e distribui-os. Incorporam em seu planejamento os produtores rurais, como é o caso dos avicultores, dos suinocultores, dos fumicultores, dos produtores de uvas e dos produtores de leite.

A prática, que se manteve no Campo do Estado, assim retratada “*plantava milho, mandioca, moranga, batata, feijão. De tudo um pouco. Vendia milho, quando sobrava vendia algum animal e sobra das lavouras*”¹³⁹ fica dificultada e, de certa

¹³⁸ DE DECCA, 1990, p 36.

¹³⁹ DEPOIMENTO de Nelson Miguel de Oliveira (Lote 6 /DOIS) (Anexo nº. 10).

forma, marginalizada a comercialização dos excedentes ou sobras do consumo doméstico, agora com preços muito inferiores, conforme demonstrado anteriormente. As formas de produção ditadas pela tradição do Núcleo são incompatíveis com a nova corrente.

Não houve participação de nenhum assentado no processo de integração. O leite era um produto com excedentes razoáveis para comercialização, mas na medida em que evoluíram as práticas de manejo e de tecnologia, de certa forma impostas pelo processo de integração, os assentados foram deixando a atividade. As razões apresentadas apontam para as deficiências de infra-estrutura, em estradas com seus problemas decorrentes. Paradoxalmente, este abandono foi acontecendo na medida em que as estradas foram sendo melhoradas e a energia elétrica foi chegando.

3.7 DE ONDE VIERAM, PARA ONDE FORAM

A adaptação da atividade minifundiária aos novos padrões, por imposição tecnológica e de gestão, exige certo grau de conhecimento, de capacitação e de atitudes, nem sempre presentes nas famílias dos pequenos produtores. Esta adaptação e identificação ao novo sistema não aconteceu no Campo do Estado e, em boa medida, se verificada nas colonizações alemãs, italianas e polonesas no Estado, está relacionada aos valores culturais. Empreendedorismo, conformismo,

ética de trabalho, ambição e poupança são valores construídos, introjetados e mentalizados com o transcorrer do tempo, obedecendo à história familiar particular e de cada grupo social.

A origem, tanto dos pequenos produtores do Núcleo, quanto das demais colônias, foi considerada neste trabalho. Cabe agora uma digressão quanto as condições de trabalho dos emigrantes europeus ainda em seus locais de origem. Esta busca visa identificar alguns traços ligados ao espírito de iniciativa e ao sentimento de vencer, tão presentes em suas novas colônias, não obstante terem emigrado de regiões geograficamente dispersas, distintas e diferentes culturalmente. Vieram de uma Europa dividida entre principados, Estados independentes, países recém criados ou império, sem terem sequer uma língua em comum, valendo-se cada grupamento de seu próprio dialeto.

A primeira questão em comum entre os colonizadores germânicos, itálicos e poloneses, respeitadas as condições da época, mostra que de modo geral não eram pobres. Possuíam pequeno patrimônio, quase sempre traduzido em uma fração de terras, em animais e equipamentos agrários. Com a venda desse patrimônio, conseguiram recursos para cobrir despesas até o porto de embarque, pagamento total ou parcial das passagens, restando saldo para alguma eventual despesa quando da chegada. Citamos alguns relatos:

“O professor Kertzschmar, forçosamente, já vinha dedicando-se à emigração alemã, angariando colonos, na quase totalidade da região do Hessen-Darmstadt. (...) A maior parte dos colonos que ele

Kertzschmar agenciou fazer a viagem à sua própria custa...”¹⁴⁰

“Esforçava então o Estado pelo estabelecimento da imigração espontânea chegando a registrar em 1900, 71% e, em 1902, nada menos de 77% dos imigrantes voluntários, na maioria imigrantes de algumas posses”¹⁴¹

“Vendiam-se as pequenas posses, às vezes um pedaço de terra, algum animal, instrumentos de trabalho, para comprar a passagem até Gênova, e para a longa viagem transoceânica. E assim partiam os colonos, para uma aventura num mundo desconhecido”¹⁴²

“O professor Ruy Wachlowicz afirma que duas categorias de camponeses vieram ao Brasil: os Chalupniki, que eram pequenos proprietários, e os Komorniki, que eram arrendatários. Na primeira leva chegada ao Brasil, 2/3 eram constituídos pelos Chalupniki.”¹⁴³

Como se depreende, os nossos imigrantes coloniais não pertenciam às categorias dos despossuídos, dos “sem”. De poucos recursos sim, mas não formavam o grande exército do lumpenproletariado que vagava pela Europa de então.

O segundo traço em comum entre nossos imigrantes diz respeito ao caráter da motivação para emigrar. De um lado, as más condições que impediam uma vida digna como camponês ou artífice, que se deterioravam cada vez mais dada à explosão populacional e outros motivos já citados e, de outra parte, o “**sonho-americano**”, construído embasado na possibilidade de ter terra própria e de construir sua própria história, com as próprias mãos e com o esforço familiar uma vida melhor, sem prestação de contas aos arrendadores. De Boni caracteriza bem essa situação:

¹⁴⁰ HUNSCHE, Carlos Henrique. **O ano 1826 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)**. Porto Alegre: Editora Metrópole, 1977. p. 191.

¹⁴¹ BERTASO, Henrique D. & LIMA, Mario de Almeida. 1950. p. 49.

¹⁴² DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovílio, 1984. p. 95.

¹⁴³ GARCEZ, Neuza Cidade. **Colonização e Imigração em Erechim: a saga das famílias polonesas (1900-1950)**. Erechim (RS): Edelbra, 1977. p. 16.

“Entre a procura americana e a crise econômico-social italiana era necessário, porém, um elo de ligação, capaz de fazer com que os colonos, que nunca tinham saído de seu país, e não dispunham de recursos, se lançassem na empresa de viajar para o outro continente. Este elo foi construído pela propaganda. Enviados de governos e de particulares percorriam o norte da Itália, aliciando agricultores, a quem prometiam o impossível, descrevendo-lhes maravilhas mirabolantes a respeito da nova terra. (...) Ouvem-se por toda a parte, os slogans: “Morte ai padroni, e vivva la Mérica.”¹⁴⁴

A terceira linha em comum diz respeito ao sistema de “auto-exploração”. A Europa vivenciava duas questões cruciais, em especial na segunda metade do século XIX, a explosão populacional - pela primeira vez na história européia a população dobrava em 50 anos - e o acelerado processo de industrialização. O desmesurado aumento populacional no campo forçou a migração que tomou dois rumos distintos. D’Arisbo fala desses rumos quando diz que *“contingentes de camponeses e artesãos, dissociados de suas antigas formas de produção, emigram ou proletarizam-se...”*¹⁴⁵ Essa opção entre migrar para o novo mundo ou se proletarizar não foi feita aleatoriamente. Havia uma cunha invisível que separava, colocando de um lado trabalhadores despossuídos de recursos, gente não habituada a tomar iniciativas, e os peões dos latifúndios que se proletarizaram. De outro lado, aqueles agricultores e artífices que embora pobres tinham marcas de empreendedorismo, forjado na dura luta pela sobrevivência, acostumados ao sistema de auto-exploração, com fortes laços de união familiar.

Para esses agricultores e artífices independentes, que buscavam fugir da proletarização e da fome que rondava as famílias, a saída foi a porta do navio de emigrantes. A passagem por esta porta, por si só, já demonstrava notável espírito de

¹⁴⁴ DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovílio. 1984. p. 94.

¹⁴⁵ D’ARISBO, 1998. p. 31.

iniciativa e coragem para enfrentar os desafios que estavam por acontecer. Nossas colônias foram povoadas por gente que em comum tinham espírito empreendedor. Pode parecer contraditório, mas os acomodados à pobreza européia permaneceram por lá. Tomemos o exemplo dos Boêmios aqui chegados no final do século XIX, conforme descrito por Umann, “*eram na maioria operários das fábricas de vidro e outros artífices...*”¹⁴⁶

Nestes imigrantes está a marca da fuga da proletarização. Mas, mesmo os operários citados por Umann, não podem ser caracterizados apenas como tal, já que eram descendentes de artesãos ou filhos de famílias que se mantinham exercendo por conta própria seus negócios ou artes. Muitos, entretanto, no momento do embarque tinham como último vínculo as insalubres fábricas. A professora Hilda Agnes H. Flores catalogou dados biográficos de oito pioneiros, emigrados da região industrial da Boêmia:

“Franz Haupt (...) Filho de tecelão, aprendeu o ofício com o pai...

Franz Lahr (...) aprendeu o ofício de sapateiro com o pai...

Josef Siebeneichler I (...) trabalhou na composição de vidro e como impressor de piteiras, cabos de guarda-chuvas etc. Seu ramo de negócio sofreu abalo com a crise comercial...

Kajetan Siebeneichler caçula de um carpinteiro de Josefstal...

Josef Siebeneichler II (...) trabalhou na fábrica de fundição [do pai já falecido]. Em 1869, o irmão mais velho tomou conta da fábrica em lugar da mãe, e Josef lhe foi auxiliar, promovido a oficial...

Franz Reckziegel (...) filho de moleiro. Após a escolaridade, por dois anos aprendeu o ofício de marceneiro...

Johann Hubner (...) trabalhou como lenhador, aprendendo depois com o irmão, e exercendo por algum tempo, o ofício de tecelão.

¹⁴⁶ UMANN, Josef. 1997 p. 47

Anton Pilz (...) caçula de um pequeno proprietário. Aos 15 anos aprendeu ofício de lapidador.”¹⁴⁷

Como se vê, mesmo que tenham sido eventualmente operários não se caracterizavam exclusivamente como tais. A marca quase sempre presente nestas famílias era a da auto-exploração. E a sobrevivência nas atividades autônomas exige espírito de iniciativa e empreendedorismo.

Esta característica também estava presente nos imigrantes italianos. O estudo realizado pelo historiador Pero Arlacchi sobre a emigração da Calábria trata desta importante questão. Demonstra a preocupação de como explicar a contradição que surge com a grande proporção de emigrantes do Cosentino, região onde predominava população de agricultores aldeões, pequenos proprietários trabalhando em regime familiar, e da pequena proporção quantitativa de emigrantes do Crotonese, distante apenas algumas dezenas de quilômetros do Cosentino, onde predominava o latifúndio com seu sistema próprio de trabalho, com a sujeição da mão de obra. Assim se manifesta:

“Se considerarmos, de fato, a taxa média anual de emigração por cada 1.000 habitantes no período de 1884-1915, na Calábria, no Mezzogiorno e nalguma comunidade típica do Crotonese e do Cosentino, se percebe como a cifra relativa ao Crotonese é seis vezes inferior àquela relativa ao Cosentino (7 emigrantes por 1.000 habitantes contra 41).”¹⁴⁸

O autor aponta como razões que tornaram o Cosentino santuário da emigração as características próprias do universo camponês, ao contrário da classe de trabalhadores do latifúndio Crotonese, onde predomina *“(a) a miséria; b) a frouxidão dos laços familiares; c) o escasso individualismo empreendedor; c)*

¹⁴⁷ FLORES, Hilda. 1983. p. 25, 26 e 27.

¹⁴⁸ ARLACHI, Pero. **PERCHÉ SE EMIGRAVA DALLA SOCIETÀ CONTADINA E NON DAL LATIFONDO**. IN: L'emigrazione calabrese dall'unità ad oggi. ORG. Por Pietro Borzomati. ROMA: Centro Studi Emigrazioni, 1982. – p. 158

a intensa socialização”.¹⁴⁹ Esses são traços que dificultam sobretudo a expatriação. Ao referir-se aos camponeses do Consentino e a emigração transoceânica como *“uma tentativa de salvaguardar àquele ‘espírito de independência’ e aquela forma de autonomia e auto-suficiência, que caracterizava a vida econômica e social (...) camponesa.”*¹⁵⁰

Dentro deste quadro, permite-se afirmar, salvo exceções, que esses imigrantes trouxeram consigo o espírito de iniciativa e empreendedorismo e uma indomável vontade de vencer. Esses traços não se encontram, ou aparecem de forma muito tênue nos assentados do Campo do Estado.

O outro lado da questão diz respeito ao local para onde foram. Tanto as sociedades minifundiárias de colonização alemã, itálica e polonesa quanto a sociedade do Campo do Estado sofreram fortes migrações. Aqui interessa verificar o sentido desses movimentos, se houve êxodo rural no momento histórico sob estudo. Conforme referido, a migração que partiu do Campo do Estado, dirigiu-se predominantemente para a periferia de Taquari. A fuga deu-se face aos resultados insatisfatórios verificados na atividade econômica rural, desaparecimento dos trabalhos eventuais nas lavouras empresariais que se mecanizaram, duras condições de sobrevivência, somadas às normais dificuldades provenientes da infraestrutura deficiente. E a busca na cidade foi de subempregos, que alguns conseguiram na companhia telefônica e também no Estado, e de trabalhos eventuais (bicos). Também, é claro, foram alimentados pelo sonho que uma vida

¹⁴⁹ *Idem* p. 159

¹⁵⁰ *Idem* p.166

mais confortável na cidade pode oferecer. Mas de qualquer forma, mesmo que aqui a migração não tenha produzido muita miséria, trata-se de êxodo rural do tipo “campo-periferia-da-cidade”, causador de tantos problemas sociais.

A migração das pequenas propriedades coloniais difere e não obedece ao tipo de êxodo campo-periferia. Predominava, inicialmente, pela busca de novas áreas assim que a população crescia. Direccionavam-se do vale dos Sinos para o vale do Taquari e daí para o noroeste do Estado. E, posteriormente, para os estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e outros, sempre em busca de novas fronteiras agrícolas. Jean Roche, referindo-se ao município de Panambi na região serrana do Estado, assim se manifesta: *“Neu Wurttemberg [nome original de Panambi] poderia ter se chamado “Nova Teutônia” pois a antiga colônia deste nome deu, sozinha, quase o terço do contingente deles...”*¹⁵¹ Eram agricultores em busca de novos espaços.

Concomitante, aparece também um importante movimento migratório de minifundiários em direção aos pequenos núcleos urbanos que foram surgindo e se multiplicando, mas não para a periferia e sim para o centro destes pequenos núcleos, na busca de exercer atividades de auto-exploração, com características semelhantes à exploração minifundiária. Moinho colonial, ferrarias, funilarias, olarias, transportes, pequeno comércio entre outros eram negócios desenvolvidos por estes novos cidadãos.

Também houve migrações em busca de empregos urbanos, tanto nas

¹⁵¹ ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. p. 349.

indústrias como no setor de serviços, agora já rumo às cidades maiores. Mas, ao contrário do êxodo do Campo do Estado, o rumo aos cinturão de pobreza dos grandes centros é fenômeno recente e ainda de importância relativamente pequena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo processo é repleto de ambigüidades. Assim, para melhor contextualizar as conclusões do presente trabalho convém que se tenha presente os objetivos dos processos envolvendo distribuição de terras em projetos de colonização, legalização de assentamentos ou de reforma agrária, bem como seus resultados.

Em primeiro lugar, busca-se resolver uma questão social. Incorporar gente, destituída dos meios necessários para uma vida digna, ao processo que permite a manutenção da família e o desenvolvimento social e econômico por meio do acesso a terra, restabelecendo um equilíbrio entre terra e gente no campo.

Em segundo lugar, o aspecto econômico. O acesso a terra e a introdução dessa gente no processo produtivo buscam aumentar a oferta de produtos primários, alimentos em especial, necessários à sociedade com concomitantes resultados econômicos para os beneficiários.

E, em terceiro lugar, o fator político, que tem como escopo aumentar a participação política desses excluídos e diminuir o poder concentrado nos latifúndios.

À luz destes três aspectos, pode-se afirmar que o projeto “Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz” não alcançou os objetivos propostos. Socialmente, a grande maioria saiu de uma situação inicial de plantador meeiro, ou jornaleiro rural, e terminou na periferia de Taquari, como empregados subalternos ou exercendo “bicos” para sobreviver. Alguns mantiveram a modesta moradia e o terreno no arrabalde da cidade, adquiridos com recursos da venda do lote rural, outros nem isso. Pouquíssimos avançaram na atividade rural. De qualquer forma, houve de modo geral uma pequena ascensão social em relação à origem, mesmo para aqueles que migraram, que trocaram uma situação de pobreza rural atroz por uma pobreza urbana, mais digna e sempre menos cruel. Mas tudo isso, mediante um alto custo econômico, bancado pela sociedade para chegar-se a um resultado muito modesto.

Economicamente, os resultados foram pífios. A criação de riquezas derivada do aumento da produção agrícola foi simbólica diante da potencialidade oferecida pela área. Politicamente o projeto Fazenda Lemmertz também não trouxe qualquer alteração no “status quo”. Não emergiu dali um grupo social organizado e capaz de sequer arranhar a estrutura do poder existente, que pudesse exercer alguma mudança mesmo na pequena microrregião do Porto Grande. O que se formou no local foi uma sociedade amorfa, dispersa, sem coesão, sem liderança, sem força econômica e política

Os resultados assim tão pouco expressivos têm origem em múltiplos fatos,

causas ou razões, que se imbricam entre si e, muitas vezes, as razões e os efeitos se confundem. Mas iniciemos a análise pelos quesitos mais tradicionais.

A infra-estrutura deficiente, freqüentemente referida pelos assentados, certamente dificultou os momentos iniciais do assentamento. O acesso pela estrada vicinal do Porto Grande era precário e os ramais internos permitiam tráfego normal apenas para carroças. Mas, a partir de 1974/75 a Prefeitura Municipal concluiu o acesso via Asilo Pella e Fazenda Lengler, com ponte sobre o arroio Fonte Grande, e melhoramentos nas vias internas do assentamento. Neste momento funcionavam duas escolas, uma estadual e uma municipal com curso até o 2º grau incompleto. Também funcionava, mesmo que de forma precária, um pequeno posto de saúde com a eventual presença de médico, mais tarde desativado. A eletrificação rural chegou ao assentamento no ano de 1981. Há de se considerar, entretanto, que o grande êxodo aconteceu após estes avanços importantes, ou quando as perspectivas destes melhoramentos já se faziam presentes. São frágeis as relações causais entre o pouco êxito do Núcleo e o êxodo decorrente com as limitações impostas pela infra-estrutura. Ademais, estas deficiências manifestam-se, pelo menos em seus primórdios, em todos os processos de colonizações.

Outro fato considerado, refere-se ao pouco apoio em termos de assistência técnica e de crédito. Reconheça-se que houve grandes deficiências, mas não desamparo. A assistência técnica foi prestada por técnico

especialmente designado pelo Estado que atuou, senão em tempo integral, de forma efetiva e com grande assiduidade junto aos ocupantes, em especial do grupo “DOIS”. Ademais, eram vizinhos da Estação Experimental, onde alguns dos assentados até prestavam serviços. Quanto ao crédito, segundo as queixas dos depoentes assentados, as dificuldades de acesso a empréstimos eram significativas, mas bem menores que nos anos mais recentes, quando já contavam com as terras tituladas. Muitos declararam já ter acesso ao crédito bem antes, ainda durante a década de 60. A década de 70 do século passado foi a mais abrangente em termos de crédito para minifundiários locais.

As questões ligadas à qualidade das terras também não mostram razões suficientes que possam ter influenciado de forma decisiva nos resultados. Havia problemas de acidez, de falta de nutrientes importantes, alguma pequena parte de banhados e outra área sujeita às enchentes normais do rio Taquari. Este último fenômeno pouco preocupava, já que as cheias acontecem em período de poucos plantios – abril a setembro – não atingindo as lavouras normais de verão. Os demais obstáculos são contornáveis, de certa forma, até com relativa facilidade. Necessitam de ações com correção por calagem e adubação adequada, e construção de canais de drenagem. Na verdade, investimentos de custo elevado, mas que poderiam ser feitos paulatinamente, obedecendo às possibilidades do grupo de agricultores. Há de se ter presente tratar-se de terras planas, sem ocorrência de pedras, totalmente mecanizáveis e de fácil manejo.

Mas, talvez mais importantes foram outras ocorrências que se manifestaram ao longo do período, tratadas pelos depoentes de forma apenas marginal, e estas, certamente, influenciaram de forma mais incisiva nos resultados do empreendimento “Fazenda Lemmertz”. As duas questões dizem respeito a perdas de renda monetária, de um lado, motivadas pela queda dos preços dos produtos comercializados, tendência que se manifestou com muita ênfase no período tratado. De outra parte, face à extinção dos trabalhos prestados a terceiros nas lavouras de arroz, serviços manuais que foram substituídos pela mecanização. Na verdade, fenômenos distintos, mas que emergiram coincidentemente naquele momento histórico.

Como já ressaltado, o modo de produzir dos assentados firmava-se na tradição. Não houve acompanhamento das novas tecnologias desenvolvidas no período, nem acompanhamento do seu manejo. As grandes transformações que aconteciam no setor agropastoril aumentaram significativamente a produtividade das lavouras, determinando queda dos preços pagos ao produtor rural dado ao livre jogo do mercado. Não cabe aqui analisar quem se beneficiou desses aumentos de produtividade, que se espalharam por toda cadeia produtiva e, certamente, chegou até ao consumidor final, possibilitando aquisição de produtos mais baratos.

Para os produtores que se mantiveram na ponta avançada do sistema, a queda de preços não afetou os rendimentos. A perda foi compensada, ou mais

do que isso, face aos elevados ganhos gerados, dada a maior produtividade. Para os produtores do Campo do Estado a baixa produtividade inicial foi uma constante. Mais: alcançou os já modestos excedentes da produção para o comércio, fragilizados face ao abandono de algumas atividades. Aqui sim os prejuízos se manifestaram com força significativa, diminuindo os então parcos rendimentos da atividade agro-pastoril.

De outra parte, na medida em que as lavouras de arroz dos irmãos Haussen Pereira, e outras da região, foram sendo mecanizadas paulatinamente, culminando com a mecanização da colheita em 1976, extinguiram-se os empregos sazonais dos assentados, e conseqüentemente, foi tirado das mãos dos agricultores atividades de retorno financeiro modesto, porém garantido

A multiplicidade de dificuldades que se apresentaram aos assentados, aliadas à queda dos rendimentos da atividade e da prestação de serviços, está entre as razões determinantes do desempenho insatisfatório do Núcleo e, conseqüentemente, concorreram para o êxodo à periferia de Taquari. Esta, entretanto, é tão só a parte mais visível do processo.

O fulcro da questão é outro. Para facilitar o entendimento convém inverter-se a ótica da análise dos acontecimentos. Os fatos negativos apontados como razões da migração ou abandono das atividades rurícolas, foram óbices importantes, mas apenas obstáculos que não devem ser sobre-valorizados. É

que subjacente fica em aberto uma outra questão: do por quê da sociedade do Campo do Estado não ter superado as dificuldades que se apresentaram. Afinal, colonizações de alemães, italianos e eslavos e seus descendentes também enfrentaram inúmeros óbices, quase sempre semelhantes em sua essência, mas que foram vencidos em importante medida. Logo, se os problemas vivenciados apresentaram características comuns, mas os resultados apresentaram pesos diferentes, o suporte não reside nas dificuldades, queda de preços e outros, mas sim na maneira que cada grupamento social administrou e reagiu diante dos óbices que se apresentaram e se sucederam.

Assim sendo, uma reflexão sobre a gente que povoou o Campo do Estado torna-se necessária. Registra-se, por oportuno, como o relacionamento interno e externo dos assentados, o espírito de associativismo, as habilidades, nível cultural e os valores trazidos da origem podem ter influenciado de modo decisivo nos resultados desta colonização. Estes agricultores, quase que em sua totalidade, procedem de regiões empobrecidas de Taquari. Pertenciam ao grupo hoje chamado de “sem” (despossuídos). Moradores das propriedades onde exerciam suas atividades, tanto de plantadores meeiros, como agregados, peões ou empregados rurais. Donos apenas de modesto patrimônio, composto quando muito de alguns animais de trabalho e de manutenção. Na bagagem para o Campo do Estado, além desses poucos bens materiais, trouxeram valores culturais introjetados pelo isolamento, individualismo, atividades subservientes e

escolaridade deficiente.

Neste quadro, outros motivos podem ser apontados. O nível de conhecimento de agricultura limitava-se aos cultivos tradicionais, voltados para a manutenção da família. O nível de escolaridade era muito baixo, sendo a grande maioria constituída de analfabetos. Além da agricultura, trabalhavam como peões ou em prestação de serviços com suas carroças e bois, dentro de um quadro de isolamento. Esse meio social condicionou os integrantes e nenhuma outra atividade surgiu, mesmo dentro da atividade agropastoril de expressão. Nenhum comércio digno de nota surgiu. Nada além do sempre presente “bolicheiro”. Nenhum moinho colonial, olaria, ferraria, carpintaria, marmoraria, transportador e nem mesmo outra atividade agro-pastoril mais moderna como avicultura ou suinocultura intensiva foi desenvolvida em conjunto. Não surgiram lideranças importantes, nem empreendedores no local.

Coletivamente, foram incapazes de construir uma simples capela. E aqui se pode usar a metáfora da capela na medida em que estas tiveram um papel significativo no desenvolvimento das regiões coloniais do Estado. Nas colônias alemãs, italianas e eslavas elas foram construídas com o esforço coletivo e representavam o epicentro da “linha” e na sua volta se construía também de forma coletiva a escola, o cemitério e o salão paroquial. É ali que se realizavam as solenidades mais importantes, reunindo os moradores para as missas ou

cultos, cerimônias de batizados, casamentos, velórios, e outros eventos sociais.

Era neste centro que, antes e depois das cerimônias, os cidadãos discutiam negócios, trocavam experiências e tratavam de outras questões em comum. É também na sua volta que surgem as atividades consideradas urbanas como o moinho colonial, a tanoaria, a ferraria, a carpintaria, a casa comercial que abastece com secos e molhados a coletividade ou que intermediava a produção local, e às vezes uma cooperativa. É a capela representava o pólo que agrega em torno de si toda a comunidade. Hoje no Estado, contam-se as dezenas, senão centenas de pequenos municípios prósperos que, lá em seus albores, tiveram como marco de partida a capela construída pelos colonos pioneiros.

No Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz a sociedade local não construiu sua capela. Faltou o epicentro.

Cabe assinalar, entretanto, que entre eles havia dois aspectos que vale ser ressaltado: a coesão familiar e ética de trabalho. Mas, mesmo com acesso a terra, estas características se mostraram insuficientes para que eles pudessem adaptar-se às novas circunstâncias de um mundo onde o agro-negócio passava por profundas alterações. Eram trabalhadores, mas faltava-lhes determinação, iniciativa, espírito associativo, conhecimentos e empreendedorismo. A ausência desses requisitos, que ora são razões e ora conseqüências, está imbricada ao

precário desenvolvimento do Núcleo.

Estas carências, quase todas, já foram trazidas das localidades de origem dos assentados. O isolamento, o pouco interesse pela educação formal, a escola deficiente e sem objetivo, o trabalho subserviente e o individualismo já aparecem no Aterrado, Carapuça, Tabaí, no Porto Grande, adjacências e em outros locais da emigração. E assim, aqui no Núcleo emergiu uma sociedade à semelhança de sua origem: desorganizada, isolada física e intelectualmente, sem formar lideranças, sem criatividade, sem união capaz de construir qualquer coisa.

São os valores culturais de uma sociedade assim formada que formam uma cadeia de empecilhos ao desenvolvimento econômico e social de uma sociedade rural minifundiária, na medida em que não oferecem valores e conhecimentos suficientes para o enfrentamento das novas situações impostas pelas circunstâncias.

No entanto, verifica-se que a experiência do Campo do Estado pode trazer significativas lições.

A primeira diz que o sistema minifundiário de exploração familiar voltado para atividades de manutenção, de produção voltada preponderantemente para a própria alimentação e venda somente dos excedentes. Este sistema não se sustenta mais. A conjugação de uma família, com uma pequena área de terras e

algum apoio externo apontada como solução de problemas sociais, ainda povoa o imaginário popular, mas não passa de um arquétipo.

A segunda lição aponta para a viabilidade de pequenos empreendimentos rurais sob o regime de “auto-exploração” familiar, cujos resultados positivos se associam fortemente a características de ética de trabalho, bons conhecimentos, aplicação de tecnologia, especialização, empreendedorismo, determinação e adaptação às mudanças. O tamanho da área de terras próprias assume papel importante, mas relativo.

E, para finalizar, a história da experiência do Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz não traz qualquer certeza quanto à eficácia da política de distribuição de terras como forma de combater a pobreza. Os indícios apontam até em direção contrária. A sociedade pobre que colonizou o Núcleo mostrava fortes traços de conformismo, além de outros já elencados ao longo desta dissertação, próprios da cultura que envolve a pobreza e pouco compatíveis com valores de uma sociedade dinâmica e empreendedora.

BIBLIOGRAFIA

ARLACHI, Pero. **PERCHÉ SE EMIGRAVA DALLA SOCIETÀ CONTADINA E NON DAL LATIFONDO**. IN: L'emigrazione calabrese dall'unità ad oggi. ORG. Por Pietro Borzomati. ROMA: Centro Studi Emigrazioni, 1982.

BERTASO, Henrique D'Ávila e LIMA, Mario Almeida, (org.). **Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1950.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa-PORTUGAL: 2ª Ed., Edições, 70.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII, Vol. 2, Os Jogos das Trocas**. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1973.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A lanterna na popa – Memórias**. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 1994.

Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros. Anais. Porto Alegre : URGs, 1966.

D'ARISBO, Daltro Souza. **Emigração Italiana e os Abruzzenses no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 1998.

DE BONI, Luis Alberto e COSTA, Rovílio. **Os Italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço Brindes; Caxias do Sul: Correio Riograndense, 3ª Ed., 1984.

DE BONI, Luis. **La Mérica - Escritos dos primeiros imigrantes italianos**. Caxias do Sul, UCS/Porto Alegre; Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **O Nascimento das Fábricas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

DELHAES-GUNTER, Dieter von. **Colonização Européia no Rio Grande do Sul durante o Século XIX**. IN Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, 3. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1981.

DILL, Aidé Campello. **Diretrizes Educacionais do Governo Antonio Augusto Borges de Medeiros (1898-1928)**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, PUCRS, 1984.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: São Paulo Editora, 1965.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (Org.). **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. RIO: Editora Nova Fronteira, 2ª Edição, 1986.

FLORES, Hilda Agnes Hubner. **Canção dos Imigrantes**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/UCS, 1983.

FLORES, Moacyr. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, 2ª Edição.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993, 4ª Edição.

FLORES, Moacyr. **República Riograndense: Realidade e Utopia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FORTES, Breno Borges. **Os Casais Açorianos**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978, 2ª Edição.

FREITAS, José L. **Na história do Rio Grande do Sul, Triunfo, 1754**. 1º volume, 1963.

GALBRAITH, John Kenneth. **A Economia & O objetivo público**. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1973.

GALIOTO, Antonio. **As nossas capelas**. IN Enfoque Nº 20 (dezembro 1976). Bento Gonçalves, 1976.

GARCEZ, Neuza Cidade. **Colonização e Imigração em Erechim: a saga das famílias polonesas (1900-1950)**. Erechim (RS): Edelbra, 1977.

GINSBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia de Letras, 1987.

HOBSON, John Atkinson. ***A Evolução do Capitalismo Moderno: um estudo da produção mecanizada.*** São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque. ***Raízes do Brasil.*** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 13ª Edição, 1979

HUNSCHE, Carlos Henrique. ***O ano 1926 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro).*** Porto Alegre: Editora Metrópole, 1977.

KREUTZ, Lucio et RAMBO, Arthur B. ***Germanismo Pedagógico no Rio Grande do Sul.*** IN Estudos Leopoldenses Vol. 30, p. 79-92, nº 137, 1994.

RAMBO, Arthur B. ***As Contribuições dos Imigrantes vindos da Europa Central e do Norte.*** IN Estudos Leopoldenses, vol. 29, nº 32 p. 47-79, 1993.

Raymond Aron na UNB: Conferencia e comentários de um Simpósio Internacional, realizado de 22 a 26 de setembro de 1980. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

RELATÓRIO DE ABRIL DE 1957. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Arquivo de Terras Públicas, TOMBO 877.

ROCHE, Jean. ***A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul.*** Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RUDIGER, Sebald. ***Colonização e Propriedade de Terras no Rio Grande do Sul.*** Porto Alegre: SEC-Divisão de Cultura-Instituto Estadual do Livro, 1965.

SANDRONI, Paulo (org. e super.). ***Dicionário de Economia.*** São Paulo: Ed. Best Seller, 1989, 3ª ed.

SCHNEIDER, Regina P. ***A Instrução Pública no Rio Grande do Sul (1870/1889).*** Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.

SILVA, Riograndino da Costa e. ***São José de Taquari, história de minha terra.*** Porto Alegre: Editora Flama, 1982.

UMANN, Josef. ***Memórias de um imigrante Boêmio.*** Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1997.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. ***A Escola da Colonização Polonesa no Brasil.*** Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2002.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. ***A colonização Açoriana no Rio Grande do Sul.*** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Brindes, 1979.

FONTES DE CONSULTA

BUNSE, Heinrich A W. **O VINHATEIRO. Estudo etnográfico-linguístico sobre o colono italiano no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Ed. Ufrgs/Instituto Estadual do Livro, 1978.

CEZAR, Guilermino. **História do Rio Grande do Sul: Período Colonial.** Porto Alegre: Ed. Globo, 1970.

CONSTANTINO, Núncia S. **Pesquisa Histórica e Análise de Conteúdo: pertinência e possibilidades.** Porto Alegre: Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXVIII, nº 1, p. 183-194.

FRASER, Ronald. **História Oral, História Social.** Valência (Espanha): Instituto de História Social, História Social, nº 17, otoño 1993, pp. 131-139.

GALBRAITH, John Kenneth. **A Era da Incerteza.** São Paulo: Pioneira; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

GERTZ, René. **O Aviador e o Carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul nos anos de 1920.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

KOCH, Kátia. **Os Assentamentos da Capela de Santana.** Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História. PUCRS, 2001.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras** São Paulo, 1990.

MONTEIRO, Hamilton M. **O Feudalismo: Economia e Sociedade.** São Paulo, Editora Ática, 3ª Ed., 1991.

MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo**. Porto Alegre:EDUCAÇÃO, PUCRS, Ano XXII, nº. 37, março 1999, p. 7-32.

MORAWSKA, Ewa. **Os poloneses na Europa e na América**. In: Concilium/121 (1977/1). Petrópolis, Vozes, 1977. p. 37-43.

MYRDAL, Gunnar, **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. RIO: Ministério da Educação e Cultura, ISEB, 1960.

NODARI, Renato. **Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande: causas e conseqüências de sua construção em território catarinense – 1900 – 1940**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Economia – UFRGS, 1999.

OBERACKER, Carlos H. Jr. **A contribuição teuta à formação da nação brasileira**. Rio: Editora Presença, 1968.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto Ltda., 1994.

PORTAL, Maria da Glória et alii. **Alguns aspectos da colonização alemã em Domingos Martins – 1847/1889**. IN Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, 3. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1981.

RADUNZ, Roberto. **Do poder de Deus depende**. Santa Cruz : UNISC, 1996

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Ed. Círculo do Livro S.A, São Paulo, 1982.

VANSINA, Jan. **La Tradición Oral**. Barcelona-ESPANHA: Editorial Labor S/A, 1966.

ZAGONEL, Carlos Albino. **Igreja e imigração italiana**. Porto Alegre: EST/Sulina, 1976.

NÚCLEO AGRÍCOLA FAZENDA LEMMERTZ – ASSENTAMENTO “UM” RELAÇÃO DOS ASSENTADOS POR ORDEM DE LOTES

1. OCTÁVIO INÁCIO DE SOUZA – 12 HA

- De onde veio: Do próprio local. Era empregado da antiga fazenda.
- Instrução: Assinava o nome
- O que fazia antes: Empregado rural, na antiga Fazenda Lemmertz.
- O que cultivava: Milho para venda, mandioca, feijão, batata e outros, com venda de pequenos excedentes. Pequena criação com venda de algum suíno ou gado vacum.
- A propriedade: Vendeu e comprou área perto da Faz. Lengler.
- Trabalhava para terceiros? não.

2. LOURIVAL CRUZ DE SOUZA – 12 HA

- De onde veio: Do local. Ex-empregado da fazenda.
- Instrução: Assinava o nome
- O que fazia antes: Empregado rural
- O que plantava: Plantas do seco, com venda de milho e pequenos excedentes de mandioca, feijão, algum animal etc.
- A propriedade: Vendeu e foi para a cidade.
- Trabalhava para terceiros? não

3. ANTONIO AZEVEDO LOPES – 12 HA

- De onde veio: Aterrado
- Instrução: Analfabeto.
- O que fazia antes: Peão, jornaleiro.
- O que plantava: Plantas do seco (idem aos demais acima).
- A propriedade: Vendeu para filho de outro assentado José Carvalho.
- Trabalhava para terceiros? Como jornaleiro nas lavouras de arroz do Fábio Haussen.

4. SAUL CRUZ DE SOUZA – 12 HA

- De onde veio: Porto Grande (da região)
- Instrução: Assinava o nome
- O que fazia antes: Jornaleiro/peão
- O que plantava: Idem aos anteriores.
- A propriedade: Vendeu e a exemplo do irmão (Lote 1/UM), comprou outra área na Lengler.

5. JOÃO LOPES DA ROSA (JANGA) – 12 HA

- De onde veio: Porto Grande (da região)
- Instrução: Analfabeto
- O que fazia antes: Peão em fazendas.
- A propriedade: Vendeu e foi para a cidade.
- Trabalhava para terceiros? Não. Pescava.
- O que cultivava: Idem aos anteriores.

6. AVELINO MACHADO COUTO – 12 HA

- De onde veio: Aterrado
- Instrução: Sabia ler e escrever
- O que fazia antes: Jornaleiro/peão e cultivava pequena área de sua propriedade.
- A propriedade: Ficou com familiares. Neto explora.
- O que cultivava: idem aos demais.

7. MANOEL IGNÁCIO NUNES – 12 HA

- De onde veio: Porto Grande (do local)
- Instrução: Sabia ler e escrever
- O que fazia antes: Jornaleiro/peão e plantava mandioca com seu pai.
- A propriedade: Vendeu e foi para a cidade.
- O que cultivava: Idem aos demais

8. OLIVÉRIO IGNÁCIO NUNES – 12 HA

- De onde veio: Porto Grande
- Instrução: Sabia ler e escrever.
- O que fazia antes: Jornaleiro/peão e plantava mandioca com o pai.
- A propriedade: Vendeu e foi para a cidade.
- O que cultivava: Idem aos demais.

9. JOÃO DE DEUS FRANCISCO DE SOUZA – 12 HA

- De onde veio: Aterrado/Costa da Serra
- Instrução: Escrevia e sabia ler
- O que fazia antes: Jornaleiro/peão e fazia farinha.
- A propriedade: Vendeu e mudou-se para a cidade.
- Trabalhava para terceiros? Não.
- O que cultivava: Idem aos demais

10 GALDINO SILVEIRA LOPES – 12 HA

- De onde veio: Aterrado/Costa da Serra
- Instrução: Analfabeto
- O que fazia antes: Jornaleiro/peão e plantava mandioca como meeiro, fazia farinha.
- A propriedade: Vendeu e foi para a cidade.
- O que cultivava: Idem aos demais

11. ANTÔNIO SILVEIRA LOPES – 12 HA

- De onde veio: Aterrado
- Instrução: Assinava o nome.
- O que fazia antes: Meeiro, peão e explorava pequeno armazém.
- A propriedade: Faleceu e viúva vendeu e foi para a cidade.
- Trabalhava para terceiros? Não
- O que cultivava: Idem aos demais

12. FRANCISCO LUIZ DA SILVA – 12 HA

- De onde veio: Aterrado
- Instrução: Analfabeto
- O que fazia antes: Meeiro, jornaleiro/peão e fazia farinha.
- A propriedade: Vendeu e foi para a cidade.
- Trabalhava para terceiros? não
- O que cultivava: O mesmo que os demais.

13. LAURO VIANA DA SILVA – 12 HA

- De onde veio: Taquari -Cidade
- Instrução: Sabia ler e escrever. Foi um dos líderes do movimento.
- O que fazia antes: Empregado urbano
- A propriedade: Trocou por área do assentamento DOIS. Comprou outras áreas. Filha e netos exploram (Eva)
- Trabalhava para terceiros? Não
- O que cultivava: Idem aos demais

14. ADÃO GARCIA MOURA – 12 HA

- De onde veio: Aterrado
- Instrução: Escrevia e sabia ler
- O que fazia antes: Meeiro
- A propriedade: Com familiares.Os filhos são os donos.
- Trabalhava para terceiros? Não
- O que cultivava: Idem aos demais

15. JOSÉ ALVES CARVALHO – 12 HA.

- De onde veio: Aterrado
- Instrução: Sabia ler e escrever.
- O que fazia antes: Agricultura em terras próprias (pequena área), meeiro e fazia farinha.
- A propriedade: Filho explora a área e filha adquiriu outra área.
- Trabalhava para terceiros? Sim, para o Fábio.
O que cultivava: Idem aos demais.

16. AMARO ILHOTA SILVA – 12 HA

- De onde veio: Taquari – Cidade
- Instrução: Lia e escrevia
- O que fazia antes: Empregado embarcado.
- A propriedade: Vendeu e mudou-se para a cidade.
- Trabalhava para terceiros? Não
- O que cultivava: O mesmo dos demais. Bebia muito.

17. ERNESTO COITO – 12 HA

- De onde veio: Era do Aterrado, emigrou para Santa Rosa, retornando para o assentamento. Irmão do Avelino Machado Couto (Lote 6/UM).
- Instrução: Assinava o nome
- O que fazia antes: Jornaleiro/peão em lavouras de soja e milho.
- A propriedade: Trocou por um lote no assentamento DOIS. Em seguida foi assassinado. Familiares venderam e foram para a cidade.
- Trabalhava para terceiros? Não
- O que cultivava: O mesmo que os demais

18. CRAVELINO ALVES MARQUES - 14 HA 6.190 M 2

- De onde veio: Aterrado
- Instrução: Lia e escrevia.
- O que fazia antes: Meeiro
- A propriedade: Vendeu, foi para a cidade e ficou pobre.
- Trabalhava para terceiros? Sim. Para o Fábio e os Lengler
- O que cultivava: O mesmo.

19. DUARTE JOSÉ DE SOUZA – 14 HA 6.190 M2

- De onde veio: Aterrado
- Instrução: Assinava o nome
- O que fazia antes: Jornaleiro/peão.
- A propriedade: Vendeu, mudou-se para a Cidade. Mora na Vila Brasa.
- Trabalhava para terceiros? Não
- O que cultivava: o mesmo dos demais.

20. JOÃO FRANCISCO DE SOUZA (JOÃO LEBRE) – 14 HA 6.190 M2

- De onde veio: Aterrado
- Instrução: Sabia ler e escrever
- O que fazia antes: Jornaleiro, peão.
- A propriedade: Vendeu e colocou dinheiro a juros.
- Trabalhava para terceiros? Não
- O que cultivava: O mesmo dos demais e era produtor de leite. Tinha boas vacas. Consta ser o mais bem sucedido até a venda do imóvel.

21. JOSÉ DA COSTA CARDOSO – 14 HÁ. 6.190 M2

- De onde veio: Aterrado
- Instrução: Analfabeto
- O que fazia antes: Meeiro
- A propriedade: Com familiares. Filhos exploram.
- Trabalhava para terceiros? Sim nas lavouras do Fábio.
- O que cultivava: O mesmo dos demais.

22. AURÉLIO NICANOR MARTINS – 14 HA 6.190 M 2

- De onde veio: Aterrado
- Instrução: Lia e escrevia
- O que fazia antes: meeiro
- A propriedade: Filha ficou e trabalha nas terras.
- Trabalhava para terceiros? Não
- O que cultivava: O mesmo dos demais.

23. GALDINO FRANCISCO DE OLIVEIRA – 14 HA 6.190 M2

- De onde veio: Faxinal dos Pachecos (Tabai)
- Instrução: Analfabeto
- O que fazia antes: Jornaleiro/peão
- A propriedade: Vendeu e foi para a cidade (ficou pobre)
- Trabalhava para terceiros? Sim, nas lavouras do Fábio
- O que cultivava: o mesmo dos demais.

24. LINDOLFO ESPÍNDOLA – 14 HA. 2.400 M2

- De onde veio: Rincão São José, juntamente com seus dois filhos que foram beneficiados com lotes no assentamento DOIS.
- Instrução: Analfabeto
- O que fazia antes: Transportava toros e areia, com sua carreta e bois.
- A propriedade hoje pertence a familiares: Vendeu e foi para a cidade.
- Trabalhava para terceiros? Sim, nas lavouras do Fábio
- O que cultivava: O mesmo dos demais.

25. JOSÉ DE SOUZA BORBA – 14 HA 4.900 M2

- De onde veio: Asilo Pella
- Instrução: Lia e escrevia
- O que fazia antes: Empregado do Asilo, em trabalhos rurais
- A propriedade hoje pertence a familiares: Sim. Filho mora nas terras.
- Trabalhava para terceiros? Não
- O que cultivava: As mesmas coisas

26. HENRIQUE VARGAS DA SILVA – 14 HA 6.950 M2

- De onde veio: Tabai
- Instrução: Analfabeto
- O que fazia antes: Jornaleiro/peão
- A propriedade: Vendeu e foi para a cidade
- Trabalhava para terceiros? Sim. Nas lavouras do Fábio
- O que cultivava: Mesmas coisas

NÚCLEO AGRÍCOLA FAZENDA LEMMERTZ - ASSENTAMENTO "DOIS"
Relação dos assentados por ordem de lotes

1. CARMELITO DA COSTA CARDOSO – 14 HA 6.000 M2

- De onde veio: Aterrado
- O que fazia: Meeiro. Plantava acácia (para o dono da terra) consorciada com mandioca (para si). Trabalho com bois e carroça, transportando farinha para Taquari.
- Instrução: Analfabeto.
- O que cultivava: Milho, mandioca, moranga, batata, feijão. Vendia milho, excedentes das demais lavouras e algum animal (vacum e suínos).
- A propriedade: Passou para familiares, filhos que moram na cidade.
- Trabalhava para terceiros: Sim, com seus bois e carroça. Nas lavouras de arroz do Fábio.

2. OSCAR ADÃO DA SILVA – 14 HA 9.000 M2

- De onde veio: Aterrado
- O que fazia: Trabalhava em terras do pai, a meia. Também de peão com bois e carroça.
- Instrução: Sabia ler e escrever.
- O que cultivava: O mesmo do anterior
- Trabalhava para terceiros: Não
- A propriedade: Vendeu. Hoje pertence ao Renato. Foi para a cidade.

3. PEDRO AMARAL DO COUTO – 17 HA 6.000 M2

- De onde veio: Aterrado
- O que fazia: Meeiro e peão (com carroça e bois). Transportava farinha.
- Instrução: Analfabeto
- O que cultivava: O mesmo dos demais
- A propriedade: Passou para familiares: filhos Gessi, Auri e Nelci.

4. JOÃO FRANCISCO DE SOUZA (QUINCA) – 15 HA 5.000 M2

- De onde veio: Costa do Santa Cruz
- O que fazia: Era peão, trabalhava nas lavouras do Patronato.
- Instrução: Assinava o nome
- O que cultivava: O mesmo dos demais
- A propriedade: Vendeu, mudou-se para a cidade.
- Trabalhava para terceiros: Sim, nas lavouras do Fábio.

5. DARCI VARGAS DA SILVA – 17 HA 4.000 M2

- De onde veio: Aterrado
- O que fazia: Peão e empregado rural da Tanac. Trabalhou com José Valmir nas lavouras de arroz. Bom empregado.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: O mesmo dos demais
- A propriedade: Trocou pelo lote 48. Familiares permanecem com a área (pouca iniciativa própria).

6. ADÃO DUARTE MARTINS (ADÃO CASTELHANO) – 14 Ha 5.000 m2

- De onde veio: Aterrado
- O que fazia: Trabalhava com o pai a meia. Peão com seus bois e carroça. Tinha atafona e transportava farinha.
- Instrução: Assinava o nome
- O que cultivava: O mesmo dos demais
- A propriedade: Vendeu, foi para cidade. Vive e mora no Coqueiro.

7. LUCEVAL RODRIGUES DE AZEVEDO (LOCI) – 16 HA

- De onde veio: Costa do Santa Cruz
- O que fazia: Meeiro em terras de familiares.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: O mesmo que os demais.
- A propriedade: Vendeu e foi para a cidade. Quando saiu já se encontrava doente (bacia quebrada). Familiares venderam após a morte.

8. ORNÉLIO JOSÉ DA SILVA – 16 HA

- De onde veio: Aterrado
- O que fazia: Meeiro (mandioca para si, consorciada com acácia para o proprietário), peão.
- Instrução: Sabia ler e escrever
- O que cultivava: O mesmo dos demais
- A propriedade Vendeu e foi para a cidade.

9. NILSON JOSÉ DA SILVA – 16 HA 5.000 M2

- De onde veio: Do local, Fazenda dos Lengler
- O que fazia: Agregado da fazenda de Osvaldo Seifert.
- Instrução: Sabia ler e escrever
- O que cultivava: O mesmo que os demais.
- A propriedade: Vendeu. Comprou área no Rincão São José. Mulher era professora. Não piorou de vida como grande parte dos demais.

10. MANOEL INÁCIO DE SOUZA – 14 HA

- De onde veio: Costa do Santa Cruz.
- O que fazia: Meeiro em terras do pai, que tinha muita terra.
- Instrução: Sabia ler e escrever.
- O que cultivava: O mesmo que os demais.
- A propriedade: Vendeu e foi para a cidade.

11. DORVAL DE SOUZA LOPES – 16 Ha 6.500 m2

- De onde veio: Costa do Santa Cruz.
- O que fazia: Plantava mandioca a meia, em terras de familiares.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: o mesmo dos demais.
- A propriedade foi vendida após a morte do titular. Um irmão recomprou a metade da área. Filhos migraram para Santa Catarina onde produzem mel. Estão bem.

**12. JOÃO DA ROSA DUARTE – 16 HA 9.000 M2
(TRABALHADOR, MAS NÃO SE ADMINISTRAVA JOSÉ VALMIR)**

- De onde veio: Costa do Santa Cruz-Patronato
- O que fazia: Peão nas granjas de arroz.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: O mesmo.
- A propriedade: Vive e mora no local.
- Trabalhou para terceiros: Sim, com o Zé Valmir nas plantações de arroz do Fábio. Era seu braço direito.

13. DORVALINO DA ROSA – 15 Ha 3.000 m2

- De onde veio: Aterrado
- O que fazia: Peão no Aterrado. Plantava pouco
- Instrução: Sabia ler e escrever
- O que cultivava: O mesmo dos demais
- A propriedade: Ficou com familiares, filho e neto.

14. JOÃO BATISTA LOPES DA SILVA (BATISTA BARBOS) – 15 HA 8.000 M2

- De onde veio: Costa do Santa Cruz
- O que fazia: Plantava em terras do pai Nenê Feliciano, a meia.
- Instrução: Sabia ler e escrever
- O que cultivava: O mesmo
- A propriedade: Vendeu e mudou-se para a cidade. Vive e mora no Prado.

15. PEDROLINA CARDOSO DA SILVA – 15 HA 3.000 M2 (VIÚVA DO NUSCA).

- De onde veio: Aterrado
- O que fazia: Nusca era peão. Marido faleceu antes de receber a escritura, mas explorava seu lote no Campo do Estado
- Instrução: Assinava o nome
- O que cultivava: O mesmo
- A propriedade: Viúva vendeu, foi para a cidade. Não tinham filhos. Mora no Coqueiro

16. OSÓRIO NICANOR MARTINS – 17 HA 9.200 M 2

- De onde veio: Aterrado
- O que fazia: Meeiro, cultivava mandioca (para si) consorciada com acácia (do dono das terras). Peão com seus bois e carroça.
- Instrução: Assinava o nome
- O que cultivava: O mesmo dos demais
- A propriedade: Vendeu. Viúva Mora com genro na Costa do Santa Cruz

17. JOSÉ ALVES DE SOUZA – 17 Ha 1.000 m2 (Zecão)

- De onde veio: Carapuça
- O que fazia: Peão da Tanac. Meeiro de pequenas lavouras.
- Instrução: Assinava o nome
- O que cultivava: O mesmo
- A propriedade: Vendeu e foi para a cidade.

18. ALFREDO MARQUES – 15 HA 8.000 M2

- De onde veio: Aterrado.
- O que fazia: Era peão. Trabalhava com seus bois e carroça.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: O mesmo.
- A propriedade: Vendeu e foi para a cidade.

19. VALDOMIRO ALVES DE VARGAS – 17 HA 2.000 M2

- De onde veio: Faxinal dos Pachecos, Tabai.
- O que fazia: Peão, jornalista. Perambulava e não parava em lugar nenhum.
- Instrução: Sabia ler e escrever.
- O que cultivava: O mesmo.
- A propriedade: Vendeu e mudou-se para o Tabai.

20. VENTURA RODRIGUES DE OLIVEIRA - 17 HA. 1.500 M2

- De onde veio: Costa do Santa Cruz.
- O que fazia: Peão no Patronato. Lidava com mudas de eucalipto e acácia.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: O mesmo
- A propriedade: Vendeu e mudou-se para a cidade. Trabalhava na Prefeitura e com o Fábio.
- Trabalhava para terceiros: Sim. Nas lavouras do Fábio.

21. MARNE DOS SANTOS MARQUES – 17 HA 5.000 M2

- De onde veio: Carapuça, ainda gurizote, filho de Alfredo Marques do lote 18.
- O que fazia: Ajudava o pai.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: As mesmas coisas
- A propriedade: Vendeu para o Zé Valmir e foi para a cidade de Portão. Empregou-se.
- Trabalhava nas lavouras do Fábio, principalmente na colheita.

22. REINALDO HENRIQUE DA ROSA – 17 HA 8.000M2

- De onde veio: Carapuça
- O que fazia: Peão da Tanac e outros.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: O mesmo
- A propriedade: Vendeu e foi para a cidade viver de bicos.

23. ALFREDO ANTONIO DOS SANTOS (ALFREDO FARRAPO) – 17 HA L.900 M2

- De onde veio: Carapuça.
- O que fazia: Peão, morava e trabalhava com o Hugo Lengler (Faz. Lengler)
- Instrução: Sabia ler e escrever
- O que cultivava: Arroz para a venda, demais culturas para gasto.
- A propriedade: Vendeu e foi para a cidade.
- Trabalhava para Fábio, nas lavouras de arroz. Criou uma família grande.

24. JOÃO CARLOS DE SOUZA (JANGA) – 19 HA

- De onde veio: Patronato
- O que fazia: Plantava com o pai, a meia.
- Instrução: Sabia ler e escrever
- O que cultivava: arroz
- A propriedade: Vendeu, foi para a cidade, empregou-se no Estado, botou o dinheiro a juros.

25. HÉLIO JACI DE SOUZA (Ci) – 17 Ha 5.000 m2

- De onde veio: Patronato
- O que fazia: Meeiro com seu pai, peão.
- Instrução: Sabia ler e escrever.
- O que cultivava: Arroz, milho e demais culturas.
- A propriedade: Vendeu e se empregou na Estação Experimental
- Trabalhava com Fábio nas lavouras, em especial nas colheitas.

26. CACILDO LOPES DE SOUZA – 18 HA 1.000 M2

- De onde veio: Costa do Santa Cruz (era irmão do Dorvalino)
- O que fazia: Meeiro com seu pai, peão em cortes de mato de acácia.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: Arroz e demais plantas do seco
- A propriedade: Vendeu e empregou-se na telefônica.
- Trabalhava com Fábio, prestando serviços

26- JOAQUIM INÁCIO NUNES – 3 HA (PEQUENA SOBRA DE TERRAS)

- Era empregado da Estação Experimental, e como tal não poderia receber terras, mas recebeu. Aposentou-se e tomou posse da área.
- Vendeu para o Zé Valmir
- .

27. MODESTO RODRIGUES MACHADO NETO – 18 HA 8.000 M2

- De onde veio: Candelária, do meio rural, mas já se encontrava no município trabalhando de capataz com os Haussen.
- O que fazia: Arrendatário em lavouras de arroz, capataz.
- Instrução: Sabia ler e escrever
- O que cultivava: Arroz para comércio e lavouras de manutenção.
- A propriedade: Vendeu. Mudou-se para a cidade para os filhos estudarem. Estes estão bem, e foi trabalhar de empregado (capataz em lavouras dos Haussen, novamente).
- Trabalhava nas lavouras do Fábio Haussen.

28. ADÃO ROMUALDO DOS SANTOS ESPÍNDOLA – 18 HA 5.000 M2

- De onde veio: Rincão São José
- O que fazia: Ajudava o pai Lindolfo, do lote 24 do assentamento UM. Veio ainda pequeno para a Fazenda.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: O mesmo. Criava umas vacas.
- A propriedade: Vendeu, mudou-se para a cidade, mas comprou outra propriedade rural. Melhorou de vida.

29. JOSÉ DE SOUZA LIMA – 18 HA

- De onde veio: Patronato/Costa do Santa Cruz.
- O que fazia: Peão, cortador de mato, junto com o pai no Patronato.
- Instrução: Sabia ler e escrever
- O que cultivava: Arroz para venda. Vendia ainda milho, mandioca, soja, suínos, leite (30 litros).
- A propriedade: Mantém a propriedade com pequena criação e plantio de mato. Comprou imóvel na cidade com seu trabalho na lavoura. Aposentado e incapaz para o trabalho. Doente. Melhorou de vida.
- Trabalhava nas lavouras de arroz do Fábio, em especial na colheita.

30. DARCI VIEIRA LOPES – 14 HA. 3.900 M2

- De onde veio: Aterrado
- O que fazia: Peão nos matos de acácia e em lavouras.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: Arroz e plantas do seco. Trabalhava mais para terceiros, Juca Mallmann, cuidava pouco de suas lavouras.
- A propriedade: Vendeu foi para a cidade trabalhar de peão e empregado.
- Trabalhava para terceiros, nas lavouras de arroz e para o Juca.

31. WALTER DA ROSA FAZENDA (VARTI) – 15 HA 6.680M2

- De onde veio: Costa do Santa Cruz
- O que fazia: Peão nas lavouras.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: Arroz e plantas do seco, muito pouco. Preferia arrendar suas terras para terceiros.
- A propriedade: Vendeu e foi ser empregado na cidade.
- Trabalhava como peão nas lavouras de arroz.

32. MANOEL JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA (JUQUINHA) – 17 HA. 3.000 M2

- De onde veio: Costa do Santa Cruz (Patronato)
- O que fazia: Peão em lavouras e na lide de gado.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: Arroz e plantas do seco. Muito trabalhador, chegou a adquirir a área ao lado da sua.
- A propriedade: Vendeu, comprou outra área próxima a cidade. Ficou bem, fez loteamento da área perto da cidade, seus filhos estudaram. Era muito trabalhador. Começou sem nada, conseguiu tudo trabalhando. Perdeu parte dos recursos obtidos com a venda emprestando a juros.

33. JOVENTINO MACHADO – 16 HÁ. 9.000 M2

- De onde veio: Do Asilo Pella
- O que fazia: Empregado rural do Asilo Pella.
- Instrução: Sabia ler e escrever.
- O que cultivava: Plantas do seco.
- A propriedade: Vendeu em seguida para o Manoel José Rodrigues de Oliveira, do lote 32. Foi para a cidade. Chegou a se aposentar.

34. JOVINO LOPES DA SILVA (JOVINO BARBOSA) –15,6 HA

- De onde veio: Costa do Santa Cruz
- O que fazia: Era peão na Fazenda do Feliciano, onde seu pai era agregado.
- Instrução: Sabia ler e escrever.
- O que cultivava: Arroz e plantas do seco.
- A propriedade: Vendeu foi para a cidade. Era pessoa muito doente. Nunca trabalhou muito. Empregou-se numa cervejaria e chegou a se aposentar.

35. ANTONIO BOTELHO DE SOUZA – 16 HA

- De onde veio: Passo da Aldeia (cidade)
- O que fazia: Empregado em barco que transportava e vendia lenha, depois foi capataz de matos da Tanac.
- Instrução: Sabia ler e escrever.
- O que cultivava: Arroz e plantas do seco
- A propriedade: Vendeu, mudou-se para a cidade.

36. DARCI SILVEIRA (Darci Aracuã) – 15 HA 5.000 M2*

- De onde veio: Morro do Pedro Rosa, Tabai.
- O que fazia: Plantava em terras do pai, meeiro.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: Mandioca em especial e demais plantas do seco.
- A propriedade: Vendeu e foi para a cidade.

37. VILSON SOLON ESPÍNDOLA – 15 HA 7.000 M2

- De onde veio: Rincão São José
- O que fazia: Transportava areia e toros com sua carroça e boi junto com o pai. Veio com o pai Lindolfo Espíndola (lote 24/UM), para o assentamento. Se criou aqui.
- Instrução: Analfabeto.
- O que cultivava: Arroz e demais plantas do seco.
- A propriedade: Vendeu, comprou chácara perto da cidade e trabalha como carpinteiro. Está bem.

38. JOÃO CÂNDIDO DE CASTRO (NENÊ PINTO) -

- De onde veio: Carapuça
- O que fazia: Peão em trabalhos de mato, trabalhava com sua correta e bois.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: O mesmo que os demais.
- A propriedade: Vendeu, comprando uma boa chácara na cidade.

* Nos documentos oficiais consta como assentado JOSÉ ANTONIO FAZENDA EHLERS. Consta que nem chegou a tomar posse da área e não chegou a cultivar a terra. Vendeu em seguida para Darci Silveira (Aracuã).

39. MANOEL SILVEIRA DE ARAÚJO – 17 HA 8.000 M2

- De onde veio: Carapuça.
- O que fazia: Plantava a meia. Peão com sua carreta e bois. Transporte de farinha.
- Instrução: Sabia ler e escrever
- O que cultivava: Plantas do seco, mudas de acácia e eucaliptos.
- A propriedade: Mantém, juntamente com filhos. Continua na propriedade.

40. ARLINDO DA SILVA LIMA – 18 HA 8.000 M2

- De onde veio: Da zona rural de General Câmara. Aqui foi peão nas terras de Leopoldo Strohschoen, e no Patronato, lindeiros da Fazenda Lemmertz. Era pai de José de Souza Lima, do lote 29/DOIS.
- O que fazia: Peão.
- Instrução: Analfabeto.
- O que cultivava: Milho e demais plantas do seco.
- A propriedade: Vendeu e empregou-se Na Estação Experimental. Mulher era doente e na Estação gozava do plano de saúde do Ipê.

41. JOÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA – (JOÃO RITA) 15 HA 3.000 M2

- De onde veio: Tabai (Faxinal dos Pacheco)
- O que fazia: Peão, cortador de arroz.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: Milho e demais plantas do seco.
- A propriedade: Vendeu, mudou-se para a cidade e se deu mal.

42. MANOEL DE SOUZA BORBA (MANECO) – 15 HA 2.000 M2

- De onde veio: Asilo Pella
- O que fazia: Peão e empregado.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: Milho e demais plantas do seco.
- A propriedade: Vendeu, foi para a cidade e se deu mal. Emprestou dinheiro a juros e perdeu.

43. ÂNGELO LOPES DE SOUZA – 17 HA

- De onde veio: Costa do Santa Cruz.
- O que fazia: Peão, cortador de mato.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: Milho e plantas do seco.
- A propriedade: Vendeu, já estava velho. Filhos, funcionários da Telefônica, recompraram a área e plantaram mato.

44. ILDEFONSO JOSÉ DA ROSA – 15 HA

- De onde veio: Taquari (cidade)
- O que fazia: Empregado em olaria, descendente de família de agricultores.
- Instrução: Sabia ler e escrever
- O que cultivava: O mesmo dos demais (plantas do seco).
- A propriedade: Vendeu, comprou um terreno na cidade para cada filho. Trabalha de mecânico.

45. JOVITA MARQUES DA SILVA – 14 HA 7.000 M2 (MULHER DE PEDRO HENRIQUE)

- De onde veio: Aterrado
- O que fazia: Meeiro, peão.
- Instrução: Analfabeto.
- O que cultivava: Plantas do seco. Milho para a venda.
- A propriedade: Vendeu, mudou-se para a cidade e se deu mal.

46. JOVENTINO DUARTE MARTINS - 15 HA 7.000 M2

- De onde veio: Aterrado
- O que fazia: Plantava em terras do pai a meia. Peão com sua carreta e bois.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: Milho e plantas do seco.
- A propriedade: vendeu, mora em terreno da Prefeitura. Deu-se mal.

47. ANTONIO VARGAS DA SILVA – 16 Ha

- De onde veio: Carapuça. Veio de Roca Sales ainda jovem acompanhando o pai.
- O que fazia: Peão nos matos da Tanac, com seu pai, biscates e jornaleiro.
- Instrução: Analfabeto.
- O que cultivava: Milho e plantas do seco
- A propriedade: Continua morando no imóvel.

48. ODILON CÂNDIDO DE MOURA – 15 HA

- De onde veio: Aterrado
- O que fazia: Meeiro, plantava com o pai de criação. Mandioca (para si) consorciada com acácia (para o dono da terra).
- Instrução: Assinava o nome
- O que cultivava: Milho e demais cultivos do seco.
- A propriedade: Vendeu e se deu muito mal. Mora de favor em terreno da Prefeitura, na Lagoa Seca.

49. OSVALDO MIGUEL OLIVEIRA – 15 HA

- De onde veio: Aterrado
- O que fazia: Agregado nas terras do pai. Plantava mandioca e fazia farinha.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: O mesmo que os demais
- A propriedade: Filho explora o imóvel.

50. EUGÊNIO COUTO DE OLIVEIRA (SUCESSÃO) 15 HA 7.000M2

- De onde veio: Aterrado
- O que fazia: Plantava mandioca e fazia farinha. Peão em matos de acácia.
- Instrução: Assinava o nome.
- O que cultivava: mandioca e mato. Muito trabalhador. Negociava animais, não bebia. Estava muito bem, mas morreu cedo.
- A propriedade: viúva vendeu e foi morar na cidade.

51. LEONEL JOSÉ RODRIGUES E FILHOS – 15 HA 4.000 M2

- De onde veio: Tabai
- O que fazia: Peão em fazendas.
- Instrução: Analfabeto.
- O que cultivava: Plantas do seco.
- A propriedade: Vendeu, foi para Tabai. Não melhorou. Mora em terrinhas de herança.

52. MOACIR DE OLIVEIRA MARTINS – 15 HA 9.000 M2

- De onde veio: Aterrado
- O que fazia: Plantava em terras do pai, a meia. Veio para o assentamento com apenas 15 anos.
- Instrução: Sabia ler e escrever
- O que cultivava: Arroz e plantas do seco.
- A propriedade: Mantém. Plantou metade da área com mato, mantém pequena pecuária e mora na cidade. Trabalha de carpinteiro.

DEPOIMENTO (Excertos)

NOME: FREDERICO DAMIÃO ARNT BAVARESCO

Profissão: Engenheiro Agrônomo, especializado em apicultura, genética e reflorestamento, trabalhou desde 1960 na Estação Experimental de Pomicultura de Taquari, hoje Presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural Taquari-Jacuí Ltda. Líder comunitário.

Endereço: Taquari (RS).

Data do depoimento: 27 de setembro de 2004, às 16 horas.

Local: Prédio sede da CERTAJA, em Taquari.

CCK – A intenção do Estado era incorporar a Fazenda Lemmertz à Estação?

FDAB – Sim, originalmente a visão era trabalhar a área da Fazenda Lemmertz, cuja área ia até o rio, com a possibilidade de água farta, sem problemas de suprimento. O Estado entendeu como sendo conveniente para expandir e fazer trabalho de pesquisa e fomento da rizicultura e, nas coxilhas mais elevadas, criação extensiva de gado, (...) criação de reprodutores melhorados, o que já acontecia na Estação, que tinha um banco de sêmen de reprodutores de eqüinos e bovinos. (...) Esta área não chegou a ser mobilizada para o cultivo de arroz, porque, de repente, como as políticas públicas mudam de rumo, ficou sendo apenas uma criação extensiva de gado.

CCK – Como chegaram e o que faziam?

FDAB – Faziam pequenas lavouras ali como zeladores ou moradores permitidos dentro dessa área. [Estes estavam lá] para zelarem pelo campo, para cuidarem do gado da Estação Experimental e aos poucos aquilo foi tornando posse, com certo consentimento e, ao natural, sendo povoado rarefeitamente por familiares daqueles que estavam ocupando a área originalmente, como prestadores de serviços para a Secretaria da Agricultura.

CCK – Tinha gado dos fazendeiros lá?

FDAB – Tinha gado dos fazendeiros e funcionários da Estação. Como [a Estação] não tinha um rebanho que ocupasse a área na plenitude, tinha até um processo regularizado de arrendamento de campo: era tanto por cabeça por ano...

CCK – Quanto à resistência...

FDAB – A gente não sabe bem onde identificar. Tenho como informação e é claro, como constatação é que houve um período onde a Brigada Militar instalou um acampamento ali no Patronato, para fazer uma vigilância para evitar novas invasões em propriedades do entorno, para manter a ordem, porque havia algumas desordens com os ocupantes (...) Isso criou um certo temor na vizinhança que pediram algumas garantias ao Estado, que mandou uma força da Brigada Militar para manter a ordem, mas não exatamente para expulsar. Consta que era para as coisas ficarem contidas onde estavam, sem que houvesse ameaças às propriedades vizinhas, (...) inclusive a Estação Experimental. A Brigada esteve ali por um período de alguns meses, não foi muito longo não. Pacificou um pouco os ânimos e veio a ordenação legal da ocupação (...) a coisa ficou mais harmonizada.

CCK – Quem era o Angelito que apoiou o movimento?

FDAB – O Angelito era um camarada de letras. Era letrado. Era um rábula de família com raízes em Taquari. Ele era Praia Irulegui. Este Praia é um nome de raízes, sobrinho do Adão Praia. O Angelito escrevia artigos em jornais, envolvido em movimentos sociais, elegeu-se vereador, como representante dos mais desvalidos. E com estas idéias mais sociais, de visão quase paternalista, ele liderou e de certa forma fomentou àquelas famílias originalmente alojadas no Campo do Estado. E que seria conveniente que viessem mais famílias para ocupar, enquanto houvesse disponibilidade. Ele de fato fez um trabalho, outras pessoas também, fomentando a vinda de famílias.

CCK - Sobre conhecimentos, instrução e tipo de agricultura...

FDAB – Vamos dizer o seguinte: o primeiro impulso era simplesmente ocupação e um pedaço de terra para plantar umas raízes de aipim, uns pés de milho e manter uma porca amarrada na sogá, no redor do rancho. Um pessoal sem visão de futuro, sem instrução, predominantemente descendentes de açorianos, portugueses, brasileiros...[Praticavam] uma agricultura de sobrevivência, sem muita perspectiva futura, nada de tecnologia. De gado extensivo, de má qualidade, nada que se destacasse...

CCK – Sobre o porto e meios de transporte...

FDAB – Porto Grande funcionou como porto enquanto a navegação funcionou. Aquilo ali era um porto de embarque e desembarque. Saíam alguns produtos da própria Fazenda Lemmertz. (...) A estrada [vicinal do Porto Grande] já existia, foi melhorada. (...) O traçado, com algumas correções, é o traçado atual.

CCK – As estradas internas, quem fez?

FDAB – O Brizola pôs no papel. Pelo que me lembro, posso estar equivocado também. Vamos tentar rememorar. Esta ocupação desordenada no Governo Brizola recebeu as primeiras providências de regularização e de presença oficial do Poder Público, ordenando os lotes de cada um com tanto, algumas estradas vicinais de acesso, algum aterro e drenagem. Aconteceram as primeiras providências.

CCK – Sobre as terras de Taquari ...

FDAB – Aqui é campo nativo. Algum caponete. Mata pesada nunca teve por aqui. Aqui tu conseguias alguns pés de louro, angico e tal, coisa secular extraviada dentro dos capões (...) cabriúva, açoita cavalo...

DEPOIMENTO (Excertos)

NOME: JENI CARVALHO JUNQUEIRA E JOSÉ BIZARRO JUNQUEIRA

Profissão: Agricultores.

Endereço: Lote Nº 24/UM – Campo do Estado.

Data do depoimento: 27 10 de maio de 2004, às 14:30 horas.

Local: Residência do casal

Nota: Trata-se da filha do pioneiro José Alves Carvalho, do lote 15/UM, que veio ainda menina para a Fazenda Lemmertz, hoje com 62 anos.

CCK – Vamos começar. Estamos aqui na presença de José Bizarro Junqueira e de dona Geni Alves Carvalho, ela filha de José Alves Carvalho, um dos pioneiros aqui deste assentamento chamado de Campo do Estado ou Fazenda Lemmertz. Não sei qual o nome mais usado?

JBJ - Mais usado, Campo do Estado.

Geni – No início era Fazenda Lemmertz. Agora é Campo do Estado.

CCK – Primeira questão: José Alves Carvalho veio de onde?

Geni – Veio do Aterrado.

CCK – Veio ele e tua mãe juntos?

Geni – Vieram todos. Eu vim com 12 anos.

CCK – Como ficaram sabendo desse Campo do Estado?

Geni – Ficamos sabendo por que o pessoal publicou. O pessoal assentado aqui e o meu falecido pai não tinham quase terra e viemos para cá também.

CCK – Lá ele tinha pouca terra?

Geni – Tinha. Tinha bem pouquinha terra. Plantava mais com os outros.

CCK – Plantava com terceiros “à meia”?

Geni – É a meia. Tinha atafona e tudo.

CCK – Ele era agricultor?

Geni – Toda vida ele foi.

CCK – Tua mãe também ajudou na lide rural?

Geni – Sempre.

CCK - Teve algum movimento para vir para cá, alguém organizou esse movimento?

Geni - Só eles mesmos. Ele e o sobrinho dele de lá também. E o falecido Angelito.

CCK – E o Angelito o que era?

LBJ – Ele era meio advogado. Ele não era advogado, ele não tinha diploma.

Geni – Ele encaminhava o pessoal para vir para cá.

LBJ – Ele encaminhava o pessoal para vir, ele era o Angelito Praia. Ele ajudava muito o povo daqui.

CCK – Em que ano vocês vieram para cá?

JBJ – Há 48 anos estamos aqui.

CCK – Tirando 48 anos, vai dar 1955.

Geni – Foi por aí.

CCK – O que começaram a plantar?

Geni – Ah. Aipim, mandioca. Nós plantávamos milho, feijão.

CCK – Para vender o que plantavam?

Geni – A maioria vendia milho.

CCK – E quantos balaaios de milho colhiam?

JBJ – Naquele tempo se colhia pouco porque eles plantavam milho comum, não existia esse Pioneer e Agroceres de hoje, que dá outro tanto. Duzentos, trezentos balaaios. É por aí, mais ou menos [representa 100 a 150 sacos].

CCK – apoiou a vinda para cá foi esse Dr. Angelito?

JBJ – Quem deu maior apoio foi ele.

CCK – E quem era contra?

JBJ – Ai, ai, ai! E quem era contra. Na Estação experimental tinha um que era contra. Acho que queriam tomar conta. Era o contrário que mandava a polícia.

Geni – Montava de noite as barracas. A polícia vinha de dia e desmanchava. Assim levou um tempo. Eles não venceram. Desmanchavam um dia e levantavam de noite. Aí desistiram.

CCK – CCK – A terra é boa?

JBJ – É boa. Isso era terra bem boa. Qualquer cantinho que plantava em roda da casa dava um mistério de coisas. Colhia batata, colhia batata inglesa, batata doce. Aí se plantava de tudo, cebola, tudo em volta da casa e colhia tudo.

CCK – Quanto à qualidade das terras. As terras daqui para lá (afastando-se da várzea do rio) são piores? Ou os assentamentos iniciais receberam terras melhores?

JBJ - Os de início pegaram as terras melhores.É batem mais enchentes.

CCK – E hoje não mora mais ninguém nessas terras?

Geni – Não. No baixo só plantamos.

CCK – Quando vocês vieram teus pais tinha o que de patrimônio?

Geni – Tinha uma carroça, uns boisinhos, vaquinha de leite e um animal cavalari.

CCK – Você acha que seu pai aqui melhorou?

Geni – Progrediu. Arrumou o que tinha aqui. Construiu a casa, não era boa, mas tinha sua casinha. Comprou mais um pedacinho de terra aqui em cima [em área não sujeitas a enchentes].

CCK – O que ele conhecia de agricultura?

JBJ – Máquinas só a manual. Nem as plantadeiras ruins que nos temos hoje ele conhecia. Tinha os bois, o aradinho e a grade. Por fim é que comprou o disco.

CCK – E produzia para vender praticamente só o milho?

JBJ – Sim, o milho. Colhia em torno de 300 balaaios [150 sacos].

CCK – E vocês colhem hoje quanto?

JBJ – Uns 600 balaaios. Este ano não deu por causa da enchente.

CCK –Inicialmente como eram estas terras?

JBJ/Geni – Já tinham sido hortadas. Tinha grama. Estas terras na beira do rio já eram plantadas por alguém da Estação Experimental. Quando eles vieram invadir algum empregado já plantava uma malha.

CCK – O que a comunidade naquela época construiu? Construíram alguma coisa em conjunto?

JBJ/Geni – Não. Até hoje não. Esta união nunca teve. Tinha um posto de saúde, tinha médico, tinha tudo. Mas foi do falecido João Ricardo [administrador do Núcleo], o da agricultura.

CCK – E a regularização das terras foi feita quando?

JBJ - Foi o Brizola. Aí quando eu criei o primeiro filho, eu levava nas costas. Ela (a Geni) ia a cavalo e eu ia a pé. Quando eu cansava, ela pegava. O mais velho era muito doente. Só de a cavalo. Chegava de manhã a Taquari, quando o médico dava alta e às duas horas da tarde tinha que voltar, de novo a pé. Não dava para entrar auto, só a pé, de boi ou a cavalo.

CCK – a instrução que teu pai tinha?

Geni – Sabia ler.

CCK – Aprendeu onde?

Geni – Não sei bem, mas no Aterrado.

CCK – Seus avós eram de onde? Eles sabiam ler?

Geni – Também do Aterrado, e assinavam o nome.

CCK - Eram agricultores?

Geni – Eram também.

CCK - E a agricultora lá era como?

Geni – É na base da mandioca e tinha atafona.

CCK – Seus pais e avós, como trabalhavam, o que o marido fazia e o que a mulher fazia?

Geni – Na atafona trabalhava o pai e tinha um irmão. Trabalhavam juntos. Minha mãe costurava para fora. Tinha uma maquinazinha, fazia casacos, fazia calças. Trabalhavam assim todos juntos.

CCK – Naquele tempo já se trabalhava com adubos?

Geni – Naquele tempo não.

CCK – E as sementes?

JBJ/Geni – Eram feitas em casa. O pai fazia. Na colheita escolhiam as melhores para se utilizar como sementes.

CCK – E seu pai se queixava de algo que não dava certo?

Geni – Meu pai era uma pessoa que nunca se queixava de nada. Ele nunca clamava. Ele podia estar passando trabalho, mas ele nunca clamava. Era uma pessoa assim que nunca reclamava mesmo quando não tinha dinheiro. Tudo estava bom para ele. Minha mãe já era mais geniosa, mais medonha. Faz seis meses que faleceu.

CCK – Para seu pai, ele achava que aqui deu certo?

Geni – Para ele estava muito bom. Adorava isto aqui. Trouxe outro filho e também um genro e todos ficavam aí na volta. Ele adorou esta terra aqui.

CCK – Vocês acham que seu pai deu certo aqui. Por que os outros não acertaram?

JBJ/Geni – Alguns não deram certo porque não queriam muita obrigação. Teve gente que via melhora indo para a cidade e quando se arrependeram na cidade, já não dava mais para voltar, porque venderam as terras, os bois, o arado. Venderam

todo o material e quando viram, estavam só com a casa e o terreno [na cidade].

CCK –Esse pessoal tinha iniciativa? Determinavam-se?

BJJ – Muitos não tinham este tipo de coisa. Vou trabalhar hoje, amanhã não preciso trabalhar. Aí a SATIPEL entrou pagando bem, venderam as terras e foram embora.

CCK – O que estão plantando hoje?

BJJ – Milho, feijão, cana ... Para venda milho. Gado assim quando sobra e o feijão quando sobra. Este ano não deu nem para o gasto. A gente vai no Banco para plantar milho. A renda mesmo é da venda de milho e para pagar o banco. Agora o banco não perdoa mais. Tinha época que perdoava.

CCK – Em que época você começou a trabalhar com o banco?

LBJ – Com o Banco do Brasil desde quando ele veio para Taquari (no ano de 1968). A maioria das vezes eu ia fazer a proposta.

Geni – Eu é que ia assinar, pois ele não sabia ler.

LBJ – O Banco do Brasil naquela época ajudava muita gente. Se a gente perdesse (lavouras) eles davam uma parte ou prorrogavam a dívida. Agora se você for lá e tira chega na época de pagar, tem que pagar.

CCK – A origem de vocês é portuguesa açoriana?

Geni – É açoriana.

CCK – Qual o santo mais venerado por aqui?

Geni – Aqui agora é a Nossa Senhora de Assunção.

CCK – Lembra de outro santo venerado antes?

LBJ – Nossa Senhora da Conceição. Se fazia festa para a Nossa Senhora da Conceição. Tinha um salãozinho, como morador em cima e se fazia um bailezinho para nós. Se fazia festa para Nossa Senhora da Conceição.

CCK – Da família de vocês todos ficaram na agricultura?

Geni – Foi.

CCK – Muito bem. Por hoje seria só. Agradeço muito a participação de vocês e gostaria de ter, desde já, a autorização de utilizar este material para fins de trabalho na Universidade.

LBJ/Geni – De acordo. Pode usar o material.

CCK – OK e obrigado.

DEPOIMENTO (Excertos)

NOME: GENIS MUXFELD

Profissão: Engenheiro Agrônomo funcionário do Estado. Hoje Diretor da Estação Experimental de Pomicultura de Taquari.

Endereço: Taquari (RS).

Data: 10 de maio de 2003, às 16 horas.

Local: Residência do titular em Taquari.

CCK – Estamos aqui na presença do agrônomo Genis Muxfeld, que teve uma participação direta no assentamento conhecido como Campo do Estado ou nome oficial Fazenda Lemmertz.

GM – Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz.

CCK –Primeira colocação. Como você chegou na Fazenda Lemmertz.

GM – Eu fui contratado pelo Governo do Estado no ano de 1969, para fazer um serviço de assistência técnica aos núcleos agrícolas do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, que existiam no Estado, onde a Fazenda Lemmertz fazia parte. Então eu vim para Taquari, em janeiro de 1969, para instalarmos dentro do núcleo um projeto de aproveitamento das terras, que eram consideradas terras ácidas, terras baixas que não tinham aproveitamento, para fazer uma lavoura demonstrativa de soja, da cultura de soja. E foi a razão de minha vinda. Então era um núcleo ainda novo, estava iniciando. Consta que foi instalado no tempo do governo Brizola, entre os anos de 58 e 62 e eu vim trabalhar no ano de 1969.

CCK –Neste assentamento, houve um movimento, alguém liderou o movimento desses assentados, como isso aconteceu, tem notícias disso?

GM – É, existia na beira do rio o que eles chamavam de assentamento numero UM, que foi anterior. Data lá início dos anos 50. Depois esta outra área ficou como uma área devoluta, que era dentro da Fazenda Lemmertz e aí os colonos sem terra que eram de Taquari, fizeram um movimento e foram até o Governo do Estado e nesse tempo em contato com o Governador, lá no palácio Piratini, eles pleitearam o aproveitamento dessa terra para se fazer de novo, o que se chamou o segundo loteamento da Fazenda Lemmertz. Foram 52 famílias originalmente instaladas dentro desse loteamento da área DOIS, da Fazenda Lemmertz.

CCK – E foi no Governo de Leonel Brizola?

GM – Esta instalação do segundo loteamento foi no governo Leonel Brizola.

CCK – Esses posseiros ou assentados, qual a origem deles?

GM – Eram todos gente oriunda de Taquari. A grande maioria era gente aqui de Taquari, vinda da região, era gente que estava precisando, queriam terras, não tinham terras. Então se organizaram numa comissão e foram até o governador do Estado. Eu me lembro que quando eu vim trabalhar, eu gostava muito de bater papo com aqueles antigos, os primeiros que lideraram esse movimento e a gente tomando chimarrão na beira do Fonte Grande, lá do arroio que fazia limite da Fazenda Lemmertz com a Fazenda Lengler, e estes contavam esta visita ao Piratini onde eles foram reivindicar a cessão dessas terras, que foi conseguida durante este governo do Brizola.

CCK – Você colocou que as terras eram ácidas...

GM – Eram terras de várzea, terras sujeitas à enchente, e geralmente a acidez é uma característica deste tipo de solo.

CCK – Consta de um relatório, inclusive do Instituto de Terras, que as terras não eram de boa fertilidade, isso confere? Pelo depoimento de assentados, eles parecem não ter a mesma visão?

GM – É porque na realidade como elas eram terras sujeitas a enchentes, eram terras de várzea, eram terras que não se prestavam para um tipo de cultura, elas ficaram sendo consideradas como terras de baixa fertilidade. Na realidade nosso projeto original previa drenagem. Foram construídos canais de drenagem para fazer secar alguns daqueles lotes. Depois que eles estavam secos, então a gente começou a trabalhar. Foi feito um serviço de recuperação do solo, da acidez do solo através de calagem, uma aplicação muito grande de calcário e a correção, também, na base de elementos que a análise de solo, que se fez, apresentavam deficiências. Principalmente na base de fosfato. E em cima dessa correção nas iniciamos uma lavoura demonstrativa de soja, para mudar aquele enfoque que eram terras de baixa fertilidade. Nós temos dados que durante as colheitas de 1970 até 1972, quando o projeto se encerrou. Nós tínhamos em nossas lavouras demonstrativas de soja, nos alcançamos produtividade maior que a média das lavouras de soja do Estado. Inclusive de zonas que são indicativas, que se prestam para este tipo de cultura, nós superamos a média, nestas áreas que eram consideradas inférteis.

CCK - Estes assentados, eles trouxeram algum equipamento quando vieram, tinham algum patrimônio, tinham recursos?

GM – Não. Eles foram instalados e ali e ficou cada um por sua conta. Então quando chegamos em 1969 para trabalhar, o que eles tinham era junta de bois. Eles preparavam as suas lavouras com a junta de bois. O trator que nós tínhamos para preparar era do IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária. E uma coisa bonita que havia é que as lavouras eram colhidas com trilhadeiras estacionárias. Praticamente absorvia toda a mão de obra daqueles colonos, que trabalhavam para este projeto dessas lavouras demonstrativas. A maneira que nós tínhamos para colher estas lavouras era com foice, tínhamos que emedar em medas para ficar secando, depois era transportado em carroças com junta de bois, era passado nessas trilhadeiras estacionárias, com rendimento muito baixo. A gente conseguia produzir 40 a 50 sacos por dia, que depois eram recolhidos para os galpões na sede do Núcleo Agrícola. Este pessoal trabalhava tanto na foice, como na meda da colheita, como no transporte em carretas, no recolhimento. Nós absorvemos praticamente todo aquele pessoal. Neste tempo de lavoura, todo o mundo tinha serviço.

CCK – Qual o nível de conhecimento desses assentados. Por partes: de adubação, correção de solos...

GM – Nada. Não tinham nenhum conhecimento. A gente veio aqui para transmitir para eles esses conhecimentos e tentar mudar esta conceituação de que as terras não eram férteis. Hoje, quando tu disseste que este enfoque não é dos remanescentes, mas eles na época achavam que naquelas terras não daria soja.

Então quando começamos as reuniões, em que a idéia era introduzir uma lavoura de soja dentro do loteamento da área da colonização, nós recebemos muita resistência por parte dos moradores. Depois muitos deles mudaram e admitiram a cultura, até porque junto com a drenagem e a correção, a terra se tornou também próprias para o cultivo de milho. E esta era uma cultura mais tradicional e eles não plantavam porque era várzea. Mas na hora em que fizemos as correções do terreno, muita gente fazia suas lavourinhas de milho com alta produtividade.

CCK – Questões de irrigação, máquinas e sua utilização, o conhecimento também era pouco?

GM – Pouco, quase nulo.

CCK – Como estava organizado o trabalho familiar?

GM – (...) Na realidade eles viviam dentro de uma cultura tradicional e a agricultura familiar deles, trabalhavam nessa culturinhas de subsistência e a grande maioria trabalhava nas lavouras de arroz das adjacências. Tinha as lavouras dos Haussen, tinha lavouras do Asilo... Eles ajudavam a fazer a lavoura, ajudavam na construção das taipas e também na colheita feita, na época, a foice, com transporte em carretas. Então, na realidade, eles viviam disso, trabalhando para os lindeiros.

CCK – Prestavam serviços e na propriedade desenvolviam culturas de manutenção?

GM – De manutenção. Inclusive deixando de plantar. Só a título de ilustração, para ver como era a mentalidade. Perto do Núcleo onde morava, que era na parte mais alta protegida das enchentes, tinha moradores que ficavam em terras não tão altas, e um dia falando com um morador em frente, e ele tinha um pomar, mas com as plantas muito próximas umas das outras, e eu contestava dizendo que o distanciamento não estava correto, mas ele disse que a gente não planta para isso. Sabe para o que é, é para usar como latrina, patente. Eles plantavam um foco de árvores para fazerem suas necessidades. Recorriam para aquele bosque. Não tinham nem aquela noção mínima de higiene.

CCK – Em grupo. Algum empreendimento que eles fizeram em conjunto? Tiveram a iniciativa de fazer a exemplo das colônias alemãs, uma escola, paróquia, igreja?

GM – Não. Tudo que aconteceu lá foi origem do Estado. Existia lá uma escola, que era do Estado, colocada pelo Estado. Não existia igreja. A gente levava, às vezes, o padre e a missa se realizava na sede do Núcleo. Os clubes de serviço da cidade Lions e Rotary faziam o natal das crianças, levavam brinquedos tal e faziam a distribuição de lanches. Era um dia festivo para aquela comunidade, principalmente para as crianças, mas não era nada liderado por eles, porque não tinham este sentimento de coletividade. Não tinham.

Inclusive, nesse tempo que eu estive lá, nós construímos um estádio de futebol. O que é a construção de um estádio de futebol. Fizemos uma drenagem, construímos as goleiras de eucalipto e eu ainda, aí foi escolhida uma rainha, foi feito um time e na hora da escolha do time e da cor da camiseta, eu dei a idéia: olha, se vocês chamarem este time de “ouro-verde”, em homenagem a cultura de soja, fazendo em homenagem, também, a um time de futebol que eu joguei na minha terra, lá em homenagem a erva mate e aqui a lavoura de soja, eu dou a bola e as camisetas.

Então, foi a primeira coisa que aconteceu no sentido coletivo. Foi a fundação deste time que depois representou até um núcleo social, porque eles fizeram um baile para a escolha da rainha, eles fizeram rifa para a compra de material esportivo e aquilo ali pode ter sido até um embrião. Muirta gente da cidade virou atleta do “ouro-verde”. O time do Campo do Estado é falado até hoje, entre aqueles antigos que jogavam bola e iam jogar lá.

CCK – Já que se trata de assunto de trabalho conjunto, podia-se dizer que este pessoal tinha algum espírito empreendedor?

GM – Não. Não tinham. Alguma liderança tomou a iniciativa de ir até o governo do Estado para reivindicar estas terras. Estas lideranças daqui a pouco poderiam ter centralizado neles algum espírito empreendedor. Mas, ao mesmo tempo em que eles tomaram conta da terra, algum outro tipo de movimento de pudesse congregar os a todos com uma finalidade, durante todo este tempo não apareceu.

CCK – Desse grupo quem você trabalhou, são 52 assentados. Algum filho, ou algum assentado evoluiu para outra atividade?

GM – Eu posso dizer (...) que alguns colonos se dedicaram a avicultura, construíram galpões grandes, através de financiamento da própria Avipal e prosperaram neste ramo com produção de frangos.(...) Hoje, por exemplo, a maior granja produtora de ovos do município a “Avicampo”, que produz uma barbaridade de ovos, está instalada lá dentro. Mas é um empreendimento do pessoal que comprou os lotes e instalaram o projeto de aves poedeiras. Colhem hoje uma coisa assim de 500 dúzias dia. Eles distribuem ovos para todo o Rio Grande, essa Avicampo.

CCK – Mas é gente não oriunda...

GM – Mas é gente não oriunda do projeto original. É gente que comprou os lotes e instalou isso.

CCK – A que você atribui, por exemplo, que sobrou somente meia dúzia lá, considerando essa meia dúzia como bem sucedida. Qual a razão do insucesso do empreendimento?

GM - Eu não estava na origem quando foi feita a seleção para distribuição dos lotes, mas eu acho que a identificação como colono, com gente de tradição na agricultura. Na realidade o pessoal pegou esta gente que estava marginalizada na cidade, que não era gente de campo. Então este pessoal ganhou os lotes, morou lá por um tempo, mas buscavam atividades fora, não na exploração da própria terra, até porque inicialmente a terra não se prestava para essa finalidade... e tão logo que puderam vender a terra vieram embora.

CCK – Bom, agradeço muito tua participação e já queria desde logo a tua autorização para que a gente possa usar este material para o trabalho de história da PUC. Posteriormente nós vamos transcrever isto aqui e pegar um visto teu.

GM – Está à disposição Krakhecke para qualquer coisa que tenha ficado pouco claro, informações ainda daquele tempo. Só finalizando, eu era técnico da Divisão de Colonização do INCRA, prestava este tipo de assistência aqui no Núcleo Fazenda Lemmertz e nós prestávamos assistência similar ao Núcleo de Reforma Agrária do Banhado do Colégio, em Camaquã, que foi um projeto que deu certo.

Prestamos assistência também ao Núcleo da Fazenda Sarandi, também completamente diferente. A questão da cultura dos assentados de lá com os daqui. Tivemos também na Lagoa Negra, que fica em Itapoã em Viamão. Ibirapuitan que fica no Alegrete. Fico a tua disposição. Pode fazer o uso necessário em tua defesa de tese dentro da idéia que estas formatando. Mas se precisares de algum tipo de informação daquele tempo, volte.

DEPOIMENTO (Excertos)

NOME: JOSÉ DE SOUZA BORBA

Profissão: Agricultor e Funcionário da Estação Experimental, hoje aposentado.

Endereço: Lote Nº 25, assentamento “UM” (anterior a 1988).
Bairro Coqueiros, Taquari (atual).

Data: 02 de julho de 2004, às 16 horas.

Local: Residência do titular no bairro Coqueiros.

CCK – Como você chegou no Campo do Estado?

JSB – Ora, havia anos que se falava que o Estado tinha esta terra e queria vender. Meu pai foi lá e separou um lote daqueles de 50 hectares para nós, para ele e meu cunhado. (...) Faz muitos anos, e aí fizeram uma reunião (...) já que não liberam esta terra para vender e os fazendeiros tinham tomado conta, e se os fazendeiros podem tomar conta para criar gado vocês podem tomar conta para plantar, criar os filhos... Aí o povo foi para lá de noite, eu não estava junto.

CCK – E as dificuldades?

JSB – Hii... Nós passamos fome. Era trabalhar (...) Uns me deram muita mão como o Willi e o Hugo Lengler [da Fazenda Lengler, lindeira ao Campo do Estado], eu era muito conhecido deles (...) fui lá pedir serviço, trabalhava um pouquinho na roça e tinha que me empregar. Aí ia para lá ajudava na lavração, acareação, todo e qualquer serviço, sempre com os bois, tirando lenha para fora, levando para o forno. Lavrando para plantar milho, plantar acácia e eucalipto. (...) Trabalhamos oito dias com o falecido Hugo e vinha trabalhar, mas um tanto, para mim. Assim fui levando, se trabalho matasse eu já era morto há muito tempo.

CCK – Tinha comércio?

JSB – Não tinha. (...) Certa vez, depois de criar uma ninhada de frangos, trouxe nove frangos para vender para comprar umas roupinhas para as crianças. Não vendemos nenhum e na volta para casa morreram dois (...) arrancar batatas, cansamos de trazer um saco de batatas, um balaio de aipim, um saco de milho para vender, para comprar umas roupinhas. (...) Certa vez trouxe dez sacos de milho que debulhei com todo o sacrifício, para vender e fazer o rancho. (...) Eu tinha um homem abençoado que era o Zé Dorneles e eu negociava com ele. Dizia, traz o aipim, o milho que eu vendo. Cheguei lá e o Zé Dorneles não estava. Estava o genro que disse: não, eu não quero milho.

CCK – Porque tanta gente desistiu?

JSB – Ora porque não existia ajuda. Trabalhavam, mas para o senhor ver. Eu vou lhe dizer uma coisa, eram tantos os sacrifícios. (...) Nós criávamos um porquinho, criava galinhas...

CCK – Não ficou meio isolado, ali no meio das fazendas...

JSB - Sim ficou. Uma parte o Porto Grande, o Schtrohschoen, os Lengler e nós no meio. Sem estradas, sem ponte. Agora que o Prefeito fez aquela ponte [a nova ponte sobre o Fonte Grande, mais ao Norte]. Mas de primeiro se estava lá em baixo e desse uma chuva tinha que apurar senão não passava mais ali.

CCK – Naquele tempo vocês se reuniam aonde?

JSB – Naquele tempo a gente passeava de carreta (...) ia lá passear no compadre, as vezes de noite.

CCK – O que fazia antes?

JSB – Trabalhava no Asilo. Fazia de tudo.

CCK – E quando saiu de lá?

JSB – Eu acho que foi em 1988. Em 1988 me mudei para cá.(...) Em 1966 eu entrei para o Estado. Trabalhei 22 anos lá em baixo e me mudei para cá, e em 1996 me aposentei.

CCK – Eu tenho aqui 26 da primeira turma. Tenho que o Cravelino tinha vendido, o estava do lado era o Duarte...

JSB – Também vendeu, o João Francisco de Souza também vendeu.

CCK – Este pessoal vendeu antes de você ir para a Estação em 1966?

JSB – Não. Os primeiros que venderam foram o Mazoca e o Cravelino. Venderam antes de ir para a Estação. Depois foram indo...

CCK – O do segundo assentamento?

JSB – Foram saindo devagar.

CCK – Porque pararam com o leite? (vendia anteriormente).

JSB – Por que não deu mais. Quando nós começamos a vender, fazendo uma comparação, o quilo de leite estava 30 eles pagavam 20, depois estava a 30 e nos pagavam 10... (...) a camionete chegava às 4 horas e não esperava ninguém (...) Não queriam trocar o horário, para não chegar em Montenegro muito tarde...

DEPOIMENTO (Excertos)

NOME: JOSÉ DE SOUZA LIMA

Profissão: Agricultor e aposentado rural.

Endereço: Nº 29, assentamento "DOIS".
Bairro Coqueiros, Taquari (atual).

Data: 11 de maio de 2004, às 16 horas.

Local: Residência no bairro Coqueiros.

CCK – Você foi um dos primeiros a chegar neste assentamento ["DOIS"]. Não comprou de ninguém?

JSL – Não, sou o primeiro proprietário.

CCK – Chegou a plantar arroz aqui e quem construiu os condutos da água?

JSL – Sim. Os condutos foram construídos pelo Estado, nas nós nunca usamos. Nós pegávamos as conduções [da água] que o Fábio Haussen fez.

CCK – E este Modesto Rodrigues Machado [assentado vizinho] não foi um dos braços direito do Fábio?

JSL – Era o capataz geral dele. Entendia bastante de lavouras de arroz.

CCK – Puxavam água do Fonte Grande e levavam a água até a lavoura, como?

JSL – Sim, eu que ajudava ele [o Modesto] a construir [os condutos], tudo a muque. Não existia retro-escavadeira].

CCK – E o arroz dava bem aqui?

JSL – Dava. Na época se colhia 100 sacos de arroz por quadra, era muito. Hoje estão colhendo 300. Era tudo colhido na foice, carregado de carreta de boi e levava para a trilhadeira. Chegava a ter 20 carreteiros puxando para a trilhadeira.

CCK – Você veio lá do Patronato. Teu pai, tu tinhas terra?

JSL – Não. Não tinha. Trabalhávamos com os padres, certa época e depois com o Adão Praia, cortando este dito mato. Estivemos ali uns oito anos. (...) Era uma área defronte o Patronato.

CCK – Como chegaram aqui na Fazenda Lemmertz?

JSL – Nós viemos, esse pessoal estava se acampando, querendo essa terra e nós entramos junto por que o meu tio já estava aqui. Nos 25 lá de baixo [assentamento "UM"], o Janga [João Lopes da Rosa, do lote 5]. A gente ia lá e estava meio por dentro da história.

CCK – E o Angelito, o doutor?

JSL – A Angelito Praia. Era sobrinho do Adão Praia [farmacêutico e proprietário rural, pessoa muito conhecida e estimada na cidade]. A mãe dele era irmã. Ele era assim um jornalista, uma pessoa inteligente. Ele ajudava e ia com nós a Porto Alegre, por que tinha cara que ir a Porto Alegre era o maior bicho do mundo. (...) Quem atendia nós era o Cândido Norberto e o Paulo Rabelo. Era muito bom. Às vezes nós não tinha dinheiro para a volta e ele nos dava. O Paulo Rabelo comprava as passagens.

CCK – E as enchentes?

JSL – Não chegava [no seu lote]. Dizem que a de 1941 chegou.

CCK – Esta propriedade urbana [casa no bairro Coqueiros] comprou com dinheiro da roça?

JSL – Com dinheiro da roça de lá. Eu acho até, se não fosse o problema de não ter colégio para meus filhos, eu estaria melhor se tivesse ficado lá. Eu teria comprado muita terra, Mas eu tive que vir para cá, tive que trabalhar de escravo de relógio... Eu também tinha profissão, era carpinteiro e saia por aí nessas obras que davam mais.(...) Acho que se tivesse ficado com meus filhos teria me dado muito melhor. Teria hoje uns 100 hectares de terras.

CCK – Porque as pessoas desistiam?

JSL – Uns foram por necessidade. Nós tínhamos que cuidar da mãe [doente]. A mãe adoeceu primeiramente. Aí [seu pai, também assentado] veio para a Estação, que tinha lpe. O Valdi, meu vizinho, vendeu por que nunca trabalhou. (...) Ele vivia só de coisinhas, queria que os outros plantassem com ele, mas as terras já eram fracas, o cara tinha que lutar só para ele, com uma mão só não tinha condições. Depois do Valdi tinha o Darci Vieira Lopes que também tinha a terra só por ter. Não plantava nada, a maior parte do tempo ele trabalhava para o Juca Mallmann (...) [dificuldades] Uma televisão a gente não tinha, um rádio a gente não tinha, nem condições de comprar. Então imagina, comprei um rádio em 1970.

CCK – Porque ninguém comprou trator?

JSL – Eu acho, pelo menos a gente não tinha condições. (...) Eu acho que nós não tínhamos direito ao financiamento. (...) Nós não tínhamos a terra para dar em garantia.

CCK – O pessoal não se juntou para fazer alguma coisa? [assunto era os condutos de água].

JSL – Não. Pouca união existia. Cada um para si.

CCK – Ninguém pensou em iniciar outra atividade?

JSL – A gente não tinha dinheiro nem para sair, nem tempo para ver as coisas. E o pessoal do Governo pouco auxiliava a gente. (...) Pensei em ir para lá [voltar] e colocar um aviário, mas teria que ir sozinho já que a mulher teria que ficar na cidade com os filhos...(...) O ônibus às vezes ia, às vezes não ia, por que não tinha estrada e ficava atolado ali pela Fazenda Lengler, e ela [a filha] chegava pela uma hora da tarde (...) fazia toda a volta a pé, com fome e sem colégio.

CCK – Tu tinhas vacas?

JSL – Eu vendia leite, a Lacesa puxava. Vendia 30 quilos por dia, (...) depois para a Corlac de Montenegro. Criava porco que vendia para os picaretas que carneavam por aí.

CCK – Não faltou iniciativa?

JSL – Tinha pessoas destas aí que não tinham iniciativa, não tinham firmeza das coisas que faziam. Veja o caso desse Manoel José. É um cara que comprou esse

lote do lado [chegou a ter dois lotes], por que era um cara trabalhador. Nós dois sempre botamos o peito n'água. E esse dinheirinho que dizem que emprestou e ninguém pagou, isso foi tudo no braço. Ninguém deu nada, os pais não tinham nada.

CCK – Vocês não ficavam isolados?

JSL – Quando tinha que vir a cidade era difícil. Tinha que vir no banco, fazer umas compras. Senão vinha no boteco e fazia aquelas comprinhas e ia embora. Quando começou a folgar mais, comprava meio saco disso, meio saco daquilo, aí já vinha de mês em mês. A mulher vinha quando precisava algum remédio. (...) Eu com minha filhinha doente e a mulher com outro caso, eu montei a cavalo a meia noite. Estrada não tinha, só estava demarcada, era tudo no casco de cavalo e roda de carreta. Atravessando tudo, não tinha cercas, cheguei no posto, amarrei o cavalo, aí fiquei esperando. Às oito horas, uma velhona grisalha meteu a cara numa janela e disse “olha o doutor não vem hoje, só amanhã”. E aí eu de volta com ela precisando do médico e eu não tinha dinheiro...

DEPOIMENTO (Excertos)

NOME: JOSÉ VALMIR MARTINS

Profissão: Atualmente comerciante. Foi sócio e administrador das lavouras de arroz cultivadas na Fazenda Lemmertz e arredores.

Endereço: Triunfo (RS).

Data: 19 de maio de 2004, às 16 horas.

Local: No estabelecimento comercial do titular, em Triunfo (RS).

CCK – Como você chegou na Fazenda Lemmertz?

JVM – Chegamos lá à procura de áreas de terras de arroz para plantar. Taquari é um município com áreas que não são muito propícias [para lavouras de arroz], e são poucas as áreas. E uma que achamos viável para o plantio foi essa área. Nos alojamos aí para plantar arroz.

CCK – Temos uma avaliação do Estado que estas terras não eram boas. Isso confere?

JVM – [aqui se refere às terras do assentamento “DOIS”] Olha, a terra para certas culturas não era própria. Precisava de uma correção de solo muito grande. Para o arroz não é tão necessário, que por si próprio e com a água ele corrige para as necessidades dele. Para o plantio de mato de eucalipto também é própria. É uma área [para os demais cultivos] que precisava de um investimento muito grande em esgoto e o preparo envolvia uma despesa muito grande.(...) Aqui é mais baixo [comparando com as terras de origem]. Para mandioca e uma porção de culturas não se prestam, a não ser que se tivesse feito uma drenagem muita bem feita, uma correção de solo, aí sim. (...) Nós construímos duas barragens, mais uma no Asilo Pella e Bethânia (...) se tornou viável porque nos tínhamos uma certa estrutura, mais ou menos apropriada para isso.

CCK – E as terras perto do rio? [do assentamento UM]

JVM – São terras fortes. Ali dá. O que se plantar ali dá. É uma área que tem muito mais condições de ser cultivada, que as outras aqui de cima.[DOIS].

CCK – Qual o nível de conhecimento desses colonos?

JVM – E esses colonos que foram para lá sem condições, sem recursos, sem financiamento, sem conhecimento, sem técnica nenhuma, não conseguem tocar nada.

CCK – Financiamento na época era abundante, para trator, correção de solos, onde está o nó da questão?

JVM – Não sei. Talvez um pouco de comodismo deles. Falta de conhecimento. Não é como hoje que tem televisão (...) tudo que é benefício você sabe e naquela época não existia nada. Socados lá naquele fundão, ficaram esperando que alguma coisa caísse do céu...

CCK – Porque ninguém imitou o Fruhauf? [empreendedor do ramo avícola, que começou com um galpão, e hoje os descendentes são grandes produtores de ovos, a Avicampo].

JVM – Um pouco por falta de iniciativa e falta de financiamento. Qualquer coisa hoje se não tiver financiamento não vai. (...) O João [da Rosa Duarte, do lote 12/DOIS], este rapaz sem recursos, trabalhador, mas não se administra, precisa de um patrão

para se determinar. Era um empregado que nunca faltava ao serviço, mas não tinha iniciativa. Por conta própria não progride, mas se manteve.

CCK – Como eram feitos os arrendamentos?

JVM – Eles arrendavam numa boa. Eles é que nos procuravam para arrendar. Quase todos trabalhavam para nós, os pais, os filhos...

CCK – Quando vocês compraram máquina colheitadeira para a lavoura de arroz?

JVN – Não posso afirmar com absoluta firmeza, mas deve ter sido no ano de 1976.

DEPOIMENTO (Excertos)

NOME: MANOEL SILVEIRA DE ARAÚJO

Profissão: Agricultor.

Endereço: Lote Nº 39, assentamento DOIS, Núcleo Agrícola Estadual Fazenda Lemmertz.

Data: 02 de julho de 2004, às 10 horas.

Local: Residência do depoente.

CCK – Você não foi um dos pioneiros?

MAS – Não. Vim mais tarde, vim com a família.

CCK – São poucos os que vieram sozinhos...

MAS – Nem entrava. Solteiro nem entrava, hoje entra.

CCK – Você comprou?

MAS – De João Cândido de Castro, meu cunhado que foi para a cidade. (...) isto aqui nasceu com o Brizola [assentamento “DOIS”]. Tem gente que nem recebeu a escritura e passou adiante [caso do seu cunhado].

CCK – Qual o sistema que o Fábio [plantador de arroz] trabalhava?

MAS – Era por percentagem. Muita gente trabalhava. Não tinha essas colheitadeiras, era com bois, era cortada a foice. Precisava de 100 a 150 pessoas para cortar e trilhar. Eu trabalhava com eles, eu nasci na roça. Eu planava também. Não tinha sábado, domingo, dia de chuva...

CCK – Plantava arroz?

MAS – Plantei também. Eu mesmo plantei. Alguns também plantaram [por conta própria].

Este aí da frente, o Osório. (...) os demais em parceria com o Fábio.

CCK – Aqui você chegou a fazer correção de solo?

MAS – Eu queria plantar um canto, fazia a análise pra botar um calcário para corrigir a acidez da terra. Botei calcário. Dá resultado. (...) Esta região não era boa para milho por causa da umidade. Eu colho milho, eu planto numa parte mais alta.

CCK – Problema maior. Acidez ou drenagem?

MAS – Esta terra não é ruim. Pior dela é a acidez. Corrigindo a acidez vai embora. Para o pequeno, você vê bem, como é que hoje vamos comprar um saco de adubo, com o preço que está. Por isso que o pequeno não planta quase. O saco de adubo custa quase 50 pila hoje. Uma tonelada de calcário, conforme a terra vai num cantinho... Tudo dá despesa. O banco, para você tirar um dinheiro é um sacrifício. Eu venho lutando há dois anos para tirar um financiamento, através da Emater. Não consigo. Às vezes tem que ser em grupo. Você não arrumava um grupo que dê certo, em grupo é tudo amarrado. Eu tenho contrato com o Banco do Brasil desde que era em Montenegro [antes de 1968] e sempre fui certinho, nunca precisei de grupo.

CCK – E aqui, o que o grupo fez? Construiu alguma igreja, cemitério...

MAS – Nada fez.

CCK – Ninguém quis comprar trator na época [1960]?

MAS – Na época era tudo arroz. Plantava tudo a boi. No serviço da granja [lavouras de arroz dos irmãos Haussen] a maioria dos serviços era a boi. (...) também tenho até carteira assinada pelo Haussen. (...)

CCK – Você veio da região do Aterrado. Estas terras aqui são melhores?

MAS – Ora, eu acho que são. Como dizem os broncos [referindo-se as terras do Aterrado] só dá barba de bode na linha. O próprio gado aqui se dá bem.

CCK – O que vende hoje?

MAS – Vendemos queijo, leite. Plantamos mato para terceiros. Fazemos mudas [acácia e eucalipto].

DEPOIMENTO (Excertos)

NOME: NELSON MIGUEL DE OLIVEIRA

Profissão: Agricultor e explora pequeno comércio.

Idade: 62 anos.

Endereço: Lote 6/DOIS – Campo do Estado, Taquari (RS).

Data: 29.08.2004 e 23.09.2004, ambas às 9 horas.

Local: Estabelecimento do titular.

Nota: O depoente prestou praticamente todas as informações sobre origem, atividades, o destino final dos assentados e outras, contidas nos Anexos 1 e 2. Chegou ainda moço no assentamento e acompanhou praticamente toda movimentação dos que aqui se instalaram. Veio acompanhando seu pai Osvaldo Miguel de Oliveira (lote 49/DOIS). As informações aqui contidas apareceram em meio ao que podemos chamar de cadastramento dos posseiros agricultores.

CCK – Depois do primeiro assentamento, deu uma parada ou continuaram as invasões?

NMO – Deu uma paradinha, mas o pessoal começou a fazer uns ranchinhos, umas casinhas. A polícia vinha e derrubava, aí parava um pouco. Aí vinham outros e aí foi indo, foi indo...(...) Aí foi que o Angelito entrou. Nós no começo não ganhamos a terra aqui. Fazia as lavourinhas, mas não trazia a família. Quando resolvemos a vir todo mundo trouxe os filhos (...) meu pai veio com os filhos. Veio o falecido Pedro com a filharada, outro Pedro, o Couto veio com os filhos (...) Antes fazia uma gaiutinha e a polícia vinha e queimava, aí quando veio com os filhos a polícia não pode mexer.

CCK – Quem não tinha interesse que vocês viessem?

NMO – Ah, isso eram muitos. O pessoal todo de fora não queria que nós viéssemos. O pessoal do Porto Grande [fazendeiros próximos], o pessoal da Estação. Os empregados da Estação pegavam um gado junto ao da Estação e colocava de graça. A Estação pagava a vacina, pagava o empregado para cuidar do gado deles mesmos. (...) Esse pessoal do Porto Grande criava gado aqui.(...) quando nós chegamos aqui, este pessoal do Porto Grande nos chamava de “coreano”. Eles não queriam que ficássemos aqui. (...) O Estado não fez nada, aí o Angelito descobriu que esta terra estava livre...

CCK – Quem era contra?

NMO – Os fazendeiros que estavam usando o Zé Palagi era um. O Strohschoen não, só cuidava o que era dele. Ele abandonou, tirou o [gado] que era dele. Os Lengler tinham gado aqui. O velho Palagi era cabeça. Nas terras dele plantava arroz, começava lá em cima e vinha pela beira do Santa Cruz até o rio. (...) O João Inácio criava gado aqui, o Palagi criava gado aqui, o velho Frederico Lengler (...) o pessoal da Estação tinha um lote de gado aqui. Todo pessoal da Estação tinha um lote de gado aqui. Lá em baixo [áreas próximas ao rio] fizeram uma cerca e plantavam.

CCK – Quem ia lá na Prefeitura brigar para melhorar as estradas?

NMO – O Lauro [Viana da Silva, do lote 13/UM] e o Angelito. Estes é que brigavam pelas coisas daqui. Mas o pessoal de lá de olho neles. (...) O outro que trabalhou muito por nós, que não descorçoou, foi o Alfredo Castro [comerciante na cidade e vereador pela Arena].

CCK – O que o pessoal plantava aqui?

NMO – Plantavam milho, mandioca, moranga, batata feijão. De tudo um pouco. Vendiam milho. Quando sobrava vendia algum animal e a sobra das lavouras.

CCK – Você produzia leite?

NMO – Nos temos tempo que 12 anos vendíamos leite. (...) quando o caminhão não vinha, perdia, dava para os porcos. Não tinha luz, não tinha nada. Sabe a que hora o leiteiro vinha? Às quatro horas estava aí, e nós tínhamos que ter o leite na estrada. Começávamos a tirar o leite às duas horas, tirava leite de oito vacas, tudo na mão.

CCK – Trabalhavam também para o Fábio. Como era isso?

NMO – Trabalhavam por que precisavam. O pessoal fazia as rocinhas e corria para pegar o servicinho. Naquela época não tinha outro serviço (...) Nós findava o nosso serviço, quando dava uma acalmada, nós estávamos ali [prestando serviços para terceiros].

CCK – Como vieram para cá?

NMO – Nós todos que viemos para cá não partimos de uma profissão só [conforme informado nos Anexos 1 e 2, trabalhavam como meeiros, faziam farinha, peões em matos, trabalhos com bois e carreta etc.]. Viemos para cá porque nós éramos pobres. Passamos muito trabalho aqui. (...) Para ir a cidade, tinha as cancelas, todas chaveadas. Tinha que pedir as chaves. Daí o Asilo deu uma estradinha [passagem] para nós. (...) A primeira estrada foi construída pelo INCRA, ainda no governo Brizola.

CCK – Quando foi que a Prefeitura fez a estrada? [via Fazenda Lengler e Asilo Pella].

NMO – Posso dizer bem. Esta estrada foi feita pelo falecido Leo [Prefeito Leo Faller, de 1973 até outubro de 1974, quando faleceu]. Ele que fez, não devia ter morrido. Entrou em janeiro e em fevereiro começou a fazer a estrada. [a obra deste acesso rodoviário constou de melhoramentos no ramal já existente até a Fazenda Lengler, vizinha ao Campo do Estado, e abertura do trecho até o Campo do Estado, incluindo a construção de pontilhão sobre o arroio Fonte Grande, e a conclusão da obra somente ocorreu já no ano de 1975. Posteriormente, a conservação desta estrada, entretanto, foi bastante precária].

CCK – E você estudou onde?

NMO – No Aterrado, na mesma escola da Geni Carvalho [Escola Visconde de Taunay]. A professora Olina era muito boa professora. (...) Muita gente desistia. (...) Mas, aprender a ler para que, se não tinha um pedaço de papel para se ler.

CCK – E o porto?

NMO – Já tinha morrido. Ficou para ser recomeçado. De primeiro [antes da vinda dos assentados] levava melancia, farinha, mandioca, aipim, levava tudo. Quando deu a evolução da estrada terminou.

Tabela de preços médios recebidos pelos agricultores (A), comparados com preços destes produtos corrigidos (B), tomando-se como ano base 1979.

Ano	Suínos		Leite		Milho		Arroz		IGPdi
	A	B	A	B	A	B	A	B	
1979	244	244	192	192	287	287	312	312	100
1981	635	1001	853	787	1066	1177	932	1279	410
1983	3654	6219	3439	4894	6171	7316	5287	7953	2549
1985	41369	67487	35176	53105	16247	79381	52794	86296	27659
1987	205	576	405	453	227	677	193	736	236

FONTE: Revista Conjuntura Econômica – Fundação Getúlio Vargas - FGV

Tabela de preços relativos, tomando-se o ano base 1979 = 100

Ano	Suínos	Leite	Milho	Arroz
1979	100	100	100	100
1981	63,44	108,39	90,57	72,87
1983	58,75	70,27	84,35	66,48
1985	61,30	66,24	60,70	61,17
1987	35,60	89,40	33,53	32,23

CARLOS ROBERTO KIELING
 Rua 14 de Julho, nº. 72 - Vila Santo Antonio - Montenegro
 Comércio de Leite, Produtos Coloniais e transporte rodoviário de carga mediante frete
 CGCMF Nº. 87 309 00110001-14 - Insc. Est. 0781 Isento

Fornecedor José Bizarro Mês 01 de 19 80

Total Fornecido: 152 5.70 866.40

Cons.	Lts	Cr\$	
Cta.	Lts.	Cr\$	<u>750,00</u>
Extra	Lts.	Cr\$	<u>80,00</u>
Ácido	Lts.	Cr\$	

DEDUÇÕES: SUB-TOTAL Cr\$

Funrural 2,5 % Cr\$ 21.60

TOTAL Cr\$ 14.74

~~Deve~~

RECEBI

Montenegro de fevereiro de 19 80 **30** **21.60**

Nota de prestação de contas de fornecimento de leite e recebimento de mercadorias, mês de janeiro de 1980 – José Bizarro Junqueira.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)